

Relatório do
1.º Semestre

2018



**Relatório
do 1.º semestre**

2018

3	Principais Destaques, Mapa de Indicadores e Factos Relevantes no Semestre
7	Órgãos Sociais
9	Enquadramento da Atividade
12	Informação Económica e Financeira
19	Áreas de Negócio
26	Gestão de Risco
35	Informação Complementar e Anexos
39	Demonstrações Financeiras Consolidadas
45	Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

Principais Destaques

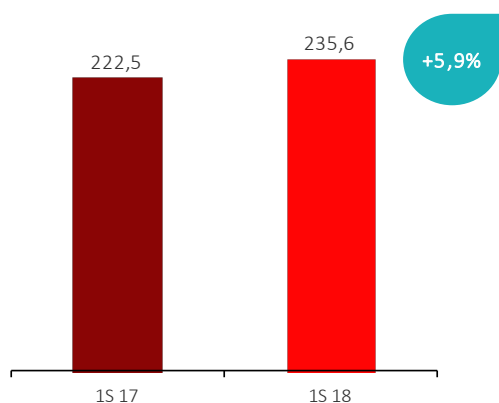


Os resultados do primeiro semestre evidenciam um contínuo crescimento sustentado, e equilibrado, da atividade, num quadro em que a integração do Banco Popular decorre com normalidade e ao ritmo previsto.

Vamos continuar a crescer baseados na nossa solidez e na inovação dos nossos produtos e serviços, e promovendo a progressiva transformação digital do Banco no sentido de dar resposta adequada às necessidades digitais dos nossos clientes.

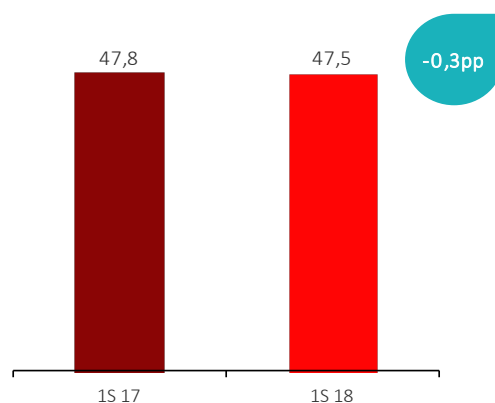
RESULTADO LÍQUIDO

%



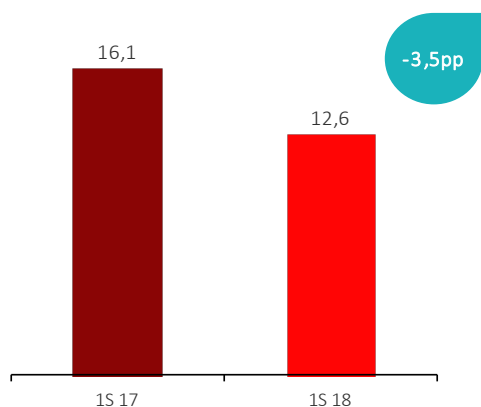
RÁCIO DE EFICIÊNCIA

%



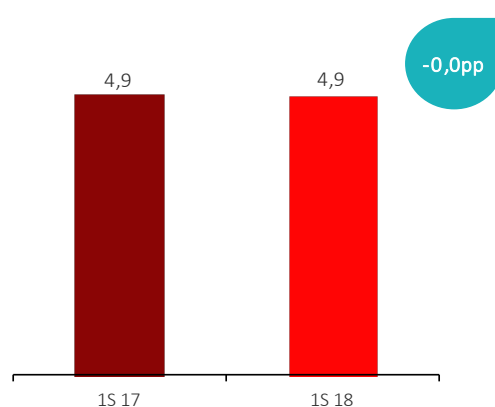
RÁCIO CET I

%



RÁCIO *NON-PERFORMING EXPOSURE*

%



Mapa de Indicadores

BALANÇO E RESULTADOS (milhões de euros)	1S 18*	1S 17*	Var.
Ativo líquido	52.545	43.645	+20,4%
Crédito a clientes (líquido)	40.069	31.650	+26,6%
Recursos de clientes	40.498	33.120	+22,3%
Total do Capital Próprio	3.288	3.318	-0,9%
Margem financeira	445,0	339,4	+31,1%
Comissões líquidas e outros resultados de exploração	160,1	147,2	+8,7%
Produto bancário	639,2	541,2	+18,1%
Resultado de exploração	335,7	282,5	+18,8%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	340,4	286,0	+19,0%
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	235,6	222,5	+5,9%

RÁCIOS	1S 18*	1S 17*	Var.
ROE	12,9%	13,6%	-0,8 p.p.
ROA	0,9%	1,0%	-0,1 p.p.
Rácio de Eficiência	47,5%	47,8%	-0,3 p.p.
Rácio CET I** (<i>fully implemented</i>)	12,6%	16,1%	-3,5 p.p.
Rácio Tier I**	12,6%	16,1%	-3,5 p.p.
Rácio de capital**	12,8%	16,2%	-3,4 p.p.
Rácio de <i>non-performing exposure</i>	4,9%	4,9%	+0,0 p.p.
Cobertura de <i>non-performing exposure</i>	54,6%	61,2%	-6,6 p.p.
Custo do crédito	(0,0%)	0,09%	-0,09 p.p.
Crédito / Depósitos	116,8%	111,6%	+5,2 p.p.

NOTAÇÕES DE RATING	1S 18*	1S 17*
FitchRatings		
curto prazo	F2	F2
longo prazo	BBB+	BBB
Moody's		
curto prazo	NP	NP
longo prazo	Ba1	Ba1
Standard & Poor's		
curto prazo	A-3	B
longo prazo	BBB-	BB+
DBRS		
curto prazo	R-1L	R-1L
longo prazo	A	BBBH

OUTROS DADOS	1S 18*	1S 17*	Var.
Colaboradores	6.695	5.957	+738
Colaboradores em Portugal	6.662	5.919	+743
Pontos de atendimento	672	600	+72
Total de agências e centros empresa em Portugal	662	585	+77

* Demonstrações financeiras não auditadas, elaboradas de acordo com a IFRS9 (1S18) e IAS39 (1S17)

** Com resultado líquido de dividendos a distribuir

Santander com uma imagem mais moderna e próxima dos clientes

A marca Santander evoluiu para uma marca mais moderna, mais digital e para se relacionar melhor com as novas gerações, mantendo os seus traços distintivos: nome, a cor vermelha e “a chama”.

Esta evolução permite acompanhar a transformação do Banco, ficar mais visível e transmitir os valores da cultura Santander.



Santander promove soluções digitais para as Empresas

O Santander lançou a solução “Conecte o Seu Negócio”, para que as empresas possam criar mais facilmente uma *app* e alargar assim o seu negócio ao mundo digital. Esta solução é uma oportunidade de apoiar as empresas na criação de um novo canal de comunicação digital, disponibilizando soluções, ideias e ferramentas com as quais podem fidelizar os seus clientes e aumentar as suas vendas.



Santander reforça liderança nas linhas de crédito PME

O Santander reforçou a liderança no financiamento das Pequenas e Médias Empresas Portuguesas e, através das linhas PME Investe, Crescimento, Capitalizar e Capitalizar Mais, concedeu, até ao final de maio de 2018, cerca de 4.200 milhões de euros em operações contratadas.



23% de quota de mercado

IV Encontro de Reitores Universia

O Encontro reuniu durante dois dias, em Salamanca, 600 reitores de 26 países, representando 10 milhões de estudantes de universidades de todo o mundo, num debate sob o tema “Universidade, Sociedade e Futuro” que aprofundou os desafios enfrentados pela Universidade.



30 instituições portuguesas representantes de 75% do Ensino Superior em Portugal presentes

Soluções Mundo 1|2|3 devolvem 22,3 milhões de euros aos clientes

A solução financeira multiproduto Mundo 1|2|3, dirigida aos clientes particulares do Banco que permite um conjunto alargado de benefícios, nomeadamente via *cash-back* na conta-cartão Mundo 1|2|3, já devolveu cerca de 22,3 milhões de euros aos clientes¹.



390 mil clientes Mundo 1|2|3

Santander eleito “Melhor Banco para Trabalhar”



O Banco Santander foi considerado o “Melhor Banco para Trabalhar em Portugal”, pela segunda vez consecutiva e, simultaneamente, encontra-se no grupo das “Melhores Empresas de Grande Dimensão para Trabalhar no País”, pelo Great Place to Work Institute Portugal.

90% dos colaboradores sentem orgulho em trabalhar no Banco

¹ Desde o início do programa

Prémios e Distinções



“Melhor Banco em Portugal” – Global Finance
O Santander foi eleito como o “Melhor Banco em Portugal”, na 25ª edição dos “World’s Best Banks 2018”, que distinguem as instituições bancárias que em 2017 melhor responderam às necessidades dos seus clientes e que obtiveram os melhores resultados.



Grande Banco 5 Estrelas – U-Scout
O Banco foi distinguido, pela segunda vez consecutiva, com este galardão na categoria de “Grandes Bancos”, tendo obtido o maior índice de satisfação global do setor, baseado na satisfação de cliente, intenção de recomendação, confiança na marca e inovação.



“Melhor Private Bank” – Global Finance
Nas três edições já realizadas, o *Private Banking* do Santander Totta classificou-se sempre na primeira posição. Este prémio distingue os melhores modelos de negócio de banca privada do mundo.



“Melhor Trade Finance Provider” – Global Finance
Santander Totta foi eleito, pelo terceiro ano consecutivo, como o “Melhor Banco de Trade Finance” em Portugal, no âmbito dos *World’s Best Trade Finance Providers*. A atribuição deste prémio reflete o importante papel que o Banco desempenha no apoio ao negócio internacional das empresas portuguesas.



“Melhor Contact Center da Banca Portuguesa” – Associação Portuguesa de Contact Centers
O Santander foi distinguido por ter a melhor operação de contact center do setor da banca.



“Marca Bancária com Melhor Reputação” – Ranking OnStrategy
O Santander ficou em primeiro lugar, pelo segundo ano consecutivo, no estudo de reputação Global RepScore Pulse da ON STRATEGY 2018 para o setor da banca.



“Melhor Banco para Trabalhar em Portugal” – Great Place to Work Institute Portugal
O Santander foi considerado o Melhor Banco para trabalhar em Portugal pela segunda vez consecutiva e, simultaneamente, encontra-se no grupo das melhores empresas de grande dimensão a trabalhar no país.



“Melhor Private Banking Services Overall” – Euromoney
O Banco venceu também em todas as categorias de serviço a clientes. Esta é a 7ª vez consecutiva que o Santander Totta recebe este galardão.



“Deal of The Year - Peripheral”, no âmbito das emissões de obrigações hipotecárias do Banco Santander Totta, no valor de 1.000 milhões colocadas em setembro de 2017 – Covered Bond Report.



“Market member - Most Active Trading House in Derivatives Market” – Euronext Lisbon Awards



Órgãos Sociais do Banco Santander Totta, SA

Mesa da Assembleia Geral

Presidente	José Manuel Galvão Teles
Vice – Presidente	António Maria Pinto Leite
Secretário	João Afonso Pereira Gomes da Silva

Conselho de Administração

Presidente	António Basagoiti Garcia-Tuñón
Vice-Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vice-Presidente	Enrique Garcia Candelas
Vogais	António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino*
	Inês Oom Ferreira de Sousa
	Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida
	Remedios Ruiz Macia

Comissão de Auditoria

Presidente	Luís Manuel Moreira de Campos e Cunha
Vogais	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque
	Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota

Revisor Oficial de Contas

PricewaterhouseCoopers & Associados, S.R.O.C., Lda.

Comissão Executiva

Presidente	António José Sacadura Vieira Monteiro
Vogais	Inês Oom Ferreira de Sousa
	João Baptista Leite
	José Carlos Brito Sítima
	José Urgel Moura Leite Maia
	Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos
	Manuel António Amaral Franco Preto
	Pedro Aires Coruche Castro e Almeida

Secretário da Sociedade

Efetivo	João Afonso Pereira Gomes da Silva
Suplente	Raquel João Branquinho Nunes Garcia

* Apresentou renúncia a 31 de julho de 2018

Comissão Executiva

João Baptista Leite

Tecnologia, Operações, Integração de Dados, Segurança Informática e Risco Tecnológico

Luís Bento dos Santos

Comunicação, Marketing Corporativo, Qualidade e *Public Policy*

Pedro Castro e Almeida

Rede de Empresas, Negócio Internacional, Fomento à Construção, Banca Global e Corporativa, Intermediação de Proteção e Investimento e Gestão de Ativos e Seguros enquanto Banco Comercializador/Mediador

José Leite Maia

Redes de Particulares e Negócios, *Private*, Controlo e Dinamização da Rede P&N, Promotores e Mediadores Imobiliários, Internacional (emigrantes) e Banca Institucional

Manuel Preto

Financeira, Fiscalidade, Inteligência Comercial (Produtos, Marketing e CRM), Organização, Custos e Compras, Imóveis e Serviços Gerais



Inês Oom de Sousa

Meios de Pagamento, Multicanalidade, Segmentos, Universidades, Sustentabilidade e *Cross Segment*

António Vieira Monteiro

Presidente da Comissão Executiva Riscos, Controlo de Riscos, Contabilidade e Controlo de Gestão

José Carlos Sítima

Secretaria-Geral, Assessoria Jurídica, *Compliance*, Prevenção de Branqueamento de Capitais, Inspeção, Recuperações e Desinvestimento, Recursos Humanos e Seguimento de Controlo Interno

Internacional

No primeiro semestre de 2018, a economia mundial manteve um ritmo de crescimento dinâmico, com a tendência de recuperação generalizada dos últimos anos, e que deve culminar na melhor fase de expansão do pós-crise.

Esse mesmo cenário é assumido pelo Fundo Monetário Internacional que, na atualização de julho do “World Economic Outlook”, mantém a projeção de 3,9% para o crescimento económico no corrente ano (e também para 2019).

Crescimento Económico Mundial

	2016	2017	2018E
Mundo	3,2	3,7	3,9
Países Avançados	1,7	2,4	2,4
EUA	1,5	2,3	2,9
UEM	1,8	2,3	2,2
Reino Unido	1,8	1,7	1,4
Japão	1,0	1,7	1,0
Países em Desenvolvimento	4,4	4,7	4,9
África	1,5	2,8	3,4
Ásia	6,5	6,5	6,5
China	6,7	6,9	6,6
Europa de Leste	3,2	5,9	4,3
Médio Oriente	5,0	2,2	3,5
América Latina	-0,6	1,3	1,6
Brasil	-3,5	1,0	1,8

Fonte: FMI (julho de 2018)

No entanto, o FMI ressalva dois importantes desenvolvimentos, que podem condicionar a evolução futura da atividade. Por um lado, o facto de a recuperação ser menos equilibrada entre regiões, como patente na desaceleração verificada na zona euro, Reino Unido e Japão, em contraciclo com os EUA. Por outro lado, o incremento das tensões comerciais, que, a prolongar-se no tempo, poderá afetar negativamente a confiança e o crescimento.

O FMI reviu em baixa as estimativas de crescimento para a zona euro, incorporando a desaceleração verificada no primeiro semestre do ano, em que o ritmo trimestral de crescimento convergiu para níveis em redor do potencial (aproximadamente 1,6% anual, face aos mais de 3% observados no mesmo período do ano passado). Prolongou-se, assim, a dinâmica do primeiro trimestre, que tinha sido penalizado por condições atmosféricas adversas, que afetaram o investimento.

A conjuntura europeia poderá ter sido influenciada pelo cenário político em Itália, e pela incerteza associada ao clima de “tensões comerciais” e possibilidade do aumento do protecionismo, a nível global.

A eleição de um governo de coligação entre o Movimento 5 Estrelas e a Liga Norte, e as perspetivas de uma política orçamental mais expansionista conduziram a uma subida das taxas de juro de longo prazo, em Itália, com um contágio mais limitado aos países ditos periféricos, como Portugal ou Espanha. No final do semestre, os efeitos de contágio tinham dissipado, com um alargamento do diferencial entre a *yield* italiana face à dos demais países.

O BCE iniciou o processo de comunicação da “normalização” da política monetária. Por um lado, anunciou o término do programa de aquisição de ativos financeiros, em dezembro, sendo que a partir de setembro o volume mensal de ativos a adquirir é reduzido para 15 mil milhões de euros. Por outro lado, sinalizou que as taxas de juro de referência permanecerão nos níveis mínimos até “durante o Verão de 2019”. Os investidores ajustaram em consequência, com os futuros sobre as taxas de juro Euribor 3 meses a incorporar essa visão.

Nos EUA, a economia acelerou, no segundo trimestre, para o ritmo de crescimento em cadeia mais forte desde 2014, apoiado pelo consumo privado, assim como pelas exportações líquidas. A taxa de desemprego situou-se no nível mais baixo em quase cinco décadas, abaixo de 4%, o que também suporta o consumo privado, juntamente com o programa de estímulo fiscal, e foi acompanhado de uma aceleração dos salários.

A progressiva convergência da inflação para a referência permitiu à Reserva Federal subir a principal taxa de juro de referência duas vezes, para o intervalo 1,75%-2,0%, e deixando indicações, na reunião de Junho, de que até ao final do ano poderia subir, caso as condições o permitam, mais duas vezes.

No Reino Unido, a atividade abrandou igualmente, num quadro de maior incerteza, em que a data de saída da União Europeia se aproxima (29 de março de 2019), e sem perspetivas de um acordo. As divisões no Governo quanto à relação futura (ou seja, entre um *hard* ou um *soft* Brexit) culminaram na demissão de vários membros do Governo.

A China mantém ritmos de crescimento sólidos, mas em desaceleração, refletindo os impactos conjugados de um maior nível de regulação sobre o sector financeiro, por um lado, e do abrandamento da procura externa, por outro. As relações comerciais com os EUA estiveram, durante este período, sob pressão, com a imposição, anunciada, mútua de tarifas alfandegárias ao comércio internacional.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa manteve ritmos de crescimento sustentados durante o primeiro semestre, embora em desaceleração face à dinâmica observada no primeiro semestre de 2017. O PIB terá crescido cerca de 2,3%, em termos homólogos, durante este período, podendo convergir para o potencial no decurso dos próximos trimestres.

Dados Macroeconómicos

	2016	2017	2018E
PIB	1,6	2,7	2,1
Consumo Privado	2,1	2,2	1,7
Consumo Público	0,6	0,1	1,7
Investimento	0,8	8,4	4,1
Exportações	4,4	7,9	4,4
Importações	4,2	7,9	4,2
Inflação média	0,6	1,4	1,5
Desemprego	11,1	8,9	7,7
Saldo Orçamental (% do PIB)	-2,0	-0,9	-1,0
Dívida pública (% do PIB)	129,9	125,7	125,7
Bal. Corrente e Capital (% do PIB)	1,6	1,4	1,6

Fonte: INE, Banco de Portugal, Ministério das Finanças, Estimativas Santander Portugal

O crescimento económico continuou baseado na evolução das exportações e do investimento, que terão assim reforçado o seu peso relativo no Produto Interno Bruto.

O consumo privado, contudo, terá continuado numa evolução tímida de recuperação, apesar da redução do desemprego, e com o consumo de bens duradouros a reagir em função das expectativas de alterações da fiscalidade sobre os automóveis, ainda em 2018. O consumo público também terá permanecido tímido, refletindo o controlo transversal da despesa pública.

A despesa em investimento continuou a crescer, destacando-se o crescente aumento do contributo do investimento em construção, depois de uma primeira vaga de maior despesa de capital em equipamentos e transportes.

Em termos das dinâmicas ao nível do mercado externo, merece destacar a evolução e reforço sustentado das exportações, que pesam cerca de 48% do PIB, sendo a segunda maior alavanca do crescimento, a seguir ao consumo privado (com um contributo em redor de 64% do PIB). O maior volume de exportações tem permitido registar saldos comerciais positivos com o exterior, com as exportações de serviços a serem lideradas pelo crescente aumento do turismo, enquanto as exportações de bens vão beneficiando do reforço das exportações de equipamentos e automóveis.

As dinâmicas ao nível do mercado de trabalho continuam a pautar-se por uma redução sustentada da taxa de

desemprego, que no primeiro trimestre de 2018 representou 7,9% da população ativa, e até maio de 2018 já tinha caído até 7,0%. A criação de novos postos de trabalho continua a ser dirigida pelo setor privado, associada a um aumento crescente dos contratos permanentes.

Os últimos anos de recuperação e transformação da economia portuguesa foram essenciais para começar a corrigir os desequilíbrios estruturais, que limitavam o crescimento potencial, e aumentavam as vulnerabilidades face a choques exógenos.

Neste campo, destaca-se o ainda elevado endividamento público e privado, que no primeiro trimestre de 2018 representava cerca de 126,4% e de 206,4% do PIB, respetivamente, embora caracterizado por uma estratégia de redução sustentada desde 2013 (quando se situavam em 129% e 253% do PIB, respetivamente). Contudo, convém realçar o esforço de redução dos níveis de endividamento, em especial o associado às empresas, que passou de um rácio de 171% para um rácio de 138% do PIB, entre 2012 e 2017, respetivamente. Adicionalmente, a diminuição do elevado nível de crédito em incumprimento é uma prioridade do sistema financeiro, em especial ao nível do segmento de empresas.

A manutenção, e mesmo reforço, do excedente primário ao nível das finanças públicas, desde 2014, tem contribuído para manter a dívida pública numa trajetória sustentável, adicionalmente suportada por ritmos de crescimento económico nominal que têm superado as expectativas mais conservadoras. No primeiro trimestre, o rácio da dívida pública fechou próximo dos 126% e o défice orçamental das administrações públicas ficou em redor de 0,7% do PIB. Já em junho, fruto da amortização de uma obrigação do Tesouro, a dívida pública reduziu-se mais.

A prossecução de uma estratégia de consolidação das contas públicas tem contribuído para aumentar os níveis de imunidade da economia portuguesa a choques exógenos, tanto económicos como não económicos, como o que ocorreu no período pós-eleições em Itália, em que as taxas de juro soberanas portuguesas subiram ligeiramente, mas de forma menos pronunciada face ao observado nos níveis das taxas soberanas italianas. No final de julho, a taxa de juro a 10 anos para a dívida pública portuguesa situa-se em redor de 1,7% e abaixo da taxa de juro a 10 anos da dívida pública italiana, em aproximadamente 110 pb. Relativamente à taxa de juro a 10 anos alemã o *spread* face à dívida pública portuguesa mantém-se em redor de 150pb.

A diminuição da perceção de risco soberano também continua materializada pelos *ratings* das diferentes agências de *rating*, em nível de investimento, com a Standard and Poor's a classificar em "BBB-" (setembro de 2017), a Fitch em "BBB" (dezembro de 2017) e a DBRS em "BBB" (abril de 2018). Apenas a Moody's mantém o *rating* de *non-investment grade*.

Elaborado com a informação disponível a 11 de Agosto de 2018

Principais riscos e incertezas para o segundo semestre de 2018

A atividade bancária envolve, por definição, a gestão de riscos. Além dos riscos que lhe estão intrinsecamente associados, como o de crédito ou operacional, há um conjunto adicional de fatores de risco que podem influenciar o desenvolvimento da atividade no segundo semestre de 2018, como sejam a envolvente económica, interna e externa, ou o contexto regulatório e de supervisão.

A conjuntura económica, apesar da solidez ainda evidenciada no primeiro semestre, continua sujeita a vários fatores de risco, que podem afetar o ritmo de crescimento. Por um lado, existem riscos geopolíticos de relevo, com vários conflitos em diferentes pontos do globo, em curso e latentes, que contribuem para algum sentimento de aversão ao risco pelos agentes económicos.

Por outro lado, permanecem riscos de maior protecionismo por parte de alguns países e/ou blocos económicos. A possibilidade de reversão de alguns acordos comerciais importantes ou a imposição unilateral de tarifas ou outras barreiras ao livre comércio podem influenciar adversamente a dinâmica de crescimento, como recentemente assinalado pelo FMI, na atualização de Julho de 2018 do “World Economic Report”.

A proximidade, no caso do Reino Unido, do prazo limite para a conclusão de um acordo relativo ao “Brexit”, com a data de efetiva saída da União Europeia marcada para as 23 horas do dia 29 de março de 2019 é um fator de risco, devido à possibilidade de perturbação nos fluxos comerciais, no caso de ausência de acordo. Noutros países, a unidade política continua a ser um risco latente. Em outros países, os respetivos governos têm orientações políticas e orçamentais que colocam em causa os compromissos assumidos no quadro de governo da zona euro, tendo já resultado num movimento de aversão ao risco pelos investidores.

Em Portugal, apesar da correção em curso dos desequilíbrios macroeconómicos, subsistem vários fatores de risco. A envolvente externa é determinante para o crescimento económico, fruto do impacto que pode ter sobre as exportações, em especial de bens, mas também de serviços.

Por outro lado, um eventual aumento da aversão ao risco, a nível global, pode influenciar a dinâmica do investimento, com repercussões quer sobre o emprego, quer sobre a possível procura de crédito.

Apesar dos importantes desenvolvimentos dos últimos anos, em que o défice orçamental foi reduzido de cerca de 10% do PIB em 2009-2010, para 0,9% em 2017, a restrição orçamental continuará presente. O estrito cumprimento das metas orçamentais continua a ser essencial para reduzir o rácio da dívida pública face ao PIB e assim apoiar a confiança dos investidores internacionais e permitir a melhoria da perceção de risco quanto à República.

Relativamente ao setor financeiro, os riscos e incertezas estão associados, por um lado, ao cenário de baixas taxas de juro, que continua a afetar a rentabilidade do setor. Em sentido inverso, se o Banco Central Europeu iniciasse uma subida mais célere das taxas de juro de referência, isso poderia afetar a capacidade creditícia dos clientes em cumprir as suas responsabilidades.

No segundo semestre de 2018, o sistema financeiro, além dos temas de rentabilidade, estará focado na necessidade de iniciar o cumprimento com o requisito mínimo para os fundos próprios e para os passivos elegíveis (*MREL – Minimum Requirement on Eligible Liabilities*), como definido na Diretiva de Recuperação e Resolução Bancária (BRRD).

Ainda do ponto de vista regulatório, além da progressiva entrada em vigor das regras de cálculo de capital regulatório (o *phase-in* das regras conhecidas por Basileia III), estão em curso discussões sobre alterações ao cômputo dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

Ao nível europeu, e no âmbito da regulação bancária, estão em curso processos de alteração à CRD IV e à CRR, assim como a adaptação à PSD2, a diretiva que vai abrir a prestação de serviços de pagamentos a outras entidades, financeiras ou não.

Atividade Consolidada

Introdução

A conta de resultados e o balanço, referentes ao primeiro semestre de 2018, incorporam o impacto da integração do ex-Banco Popular Portugal, após a operação de aquisição e fusão realizada no final de 2017.

No final de junho de 2018, o Banco Santander em Portugal alcançou um resultado líquido de 235,6 milhões de euros, o que corresponde a um crescimento de 5,9%, em relação ao valor registado no semestre homólogo do ano anterior. As receitas subiram 18,1% e os custos operacionais aumentaram 17,3%, levando a uma melhoria de 0,3 pontos percentuais no rácio de eficiência.

O crédito a clientes totalizou 41,5 mil milhões de euros, apresentando uma subida de 25,8% em relação ao período homólogo, com incremento de 13,3% no crédito a particulares e de 44,5% no crédito a empresas. A incorporação da carteira do ex-Banco Popular Portugal contribuiu para o maior equilíbrio da estrutura do crédito, mediante o aumento do peso relativo do segmento de empresas.

O rácio de *non-performing exposure* fixou-se em 4,9%, com uma cobertura por provisões de 54,6%.

Os recursos de clientes ascenderam a 40,5 mil milhões de euros, traduzindo um crescimento homólogo de 22,3%, com um aumento de 20,9% nos depósitos e de 30,6% nos recursos fora de balanço.

O rácio de transformação, medido pelo peso do crédito líquido nos depósitos, situou-se em 116,8% em junho de 2018 (111,6% no final de junho de 2017).

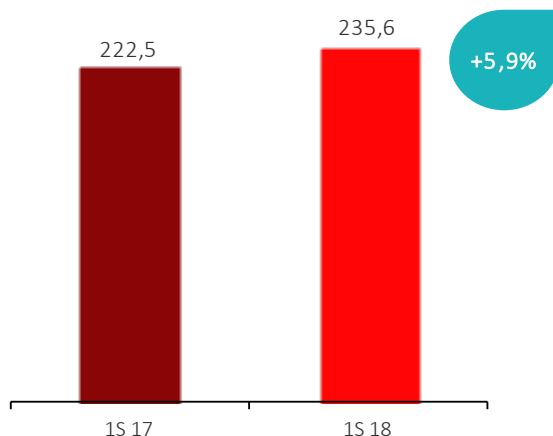
O rácio CET 1 (*fully implemented*) atingiu 12,6% (-3,5 pontos percentuais em relação a junho de 2017).

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas da CRD IV situou-se em 186,9%, cumprindo as exigências regulamentares em base *fully implemented*, em vigor em 2018, confirmando uma posição de liquidez confortável.

As notações de risco da dívida de longo prazo do Santander em Portugal, em comparação com as da República Portuguesa são as seguintes: Fitch – BBB+ (Portugal – BBB); Moody's – Ba1 (Portugal – Ba1); S&P – BBB- (Portugal – BBB-); e DBRS – A (Portugal – BBB).

RESULTADO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS DO BST

milhões de euros



Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS (milhões de euros)	1S 18	1S 17	Var.
Margem financeira	445,0	339,4	+31,1%
Rendimento de instrumentos de capital	1,2	2,9	-56,9%
Comissões líquidas	186,7	164,3	+13,7%
Outros resultados de exploração	(26,7)	(17,1)	+56,1%
Margem comercial	606,3	489,5	+23,9%
Resultados em operações financeiras	32,8	51,7	-36,6%
Produto bancário	639,2	541,2	+18,1%
Custos operacionais	(303,5)	(258,7)	+17,3%
Custos com o pessoal	(176,4)	(156,7)	+12,6%
Gastos gerais administrativos	(106,4)	(83,4)	+27,6%
Depreciações e amortizações	(20,7)	(18,7)	+10,5%
Resultado de exploração	335,7	282,5	+18,8%
Imparidade, provisões líquidas e outros resultados	4,7	3,5	+34,8%
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	340,4	286,0	+19,0%
Impostos	(125,0)	(63,5)	+96,9%
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	215,4	222,5	-3,2%
Interesses que não controlam	0,2	0,0	>200,0%
Outros resultados líquidos não recorrentes*	20,1	-	-
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	235,6	222,5	+5,9%

* Incorpora diversos conceitos distribuídos pelas várias linhas da Demonstração de resultados consolidados do Banco

A margem financeira totalizou 445,0 milhões de euros, uma subida homóloga de 31,1%, explicada pelo crescimento da carteira de crédito e pela descida do custo médio do financiamento, num contexto de taxas de juro de referência negativas.

As comissões líquidas alcançaram 186,7 milhões de euros, um crescimento de 13,7% face ao valor alcançado no final do período homólogo de 2017. Esta progressão traduziu a subida das comissões de contas, de meios de pagamento e de fundos comercializados pelo Banco.

Os outros resultados de exploração de 26,7 milhões de euros incorporaram 22,2 milhões de euros da contribuição obrigatória do Banco para o Fundo de Resolução.

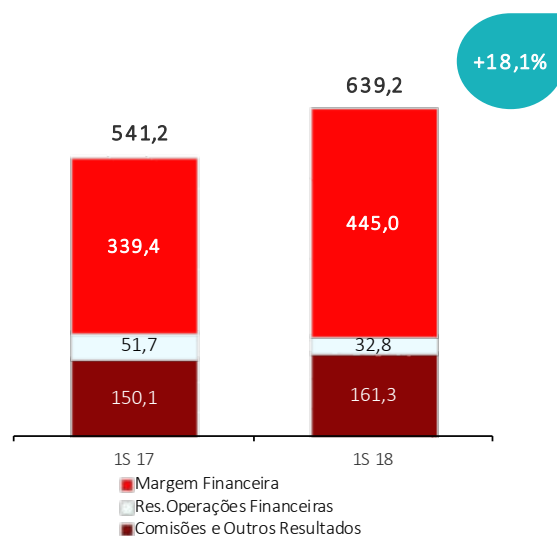
A margem comercial atingiu 606,3 milhões de euros, com um incremento de 23,9% em relação ao montante apurado no período homólogo de 2017.

O resultado de operações financeiras situou-se em 32,8 milhões de euros, reduzindo 36,6% face ao período homólogo, o qual beneficiou de um valor superior de mais-valias obtidas na alienação de carteira de títulos de dívida soberana e de ganhos em instrumentos de cobertura de risco.

O produto bancário ascendeu a 639,2 milhões de euros, crescendo 18,1% em relação ao primeiro semestre do exercício de 2017, refletindo o desempenho da maioria das componentes da margem comercial, que absorveu na totalidade a redução verificada no resultado de operações financeiras.

PRODUTO BANCÁRIO

milhões de euros



Os custos operacionais situaram-se em 303,5 milhões de euros, evidenciando um aumento de 17,3% em comparação com o valor apurado no final de junho de 2017. Este incremento foi transversal a todos os agregados de custos, refletindo o impacto da integração do ex-Banco Popular Portugal, que contribuiu para o aumento líquido, no último ano, de 738 colaboradores e de 72 postos de atendimento.

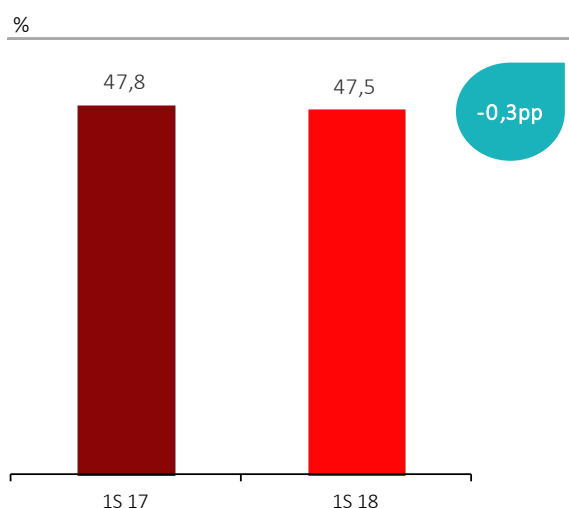
Os custos com o pessoal totalizaram 176,4 milhões de euros (+12,6% em termos homólogos). Os gastos gerais administrativos atingiram 106,4 milhões de euros (subida homóloga de 27,6%). As depreciações e amortizações cifraram-se em 20,7 milhões de euros (+10,5%, em relação a junho de 2017).

CUSTOS OPERACIONAIS (milhões de euros)	1S 18	1S 17	Var.
Custos com o pessoal	(176,4)	(156,7)	+12,6%
Gastos gerais administrativos	(106,4)	(83,4)	+27,6%
Depreciações e amortizações	(20,7)	(18,7)	+10,5%
Custos operacionais	(303,5)	(258,7)	+17,3%
Rácio de eficiência	47,5%	47,8%	-0,3 p.p.

O rácio de eficiência situou-se em 47,5% no final do primeiro semestre de 2018, apresentando uma melhoria de 0,3 pontos percentuais, face ao período homólogo, como

resultado da evolução das receitas (+18,1%) e dos custos operacionais (+17,3%).

RÁCIO DE EFICIÊNCIA



O resultado de exploração alcançou 335,7 milhões de euros, um aumento de 18,8%, comparativamente ao semestre homólogo de 2017, beneficiando da evolução favorável das receitas, deduzida do crescimento dos custos operacionais.

A elevada qualidade da carteira de crédito permitiu que a imparidade de crédito líquida de reversões e recuperações se situasse em 0,3 milhões de euros, traduzindo a melhoria da economia e a reduzida entrada em incumprimento, mediante critérios conservadores de concessão do crédito. O custo do crédito diminuiu de 0,09% no final de junho de 2017 para um valor nulo no final de junho de 2018.

O resultado antes de impostos e de interesses que não controlam cifrou-se em 340,4 milhões de euros, equivalente

a um incremento de 19,0% em relação ao valor apurado no mesmo período de 2017.

Os impostos situaram-se em 125,0 milhões de euros, dos quais 22,7 milhões de euros referem-se à contribuição especial sobre o setor bancário.

A conta de resultados do primeiro semestre de 2018 incluiu resultados não recorrentes no valor de 20,1 milhões de euros.

No final de junho de 2018, o resultado líquido do Banco Santander em Portugal alcançou 235,6 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 5,9% em relação ao período homólogo.

Balanço e Atividade

No final do primeiro semestre de 2018, o volume de negócio totalizou 82,0 mil milhões de euros, o que equivale a um aumento homólogo de 24,1%. Esta evolução decorreu tanto

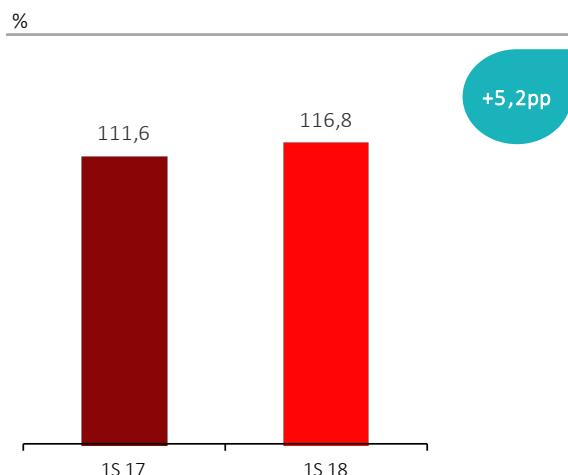
do crédito a clientes, como dos recursos de clientes, que cresceram em termos homólogos 25,8% e 22,3%, respetivamente.

VOLUME DE NEGÓCIO (milhões de euros)	1S 18	1S 17	Var.
Volume de Negócio	82.041	66.132	+24,1%
Crédito a clientes (bruto)	41.542	33.012	+25,8%
Recursos de Clientes	40.498	33.120	+22,3%

O rácio de transformação, medido pela relação do crédito face aos depósitos, atingiu 116,8% no final de junho de 2018, mais 5,2 pontos percentuais, face aos 111,6% registados em

junho de 2017, refletindo a subida da carteira de crédito a clientes superior aos depósitos de clientes.

RÁCIO CRÉDITO / DEPÓSITOS



Finalizado o primeiro semestre de 2018, a carteira de crédito de clientes alcançou 41,5 mil milhões de euros, subindo 25,8%, em comparação com o período homólogo de 2017.

Esta evolução favorável resultou da incorporação da carteira do ex-Banco Popular Portugal e da concessão de novos

empréstimos a empresas e a particulares, que se traduziu no aumento das quotas de mercado da nova produção, não obstante a diminuição de exposições não produtivas através de alienações e de *write offs* da carteira de crédito.

CRÉDITO (milhões de euros)	1S 18	1S 17	Var.
Crédito a clientes (bruto)	41.542	33.012	+25,8%
<i>do qual</i>			
Crédito a particulares	21.540	19.006	+13,3%
<i>do qual</i>			
Habitação	19.262	17.043	+13,0%
Consumo	1.617	1.501	+7,7%
Crédito a empresas	19.056	13.190	+44,5%

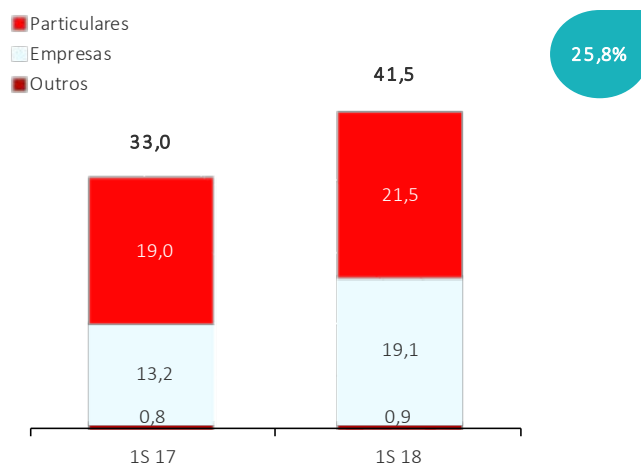
Nota: o crédito a empresas inclui créditos a institucionais e administrações públicas

O crédito a particulares cifrou-se em 21,5 mil milhões de euros, progredindo 13,3% no último ano, com aumento transversal nas suas principais componentes: +13,0% no crédito habitação para 19,3 mil milhões de euros e +7,7% no crédito consumo para 1,6 mil milhões de euros, com ganhos de quota de mercado.

O crédito a empresas atingiu 19,1 mil milhões de euros, expandindo-se 44,5%, em relação ao valor do final do primeiro semestre de 2017, com subida da quota de mercado, no âmbito da estratégia de apoio ao tecido empresarial nacional.

CRÉDITO BRUTO

mil milhões de euros



25,8%

A incorporação da carteira de crédito do ex-Banco Popular Portugal conduziu a uma estrutura de crédito mais equilibrada, com o aumento do peso relativo do segmento de empresas. A representatividade do crédito a empresas no total da carteira era de 40% no final do primeiro semestre de 2017, passando para 46% no final de junho de 2018. Por sua vez, o crédito a particulares representava 58%, há um ano

atrás, diminuindo para 52% finalizados os primeiros seis meses do exercício em curso.

O rácio de *non-performing exposure*, calculado de acordo com a definição da EBA, fixou-se em 4,9%, em junho de 2018, sendo a respetiva cobertura por provisões de 54,6%.

INDICADORES DE RISCO DE CRÉDITO

	1S 18	1S 17	Var.
Rácio de <i>non-performing exposure</i>	4,9%	4,9%	+0,0 p.p.
Cobertura de <i>non-performing exposure</i>	54,6%	61,2%	-6,6 p.p.
Custo do crédito	(0,00%)	0,09%	-0,09 p.p.

Em 30 de junho de 2018, os recursos de clientes atingiram 40,5 mil milhões de euros, subindo 22,3%, em relação ao período homólogo do ano passado.

RECURSOS (milhões de euros)

	1S 18	1S 17	Var.
Recursos de clientes	40.498	33.120	+22,3%
Recursos de balanço	34.413	28.461	+20,9%
Depósitos	34.413	28.461	+20,9%
Recursos fora de balanço	6.085	4.659	+30,6%
Fundos de investimento comercializados pelo Banco	2.128	1.664	+27,9%
Seguros e outros recursos	3.957	2.996	+32,1%

O total de depósitos de clientes ascendeu a 34,4 mil milhões de euros no final do primeiro semestre de 2018, correspondendo a um acréscimo de 20,9%. Esta evolução decorreu da incorporação da carteira do ex-Banco Popular Portugal, da forte atividade da rede comercial e da confiança

dos clientes, não obstante a atual reduzida remuneração destas aplicações. Os depósitos de clientes representam 85% do total dos recursos de clientes.

Os recursos fora de balanço alcançaram 6,1 mil milhões de euros, finalizados os primeiros seis meses de 2018, crescendo

30,6% em termos homólogos, repercutindo o valor de 4,0 mil milhões de euros de seguros e outros recursos, com uma forte expansão na ordem dos +32,1%, e de 2,1 mil milhões de

euros de fundos de investimento comercializados pelo Banco, que subiram 27,9%, refletindo a diversificação dos recursos de clientes.

Rácios de Solvabilidade

No final do primeiro semestre de 2018, o rácio *Common Equity Tier I* (CET I) situou-se em 12,6% (*fully implemented*), acima dos requisitos mínimos de SREP definidos pelo Banco Central Europeu.

CAPITAL (milhões de euros)	1S 18	1S 17	Var.
Common Equity Tier I	2 750	2 940	-6,5%
Tier I	2 750	2 940	-6,5%
Capital (total)	2 796	2 952	-5,3%
Risk Weighted Assets (RWA)	21 855	18 217	+20,0%
Rácio CET I	12,6%	16,1%	-3,5 p.p.
Rácio Tier I	12,6%	16,1%	-3,5 p.p.
Rácio capital (total)	12,8%	16,2%	-3,4 p.p.

Banca Comercial

Particulares

No primeiro semestre de 2018, o Banco prosseguiu a sua estratégia de transformação do modelo comercial, com a simplificação de processos e o desenvolvimento da plataforma digital, melhorando a eficiência e a qualidade de serviço ao cliente, o que se tem vindo a traduzir no incremento do número de clientes vinculados e digitais.

A estratégia sustentada na solidez do Banco e na confiança dos clientes traduziu-se num aumento das produções de crédito, respondendo às necessidades de apoio à realização de projetos dos clientes.



Nos primeiros seis meses do ano, registou-se uma produção de crédito à habitação ligeiramente acima de mil milhões de euros, mais 28% face ao período homólogo, enquanto a produção de crédito pessoal se situou em redor de 250 milhões de euros. O “CrediSimples”, lançado em janeiro de 2017, uma oferta inovadora disponível exclusivamente nos canais digitais, representou cerca de 43% da nova produção, no segundo trimestre.

Por seu turno, a produção de novos créditos no segmento Negócios/PME’s aumentou 14,2% face ao período homólogo, crescimento muito sustentado pelo alargamento da base de clientes com crédito.

Os recursos de particulares subiram 824 milhões de euros, em relação ao valor observado no final de 2017. Fruto do incremento da diversificação das aplicações dos clientes no Banco, destaca-se o crescimento em depósitos à ordem e a prazo.

O número de clientes do Mundo 1|2|3 (clientes com conta, cartão e seguro de proteção) ultrapassou os 228 mil, com um crescimento no semestre acima dos 25 mil clientes. O Mundo 1|2|3 é uma solução multiproduto dirigida a clientes particulares do Banco que, para além das vantagens da conta 1|2|3, pode proporcionar um conjunto adicional de benefícios, via *cash-back* na conta-cartão Mundo 1|2|3.



Em Meios de Pagamento, o Banco Santander Totta tem continuado a apostar na sua oferta distintiva para os diferentes segmentos de clientes que cobre.

No que respeita a clientes particulares, o foco manteve-se na colocação do cartão Mundo 1|2|3, tendo sido colocados mais de 30 mil cartões 1|2|3 neste período. No conjunto de

cartões comercializados pelo banco, registou-se um crescimento superior a 11.500 em termos de novos clientes de cartão de crédito.

Para o segmento de empresas, o Banco tem continuado a apostar na oferta *Advance*, onde se destaca o *Pacote Advance* de POS. A este respeito, é de destacar uma subida no parque POS em mais de mais de 1.100 terminais.

A área de *Private Banking*, dando seguimento à sua oferta de soluções financeiras diversificadas, inovadoras e transparentes, registou uma evolução positiva na atividade do primeiro semestre, com um crescimento em número de clientes, património gerido, rentabilidade e quota de mercado, alinhado com os objetivos traçados para o ano de 2018.

Para a boa evolução no primeiro semestre de 2018, em muito contribuiu a relação de proximidade entre as diversas áreas do Banco, nomeadamente a área de Empresas com a qual se mantém uma estratégia dinâmica de “*cross-reference*” de clientes, proporcionando-lhes uma experiência integrada e transversal a todas as suas necessidades.

A taxa de clientes digitais aumentou em 3pp, desde o início do ano, representando já 44% dos clientes ativos. De forma a acompanhar esta evolução, o *Private Banking*, que procura manter-se na vanguarda da digitalização, criou uma equipa de transformação digital, com o objetivo de procurar e desenvolver as melhores soluções tecnológicas para os clientes.

O *Private Banking* do Santander Totta foi, pelo 7º ano consecutivo, distinguido como a melhor área de *Private Banking* a operar em Portugal, de acordo com a revista *Euromoney*, tendo também, e pelo 3º ano consecutivo, conseguido igual distinção pela revista *Global Finance*. Estas distinções reconhecem e reforçam a qualidade das equipas e das soluções de investimento do Banco.



Promotores e Mediadores

Durante o primeiro semestre de 2018, a área de Promotores e Mediadores Imobiliários manteve um grande foco no acompanhamento e dinamização dos canais de Promotores Externos e de Mediadores Imobiliários, dando seguimento a uma estratégia assente na proximidade e seguimento da atividade destes parceiros e no reconhecimento do seu mérito e desempenho.

Quanto aos Promotores Externos, consolidou-se o modelo de negócio após as importantes alterações operadas no segundo semestre de 2017, reforçando a comunicação e focando a atuação dos parceiros na captação de clientes novos e na proximidade com os respetivos balcões de apoio. Foram

lançadas diversas campanhas com o objetivo de distinguir os melhores promotores em diversas vertentes do negócio como a captação e vinculação de clientes, criando condições para que estes parceiros continuem focados e identificados com as principais prioridades do Banco.

No Projeto das Lojas de Promotor, foi mantida a estratégia de complementaridade desta rede com a rede de balcões, com a abertura de mais 4 Lojas neste período, perfazendo um total de 342 lojas em funcionamento.

Relativamente aos Mediadores Imobiliários, o grande foco, em 2018, é a implementação do novo regime jurídico dos intermediários de crédito que entrou em vigor no dia 1 de janeiro, tendo sido divulgado aos parceiros a necessidade de submeterem pedido de autorização ao Banco de Portugal para poderem continuar a exercer a atividade de intermediário de crédito, acompanhando e esclarecendo questões sobre o processo de candidatura.

Quanto à evolução do negócio, confirmou-se a tendência de crescimento deste canal, tendo-se verificado produções de crédito à habitação em linha com o orçamento e que permitiu cumprir os objetivos traçados para os dois primeiros trimestres deste ano. Manteve-se a habitual presença do Banco nas Convenções Nacionais dos principais parceiros, reforçando a excelente relação com as principais redes de *franchising* do setor imobiliário.

Até ao final de 2018, dar-se-á continuidade à estratégia seguida, consolidando e ajustando os modelos de negócio sempre que necessário para que estes importantes canais de captação de clientes e negócio continuem a contribuir para o aumento dos resultados do Banco.

Empresas

O Banco prosseguiu a sua estratégia de apoio ao sector empresarial e reforço de uma relação cada vez mais próxima com os clientes, através de um conjunto de programas e iniciativas.



Entre estes, destaca-se o Programa Santander *Advance*, destinado à formação intensiva de gestores, sócios gerentes, diretores

financeiros e CEOs de PME's, nas áreas de gestão, liderança e finanças.

A oferta de cursos *online* mantém-se também como um importante apoio para as empresas, clientes e não clientes do Banco, na melhoria de competências dos seus quadros em áreas tão diversas como planeamento, vendas, línguas ou marketing.



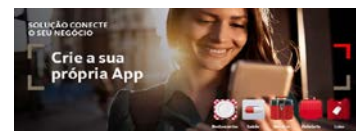
Um banco próximo da sua empresa

Vamos partilhar consigo e com os seus colaboradores

Banco Santander Totta, SA – Relatório do 1.º semestre de 2018

consolidando a sua política de proximidade com as empresas e organismos locais, sendo este um momento de troca de experiências, opiniões e partilha de conhecimento com todos os participantes.

Também no âmbito do programa Santander *Advance* Empresas, com vista a alargar ainda mais a sua proposta de valor, o Banco lançou a solução “Conecte o Seu Negócio”. Esta solução, à qual diversas empresas já aderiram, permite a criação de uma *app* de um modo simples, rápido e com um baixo custo, facilitando assim uma maior presença no mundo digital e a possibilidade de melhor fidelizar os clientes, incrementar as vendas e destacar-se dos restantes concorrentes.



Estão previstas novas parcerias, numa lógica de complementaridade à oferta financeira, visando o apoio cada vez mais abrangente aos clientes Empresa.

O programa Santander *Advance* Empresas mantém assim a sua posição de destaque no mercado, pelo conjunto de soluções não financeiras que coloca ao dispor das empresas Portuguesas, tais como estágios, emprego, formação, internacionalização e, agora também, ao nível do digital.

O Banco prossegue a sua estratégia de consolidação do posicionamento no negócio internacional, sendo o parceiro financeiro das empresas portuguesas nos seus processos de exportação e importação, apoiando as empresas em processos de internacionalização em diferentes mercados externos.

O Banco tem registado uma subida consistente na sua quota de mercado em operações de *trade finance*, beneficiando da sua robustez financeira, que capacita a aceitação do seu risco, e inerentemente, o das empresas portuguesas suas clientes, nos mercados internacionais.

Esta dinâmica tem possibilitado um crescimento do número de operações, volumes e produto bancário na operativa de negócio internacional, sendo de especial relevo o crescimento de comissões.

Este trabalho foi reconhecido pela atribuição do prémio “*Best Trade Finance Provider 2018*” pela revista *Global Finance*, que recomenda o Banco Santander em Portugal às empresas portuguesas como o parceiro adequado no seu negócio internacional.

Banca Institucional

O segmento de Banca Institucional engloba (i) todas as entidades públicas, exceto as que pertencem às indústrias extrativas, de produção e afins, e as que pertencem ao setor financeiro; bem como (ii) todas as entidades privadas sem fins lucrativos, que vão das instituições religiosas às

entidades que atuam na economia social, independentemente da sua finalidade e das valências que disponibilizam aos seus utentes, passando por todo um conjunto de organizações sem fins lucrativos dos âmbitos desportivos, recreativos, culturais, científicos, laborais, profissionais e empresariais.

No primeiro semestre de 2018, a atividade da Banca Institucional assentou, maioritariamente, no apoio à Administração Pública Regional e Local, indo assim ao encontro das suas necessidades, tanto na vertente do financiamento como na vertente da transacionalidade, disponibilizando aos clientes deste segmento um leque diversificado e inovador de produtos e serviços.

O crédito a clientes, neste segmento, situou-se, no final do primeiro semestre, em redor de 1.370 milhões de euros, não sofrendo grandes alterações face ao final de 2017. Já no que respeita aos recursos, os mesmos ascenderam a 1.256 milhões de euros, representando um crescimento de 7,6% desde o início do ano, resultado do enfoque do Banco no incremento da transacionalidade dos clientes junto do Santander.

Omnicanalidade

Durante o primeiro semestre de 2018, prosseguiu a implementação do Plano de Transformação Multicanal (assegurando em simultâneo a gestão dos canais do ex-Banco Popular), preparando a unificação de sistemas e canais, de acordo com a estratégia definida pelo Grupo para os canais diretos, com o objetivo de modernizar, simplificar e estar mais próximo dos clientes, e aumentando a oferta dos serviços do Banco ao nível do Digital.

Neste contexto, foram implementadas novas funcionalidades, para tornar a oferta mais ampla, a fim de melhorar substancialmente a experiência dos clientes, aumentando significativamente a adesão a canais não presenciais e as vendas realizadas.



Canais Digitais

Particulares

O primeiro semestre de 2018 foi marcado por um investimento na melhoria da experiência de utilização dos canais por parte dos clientes, através da disponibilização de novas funcionalidades que tornam os canais mais práticos e úteis para os clientes digitais:

- Passou a ser disponibilizado na *App* o acesso aos extratos digitais, à semelhança do que já era feito no NetBanco;
- Os menus da *App* foram reformulados para permitir um acesso mais fácil às funcionalidades que não estão

disponíveis nos botões do ecrã inicial e o ecrã de património da *App* foi completamente redesenhado;

- A área de Cartões da *App* foi renovada para dar informação mais clara sobre os saldos e os movimentos dos cartões, e permitir fazer mais facilmente as operações que fizerem sentido para cada cartão (pagar cartão, gerir notificações, etc.);
- Foram lançadas contas em moeda estrangeira na *App*;
- A informação e descritivos dos movimentos foram melhorados assim como a informação sobre o histórico de cotações dos fundos;
- Nas transferências, o cliente é previamente informado dos custos e prazos de execução.

Do ponto de vista da comercialização de produtos, os marcos mais relevantes foram os seguintes:

- Foi lançado o serviço de consultoria pontual, que gera para os clientes um conjunto de hipóteses de investimento disponíveis no Santander, decorrentes de respostas dadas por estes a questionários específicos e da análise da concentração do seu património;
- Foi lançado o seguro serviços domésticos, um seguro de acidentes de trabalho da Aegon Santander Portugal Não Vida – Companhia de Seguros S. A. vocacionado especificamente para os serviços domésticos.

Empresas

No primeiro semestre de 2018, o NetBanco Empresas continuou o plano de melhorias, quer a nível funcional, quer de *design*, sempre com o intuito de possibilitar uma interação simplificada e melhorar a experiência dos utilizadores. Destacam-se as principais novidades:

- Nova forma de *login*, simplificada e com segurança;
- Nova funcionalidade de gestão de TPA/POS, para consultas, fechos e estatísticas, por terminal ou por grupo de terminais;
- Nova funcionalidade para fazer amortizações de contas caucionadas;
- Acesso ao NetBanco Empresas, para os clientes, através dos quiosques – Ponto-e que estão disponíveis nos balcões e nas Direções Comerciais de Empresas.



A *App* Empresas, lançada há um ano atrás, manteve-se como uma prioridade durante o primeiro semestre de 2018. Tem vindo a afirmar-se através da sua simplicidade de utilização e sempre focada nas necessidades dos utilizadores. Muito acessível e fácil de utilizar é, hoje em dia, uma ferramenta importante no apoio ao negócio dos clientes empresas. Está disponível para iOS e Android e é um meio fundamental para captar a

transacionalidade e vinculação das empresas. Destacam-se estas funcionalidades:

- 4 formas de acesso: *login* com PIN de 4 dígitos ou com impressão digital (touch ID) ou com Face ID (iOS) ou através dos códigos habituais do NetBanco Empresas;
- Aprovação de operações pendentes de autorização;
- Notificações de alerta (push notifications) para aviso de operações pendentes;
- Transferências SEPA;
- Pagamentos de serviços e ao Estado;
- Consulta de movimentos e de extratos de cartões débito e crédito e cancelamento;
- Consulta de detalhe dos empréstimos.

Site público

Manteve-se a estratégia de *redesign* do *site* público de particulares, sempre com especial enfoque nos elementos de conversão (*call-to-action* e/ou adesão online) e de simplificação de conteúdos. Reforçou-se o investimento em ferramentas de métricas e análise de otimização de conteúdos (SEO).

Foram implementadas campanhas digitais e do concurso “Cliente Digital”, composto por 3 sorteios, com oferta total de 12 iPhones, para apoio à captação de clientes digitais, tudo isto alinhado com a estratégia de Marketing. Destaca-se ainda o lançamento da nova área pública de Residentes Não Habituais em Portugal e de novas páginas de informação de produtos.

Na área do *site* público de empresas, pela primeira vez, foi lançada uma página com toda a informação das várias conferências “Conversas Soltas”, incluindo as da Box Santander *Advance* Empresas, com destaque dos programas, vídeos e cobertura de imprensa.

O *site* público apresenta uma média de 1,2 milhões de visitantes únicos por mês e mais de 8,8 milhões de visualizações por mês.

Contact Center

A atividade no primeiro semestre de 2018 manteve os crescimentos verificados em semestres anteriores, acentuando-se a alteração do *mix* de contactos, com maior peso do suporte aos canais digitais.

Foram realizados mais de 1 milhão e 100 mil contactos com clientes, sendo 85% chamadas, 13% *e-mails* e os restantes 2% chat e resposta a iterações nas páginas e perfis de redes sociais do Banco.

A atividade de empresas no *Contact Center* registou uma evolução e crescimento muito positivos, representando já cerca de 20% do total de atividade.

O *Contact Center* continua a ser o principal ponto de suporte à atividade digital, não apenas como ponto de apoio para esclarecimento de dúvidas e suporte aos clientes ou no papel decisivo que tem nos processos de adesão à *App* e Netbanco, como também na promoção e derivação de atividade de clientes para os canais digitais.

Durante os primeiros 6 meses do ano, foram implementadas diversas funcionalidades, das quais se destacam os novos serviços de apoio à diretiva RGPD, a criação de um centro de atendimento à atividade de *confirming*, um piloto de derivação de chamadas dos balcões da rede de Particulares e Negócios e a implementação de várias ações comerciais de apoio às iniciativas e campanhas digitais

A gestão do *Contact Center* do ex-Banco Popular passou a ser a mesma e integrada no mesmo espaço, tendo sido implementadas as medidas necessárias à fusão num único *Contact Center* a ocorrer no segundo semestre de 2018.

Atividade internacional – residentes no estrangeiro

O segmento de clientes residentes no estrangeiro é composto dois subsegmentos: (i) clientes particulares portugueses residentes no estrangeiro; e (ii) clientes particulares estrangeiros residentes em Portugal com o estatuto de residentes não habituais.

A área de clientes residentes no estrangeiro tem como principal função apoiar as redes comerciais de particulares e negócios do Banco na criação de laços comerciais fortes e de proximidade com as comunidades de portugueses e luso-descendentes residentes no estrangeiro, através da sua rede de escritórios de representação e sucursais presentes em 7 países (África do Sul, Alemanha, Canadá, França, Reino Unido, Suíça e Venezuela) bem como na promoção e na captação de clientes e negócio em estrangeiros que escolhem Portugal para investir e estabelecer a sua residência não habitual.



No primeiro semestre de 2018, a atividade internacional do Banco Santander Totta para clientes residentes no estrangeiro privilegiou a diversificação das carteiras de aplicações financeiras dos clientes, o aumento da captação de remessas e da quota de mercado de transferências do exterior, o aumento da carteira de crédito e da vinculação, com a massificação da adesão e utilização dos canais digitais (Net Banco e Mobile), assim como a captação de novos clientes.

O Banco esteve presente em diversos eventos, com impacto relevante no segmento, em Portugal e localmente nos países onde temos representações. Foi implementado o modelo de gestão comercial internacional nos escritórios de representação e lançada uma campanha de transferências com objetivo de reforçar a relação de confiança e o vínculo ao Banco.

O negócio dos clientes residentes no estrangeiro continua influenciado pelo enquadramento ao nível fiscal, com os regimes FATCA nos EUA e CRS (Common Reporting Standard), que influenciaram a crescente decisão de investimento de clientes no mercado imobiliário em Portugal.

As transferências do exterior cresceram significativamente, com ganho expressivo da quota de mercado do Banco, fruto da solidez, confiança e das ações desenvolvidas que permitiram aumentar a atratividade e a importância deste serviço aos clientes residentes no estrangeiro.

Seguindo a estratégia comercial de proximidade e acessibilidade multicanal com os clientes residentes no exterior:

- Dotaram-se os canais digitais de novas funcionalidades que permitem aumentar e alargar o potencial de adesão, consulta e subscrição de produtos nas contas dos clientes em qualquer local e momento, nomeadamente com a possibilidade de subscrição de fundos, seguros financeiros e vida, e consulta de posições em moeda.
- Promoveram-se visitas de diretores de balcão e diretores comerciais às comunidades portuguesas no exterior. Complementarmente, realizaram-se visitas de responsáveis de escritórios de representação a balcões e imobiliárias em localidades, em Portugal, que permitissem maximizar os resultados comerciais e a articulação com as redes.
- Concluíram-se brochuras digitais para os Residentes Não Habituais e para os Portugueses Residentes no Estrangeiro com origem na Madeira, com o objetivo de reforçar a comunicação e o posicionamento do Banco neste segmento
- Foi disponibilizado o *sub-site* público Residentes Não Habituais no NetBanco, em português e inglês.

A sucursal de Londres irá encerrar até ao final de 2018. De forma a assegurar a continuidade do apoio à comunidade portuguesa no Reino Unido, o Banco irá abrir no seu lugar um escritório de representação.

Corporate & Investment Banking

Durante o primeiro semestre de 2018, a área de Financiamentos Estruturados desenvolveu a sua atividade, acompanhando a tendência das empresas em explorar novas oportunidades de investimentos, destacando-se, neste período, um conjunto alargado de operações, em setores

como energias renováveis, transportes e logística, e bebidas, entre outros.

Foram concedidos, também, vários financiamentos e refinanciamentos no sector imobiliário, nomeadamente centros comerciais e promoção imobiliária para residências prime e apartamentos turísticos.

Nos mercados obrigacionistas, é de sublinhar a participação do Santander Totta, como *Bookrunner*, na emissão inaugural de obrigações a 5 anos da NOS, na emissão de obrigações a 10 anos, para a Região Autónoma da Madeira e na securitização de dívida tarifária para a EDP.

A área de *Corporate Finance* manteve a sua atividade, relacionada com fusões e aquisições e *Equity Capital Markets*, destacando-se neste período a conclusão com sucesso da assessoria à Morgan Stanley Infrastructure Partners na aquisição de 75% da Torres de Portugal à PT Portugal do Grupo Altice.

A área de *Fixed Income & FX* (FIC) intensificou a sua presença junto dos clientes, também eles muito atentos às variáveis de risco que podem impactar negativamente nas suas atividades, o que se refletiu no elevado número (e nominal) de operações contratadas. No primeiro semestre do ano, mais de 50% dos mútuos formalizados foram, efetivamente, contratados com taxa fixa, o que reflete, por um lado, as preocupações crescentes das empresas quanto ao desempenho futuro das taxas e, por outro lado, a capacidade de resposta do Banco face às necessidades dos clientes em sintonia com o comportamento de maior volatilidade dos mercados.

A permanência das taxas de juro em níveis historicamente baixos tem condicionado a diversidade de estruturas que a área de produtos estruturados consegue oferecer aos seus clientes. Assim, ao longo do primeiro semestre de 2018, é de sublinhar a comercialização de: (i) dois seguros financeiros estruturados, com um montante total de 133,6 milhões de euros; e (ii) sete depósitos estruturados (5 emissões denominadas em euros e 2 denominadas em dólares norte-americanos), cujo montante total atingiu aproximadamente 167 milhões de euros.

A atividade de *cash equities* acompanhou a tendência geral do mercado, com um aumento do volume negociado, em especial no mês de maio, evidenciado pela ligeira subida da quota no negócio *online* para os 5,9%. A aposta na plataforma *eBroker* foi reforçada, com o lançamento de novas iniciativas junto da área comercial, e o lançamento de novas funcionalidades, nomeadamente a disponibilização do mercado OTC para obrigações, que se encontra em projeto-piloto junto dos gestores do *Private Banking*.

Seguros e fundos de investimento comercializados

A área de Seguros manteve o seu foco no relacionamento com os clientes, procurando sempre diversificar os produtos

para uma melhor proteção dos seus clientes, numa ótica multicanal e digital e uma comunicação diferenciada por segmento.

Foi lançado o Seguro Proteção Serviços Domésticos, sendo o primeiro seguro autónomo a ser comercializado na *App* Santander. As contratações *online* dos seguros proteção representaram 35% do total e a contratação de seguros financeiros teve também uma evolução bastante positiva nos canais digitais.

Foram também lançados novos seguros financeiros, tendo o volume de colocações, na sua totalidade, atingido cerca de 429 milhões de euros, no primeiro semestre.

Neste período, as comissões de seguros financeiros e de risco ascenderam, no seu conjunto, a cerca de 49 milhões de euros.

Em paralelo, o Banco continuou a fomentar uma atitude de serviço, com um plano intensivo de iniciativas pós-venda que

visam a contínua melhoria na qualidade do serviço e experiência do cliente.

Ao longo do primeiro semestre do ano, os mercados financeiros estiveram bastante voláteis com a maioria dos ativos, ações e obrigações de empresas a apresentarem performances de acordo com as correções do mercado. Nesse ambiente, a Santander Asset Management (SAM) procurou gerir o risco dos seus fundos de investimento mobiliários (FIM) de uma forma ativa, com o objetivo de maximizar a preservação do seu valor. Apesar das correções verificadas nos mercados, manteve-se um ritmo de subscrições positivas nos fundos, e o semestre terminou com 2.020 milhões de euros de FIMs sob gestão, com uma quota de mercado de cerca de 16,4%.

No que respeita aos fundos de investimento imobiliário, estes totalizavam 446 milhões de euros em ativos sob gestão, no final do primeiro semestre de 2018.

Factos relevantes após o termo do exercício

Não ocorreram factos relevantes após o termo do exercício.

Perspetivas para o segundo semestre de 2018

A atividade económica deve manter ritmos de crescimento acima da tendência de longo prazo, embora em desaceleração face à dinâmica observada em 2017 e mesmo no primeiro trimestre de 2018. Ainda assim, quer Portugal, quer a Europa, devem observar taxas de crescimento anuais em redor de 2%.

Os bancos continuarão, assim, a desenvolver a sua atividade num contexto de retoma moderada da atividade nacional e internacional, de baixas taxas de juro e de inflação num quadro regulamentar mais exigente, nomeadamente no que respeita a requisitos de capital, rácios de liquidez e de alavancagem, e ainda os novos regulamentos referentes aos mecanismos de resolução, com o conseqüente impacto estrutural na rentabilidade das instituições financeiras.

Tendo já procedido à integração das equipas comerciais e de serviços centrais do ex-Banco Popular Portugal no Banco Santander Totta, durante o primeiro semestre do ano, é expectável que durante o segundo semestre se conclua o processo, com a integração operacional e tecnológica. A partir desse momento, o Banco Santander Totta disponibilizará a todos os seus clientes, independentemente da rede de origem, a sua oferta competitiva de produtos e serviços, que tem sido reconhecida externamente pelos vários prémios obtidos no presente ano.

A conclusão do processo de integração irá permitir o reforço da posição competitiva do Santander Totta no mercado, como maior Banco privado na atividade em Portugal, continuando a ser o Banco de referência no apoio à comunidade.

Para o segundo semestre de 2018, mantêm-se os principais objetivos de incremento das quotas de mercado e de vinculação de clientes, rentabilidade dos capitais próprios e dos volumes de negócio, em simultâneo com a gestão prudente da carteira de crédito.

O Santander Totta prosseguirá a sua estratégia de apoio à revitalização da economia portuguesa e das empresas, aliada a uma política de controlo rigoroso dos riscos no que respeita à concessão e ao seguimento de crédito.

No domínio do processo de transformação comercial que tem vindo a ser implementado, o Banco prosseguirá a política de simplificação dos processos; o reforço do modelo de distribuição multicanal de modo a prestar um serviço mais completo e acessível aos clientes; e agilização da gestão de risco, com modelos mais ajustados a cada segmento de clientes, mantendo uma gestão prudente e rigorosa dos riscos assumidos.

Introdução

A qualidade na gestão do risco constitui um eixo fundamental de atuação, na linha da política corporativa do Grupo em que se insere. A prudência na gestão do risco aliada à utilização de técnicas avançadas de gestão continua a ser um fator decisivo, particularmente numa conjuntura de grande exigência.

A criação e implementação do programa *RiskPro*, operacionalizado pela implementação de uma Cultura de Riscos corporativamente divulgada e que hoje está presente em toda a atividade, reforça esses princípios ao nível de toda a estrutura do Banco influenciando decisivamente a forma como se realizam todos os processos no Banco, tendo em conta não só o meio envolvente, mas também as atitudes, os comportamentos, os valores e os princípios que cada um de nós demonstra face aos diferentes tipos de riscos que enfrentamos.

O programa *RiskPro* foi implementado para envolver todos os colaboradores do Banco na gestão de riscos, sendo que a cultura *RiskPro* abrange um conjunto de comportamentos e condutas que cada um deve desenvolver no dia-a-dia para uma gestão proactiva dos diversos riscos.

Risco de Crédito

No primeiro semestre de 2018, a atividade da Área de Riscos de Crédito manteve como vetores principais os seguintes aspetos:

- Manutenção do princípio da segmentação no tratamento dos riscos de crédito, diferenciando a abordagem de riscos em função das características dos clientes e dos produtos;
- Manutenção do rigor dos critérios de admissão e, consequentemente, da qualidade dos riscos admitidos em cada um dos segmentos visando a preservação da boa qualidade das carteiras de crédito;
- Ao nível dos riscos encarteirados manteve-se a política de proximidade com os clientes, de forma a antecipar as suas necessidades de crédito, as revisões das suas linhas de crédito e eventuais problemas na sua capacidade de reembolso;
- Esta atuação, assim como o nível de qualidade creditícia dos clientes do Banco, permitiu continuar a manter rácios de crédito vencido e de crédito em risco controlados e a níveis aceitáveis. Intensificaram-se os níveis de apoio ao negócio na captação de novas operações e novos clientes de bom risco e implementaram-se melhorias nos

processos com o objetivo de responder aos pedidos dos clientes de forma mais eficaz e rápida;

- Ao nível da função de seguimento de carteiras e clientes, manteve-se o foco permanente na vigilância de segmentos de menor *rating* e em sectores que estão, ou previsivelmente venham a ser, afetados pelo contexto macroeconómico, com o objetivo de mitigar os rácios de crédito vencido e morosidade. Prosseguiu a política de revisões permanentes de carteira que permite concluir que a carteira está analisada com critérios adequados e os níveis de imparidades estimados são, também eles, adequados;
- Mantiveram-se as reuniões de acompanhamento e revisão de clientes, prática habitual do Banco, para a deteção antecipada de alertas nas carteiras de crédito;
- O Banco continuou a rever, desenvolver e a aplicar medidas de melhorias na gestão do processo de admissão de novos créditos, com o objetivo de melhorar a qualidade de serviço aos clientes sempre que apresentam novas oportunidades de crédito;
- Com a integração da rede do ex-Banco Popular Portugal realizaram-se diversos trabalhos de identificação e avaliação de riscos de crédito sobre as exposições creditícias, com um foco especial nas principais exposições. Foi implementado o processo temporário de admissão e acompanhamento das operações e de clientes oriundos daquela rede, nos modelos do Banco Santander Totta, enquanto não for realizada a integração total dos sistemas;
- Nos riscos estandardizados (ou não encarteirados), o Banco, visando a melhoria contínua e a eficiência do processo de admissão, e tendo presente o objetivo da qualidade da carteira, procedeu à atualização e manutenção dos modelos de decisão automática, nomeadamente *scorings* e sistemas comportamentais utilizados nos segmentos de Particulares e de Negócios;
- Ainda ao nível dos riscos estandardizados, manteve-se o foco na garantia da qualidade da carteira, atuando sobre a morosidade de gestão e crédito vencido, continuando a disponibilizar um conjunto de produtos e soluções de reestruturação de dívida que permitam adaptar os encargos dos clientes à sua capacidade de reembolso e rendimento disponível atuais e futuros;
- Neste sentido mantiveram-se as já definidas estratégias de admissão, nos sistemas de decisão do Banco, bem como o recurso aos sistemas comportamentais para a identificação de medidas de prevenção e recondução a oferecer aos seus clientes;
- Com o objetivo de manter o envolvimento comercial e *cross selling* dos clientes e, em simultâneo, potenciar a

captação de novos clientes realizaram-se campanhas comerciais para Negócios, visando a produção de crédito novo e retenção de clientes e operações em curso de forma a compensar a erosão natural desta carteira;

- Num cenário macroeconómico, agora menos adverso, no que respeita aos créditos *non-performing*, manteve-se um forte enfoque ao nível da atividade de recuperações, reforçando a agilidade de intervenção. Destaque para a atividade de recuperações de gestão massiva e acompanhamento permanente dos casos especiais e dos judiciais/extrajudiciais;
- Manutenção da política de reforço da negociação visando a redução do número de dações, para que, quando ocorrem, se privilegie a obtenção de dações em pagamento em alternativa à atuação judicial;
- Vigilância sobre a metodologia de trabalho com vista à otimização dos vários processos tendo como objetivo “stressar” o modelo, aumentando a eficiência dos recursos e a eficácia das ações para permitir antecipar a recuperação do crédito;
- Ao nível da gestão corporativa de riscos, manteve-se o foco permanente no conhecimento e acompanhamento da carteira de crédito, para um rigoroso controlo do seu risco, procurando proporcionar uma adequada e atempada informação de gestão, de forma a permitir a tomada de medidas com vista a uma gestão correta dos Riscos do Banco;
- Manteve-se igualmente a atenção nos modelos internos do Banco, já reconhecidos na sua quase totalidade (por parte dos reguladores) como modelos avançados (IRB) para efeitos do cálculo de requerimento de recursos próprios, assim como na sua cada vez maior integração na gestão;
- Depois de terem sido estudados os requisitos normativos, procedeu-se ao desenvolvimento dos modelos e ferramentas informáticas para a aplicação das normas IFRS9.

Modelo de risco

Introdução

O risco de crédito é originado pela possibilidade de perdas derivadas do incumprimento, total ou parcial, das obrigações financeiras contraídas para com o Banco por parte dos seus clientes.

A organização da função de riscos de crédito no Santander Totta está especializada em função da tipologia de clientes, diferenciando-se, ao longo de todo o processo de gestão do risco, entre clientes encarteirados (tratamento à medida ou personalizado) e clientes standardizados ou de tratamento massivo (não encarteirados).

São clientes encarteirados os que, fundamentalmente em razão do risco assumido, têm atribuído um analista de risco. Neste grupo estão incluídas as empresas de banca maiorista, as instituições financeiras e parte das empresas de banca de retalho. A avaliação do risco destes clientes é efetuada pelo analista, complementada com ferramentas de apoio à decisão baseadas em modelos internos de valoração do risco.

São clientes standardizados os que não têm um analista de riscos especificamente designado para o seu acompanhamento. Incluem-se neste grupo os riscos com particulares, empresários em nome individual e as empresas de banca de retalho não encarteiradas. A avaliação destes riscos baseia-se em modelos internos de valoração e decisão automática, complementados, de forma subsidiária, e quando o modelo não é suficientemente preciso, com equipas de analistas de riscos especializados.

Métricas e ferramentas de medição do risco

O Santander Totta utiliza modelos próprios de atribuição de classificação em solvência ou *ratings* internos, para os diferentes segmentos de clientes, os quais utiliza para medir a qualidade creditícia de um cliente ou operação correspondendo cada rating a uma probabilidade de incumprimento.

As ferramentas de classificação globais são aplicadas aos segmentos de risco país, entidades financeiras e banca maiorista global, tanto na determinação do seu *rating* como no acompanhamento dos riscos assumidos. Estas ferramentas atribuem um *rating* a cada cliente em resultado de um módulo quantitativo, ou automático, baseado em dados/rácios de balanço ou variáveis macroeconómicas, complementado pela análise efetuada pelo analista de riscos que acompanha o cliente.

No caso das empresas e instituições de banca minorista, a atribuição de um *rating* está baseada nos mesmos módulos que os acima referidos, neste caso quantitativo ou automático (analisando o comportamento creditício de uma amostra de clientes e a sua correlação com um conjunto de dados e rácios contabilísticos) e qualitativo, a cargo da análise do analista de riscos, o qual tem a obrigação de efetuar uma revisão final do *rating* atribuído.

Os *ratings* atribuídos são revistos periodicamente, incorporando a nova informação financeira que entretanto tenha ficado disponível bem como, ao nível qualitativo, a experiência decorrente da avaliação da relação creditícia existente. Esta periodicidade aumenta no caso dos clientes em que os sistemas internos de alerta e classificação de risco assim o exigem.

Para as carteiras de riscos standardizados, tanto de particulares como de negócios não encarteirados, estão implementadas ferramentas de *scoring* e de modelos de

decisão que atribuem automaticamente uma valoração/decisão das operações apresentadas. Estas ferramentas de decisão são complementadas com um modelo de *scoring* comportamental, instrumento que permite uma maior previsibilidade dos riscos assumidos e que são utilizados tanto para pré-venda como para venda.

Parâmetros de risco de crédito

A valoração do cliente e/ou operação, mediante *rating* ou *scoring*, constitui uma avaliação da capacidade creditícia, a qual se quantifica através da probabilidade de incumprimento (*probability of default* ou PD). Para além da valoração efetuada do cliente, a análise quantitativa do risco considera outros aspetos como o prazo da operação, o tipo de produto e as garantias existentes. Desta maneira não só se tem em conta a probabilidade de que o cliente incumpra nas suas obrigações contratuais (PD) como também se estima o montante do incumprimento (*exposure at default* ou EAD) e a percentagem do EAD que não poderá ser recuperado (*loss given default* ou LGD).

São estes os fatores (PD, LGD e EAD) que constituem os principais parâmetros de risco de crédito, permitindo com a sua combinação o cálculo da perda esperada e da perda inesperada. A perda esperada (ou perda provável) é considerada como mais um custo de atividade (refletindo o prémio de risco), o qual é convenientemente repercutido no preço das operações.

A perda inesperada, que é a base do cálculo do capital regulatório segundo as normas do acordo de capital de Basileia (BIS II), reporta-se a um nível de perda muito elevado, contudo pouco provável, o qual atendendo à sua natureza não se considera como recorrente pelo que deve ser devidamente coberto pelos capitais próprios.

Nas empresas de média e pequena dimensão, a informação de balanço serve não só para a atribuição do *rating*, mas também para a obtenção de fatores explicativos da probabilidade de incumprimento. Nas carteiras de retalho, a PD calcula-se observando as entradas em morosidade correlacionando-as com o *scoring* atribuído às operações. Excetuam-se as carteiras em que, derivado da menor experiência interna de incumprimentos, tais como instituições financeiras, risco país ou banca maiorista global, o cálculo destes parâmetros é efetuado com base em fontes alternativas de informação, como preços de mercado ou estudos de agências de reconhecida experiência e competência com um portefólio de um número suficiente de entidades (estas carteiras são designadas de *low default portfolio*).

O cálculo da LGD baseia-se na observação do processo de recuperação das operações em incumprimento, tendo em conta não só as receitas e custos associados a este processo, mas também o momento em que os mesmos se produzem e

os custos indiretos que decorrem da atividade de recuperação.

A estimação da EAD assenta na comparação do uso das linhas comprometidas no momento do incumprimento e numa situação normal, de modo a identificar o consumo real das linhas no momento em que se verifica o incumprimento.

Os parâmetros estimados são logo adstritos a operações que se encontram em situação normal sendo diferenciada para as carteiras *low default* e para as restantes.

Ciclo do risco de crédito

O processo de gestão de riscos consiste em identificar, medir, analisar, controlar, negociar e decidir relativamente aos riscos incorridos pela operativa do Banco.

Este processo inicia-se nas áreas de negócio, que propõem uma dada propensão ao risco. Estes riscos são analisados e decididos em comités próprios, os quais atuam por competências delegadas pela Comissão Executiva no Comité Executivo de Riscos (CER). É o CER que estabelece as políticas e procedimentos de riscos e estabelece os limites e delegações de faculdades.

Planificação e estabelecimento de limites

O estabelecimento de limites de riscos é concebido como um processo dinâmico que identifica o perfil de riscos que o Banco está na disposição de assumir, mediante a avaliação das propostas de negócio e a opinião da área de Riscos.

Ao nível dos grandes grupos corporativos utiliza-se um modelo de pré-classificações baseado num sistema de medição e seguimento de capital económico.

Ao nível dos riscos encarteirados, o nível mais básico é o de cliente e quando concorrem determinadas características – geralmente um nível de importância relativa – é objeto de um limite individual, habitualmente designado de pré-classificação, através de um sistema mais simplificado e normalmente para aqueles clientes que cumprem determinados requisitos (bom conhecimento, *rating*, entre outros).

Ao nível dos riscos estandardizados, o processo de planificação e estabelecimento de limites realiza-se mediante a elaboração conjunta, pela área de Riscos e de Negócio, de Planos Estratégicos Comerciais (PEC) onde se refletem os resultados esperados do negócio em termos de risco e rentabilidade, assim como os limites a que se deve sujeitar a atividade, a gestão de riscos associada e os meios de suporte necessários.

O estudo do risco é um requisito prévio à autorização de qualquer operação de crédito no Banco Santander Totta. Este estudo consiste em analisar a capacidade do cliente em fazer face aos compromissos contratuais para com o Banco, o que implica analisar a qualidade creditícia do cliente, as suas operações de crédito, a sua solvência e sua rentabilidade. Adicionalmente, também se efetua um estudo e revisão da valoração atribuída sempre que se verifique um alerta ou evento que afete o cliente/operação.

O processo de decisão de operações tem por objeto a análise e decisão das mesmas, tomando em consideração o perfil dos riscos e os elementos relevantes da operação na definição de um equilíbrio entre o risco e a rentabilidade.

De modo a manter um adequado controlo da qualidade creditícia da carteira, para além das ações desenvolvidas pela Auditoria Interna, encontra-se estabelecida dentro da área de Riscos a função específica de seguimento, composta por equipas e responsáveis próprios. Esta função está também especializada em função da segmentação de clientes e assenta fundamentalmente num processo contínuo de observação que permite detetar antecipadamente as incidências que possam vir a ocorrer na evolução do risco, das operações e do cliente, com a finalidade de empreender, por antecipação, ações destinadas a mitigá-los.

Recuperações

A gestão de recuperações no Santander Totta é uma atividade estratégica, integral e de negócio. Os objetivos específicos do processo de recuperações são os seguintes:

- Assegurar a cobrança ou a regularização dos valores em situação irregular, privilegiando a solução negociada, de modo a que a situação creditícia do cliente regresse ao normal. Caso a solução negociada não seja possível, procurar-se-á então recuperar os créditos recorrendo à via judicial;
- Manter e fortalecer a relação com o cliente, acautelando o seu comportamento ao nível dos compromissos que este assumiu contratualmente para com o Banco.

A atividade de recuperações está estruturada de acordo com a segmentação comercial dos clientes: Particulares, Negócios e Empresas, com modelos de gestão específicos. A gestão de recuperações, assim segmentada, respeita ainda as distintas fases de gestão: gestão preventiva, gestão de irregulares e gestão de morosidade e falidos, as quais contam com modelos, estratégias e circuitos específicos. Toda esta atividade é partilhada com as áreas de negócio.

O risco de contraparte, latente em contratos realizados em mercados financeiros – mercados organizados ou o chamado mercado de balcão (OTC) – corresponde à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para a instituição.

Os tipos de transações abrangidos incluem a compra e venda de valores mobiliários, operações de mercado monetário interbancário, a contratação de “repos”, empréstimos de valores mobiliários e instrumentos derivados.

O controlo destes riscos é efetuado através de um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados e providencia a informação de disponibilidade dos mesmos para os diferentes produtos e maturidades. O mesmo sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal a concentração de riscos para determinados grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados, denominado Risco Equivalente de Crédito (REC), é calculado como sendo a soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo risco potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada.

Durante o primeiro semestre de 2018, o valor presente das operações sobre indexantes de taxa de juro (Euribor) registou uma ligeira redução, devido ao término antecipado de alguns *swaps* contratados com grupos não financeiros refletindo a evolução das taxas de mercado de médio e longo prazo. Relativamente à exposição com grupos financeiros, verificou-se um aumento das operações de cobertura de risco estrutural de taxa de juro, embora a exposição se tenha reduzido, devido ao surgimento de LCH Clearent como câmara de compensação.

Risco de Balanço

Controlo do risco de balanço

O controlo do risco de balanço incide sobre o risco proveniente da variação das taxas de juro e de câmbio, bem como sobre o risco de liquidez, resultantes dos desfasamentos nos vencimentos e na repreciação dos ativos e passivos. A medição e o controlo do risco de balanço são assegurados por um órgão independente da gestão.

Metodologias

O risco de taxa de juro do balanço consolidado é medido através da modelação das posições de ativos e passivos sensíveis a variações de taxa de juro de acordo com a sua

estrutura de indexantes e de reapreciação. Este modelo permite medir e controlar o risco originado pelo movimento da curva de rendimentos, nomeadamente o seu impacto na margem financeira e no valor patrimonial do balanço do Banco.

Complementarmente, são calculados outros indicadores de risco, como o valor em risco (VaR) e a análise de cenários (*stress test*).

O risco de liquidez é medido e controlado através da modelização dos fluxos de pagamentos e recebimentos presentes e futuros, bem como pela realização de exercícios de análise de cenários que procuram identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas. Paralelamente, são calculados rácios sobre as posições de balanço que atuam como indicadores das necessidades de liquidez estrutural e de curto prazo.

O rácio LCR (*Liquidity Coverage Ratio*), calculado segundo as normas do BCE situou-se em 186,9% em 30 de junho de 2018.

O controlo dos riscos de balanço é garantido através da aplicação de uma estrutura de limites quantitativos que visam manter as exposições dentro dos níveis autorizados. Os limites incidem sobre os seguintes indicadores:

- Taxa de juro: Sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial;
- Liquidez: Cenários de *stress* e rácios de liquidez de curto prazo e estrutural.

Gestão do risco estrutural de balanço

Enquadramento

A integração da atividade do Grupo Popular Portugal marca o primeiro semestre de 2018. As exigências de liquidez desta operação resultaram necessariamente numa redução da reserva de liquidez disponível. Ainda assim, no final de 2017, aquando da aquisição e fusão do Banco Popular Portugal no Banco Santander Totta, a reserva de liquidez disponível manteve-se numa posição confortável, acima dos 6 mil milhões de euros.

Reserva de liquidez

O Santander Totta tem por política maximizar a almofada de liquidez disponível para fazer face a eventos adversos de liquidez. O impacto da aquisição e fusão do Banco Popular Portugal foi integralmente acomodado nesta primeira metade do ano, fechando-se o primeiro semestre de 2018 com uma reserva de liquidez de cerca de 3 mil milhões de euros acima da posição registada no final do ano de 2017. Esta evolução decorreu essencialmente de medidas pró-ativas de geração de ativos elegíveis conjugadas com o aumento da base de depósitos de clientes, garantindo-se

assim uma almofada de liquidez de 9 mil milhões de euros, no final do primeiro semestre de 2018.

Funding

As necessidades de financiamento da aquisição do Banco Popular Portugal decorreram do diferencial entre crédito concedido e recursos captados de clientes, pelo que a integração no perímetro do Santander em Portugal resultou inevitavelmente num aumento do rácio de crédito-depósitos (cerca de 126% no final do ano). Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se uma redução do gap comercial por via do aumento da base de depósitos de clientes, fechando-se o primeiro semestre de 2018 com um rácio de crédito-depósitos de 117%.

O financiamento obtido junto do Banco Central Europeu manteve-se exclusivamente em operações de longo prazo: 3,1 mil milhões de euros de TLTROs. O reforço da base de depósitos de clientes permitiu uma redução pronunciada da exposição líquida ao eurosistema, situando-se no final do semestre abaixo dos mil milhões de euros.

Manteve-se a política de diversificação de fontes e prazos relativo a financiamento de curto-prazo, bem como a diversificação de colateral alocado em operações com acordo de recompra obtidas junto de instituições financeiras.

Em termos de financiamento de longo prazo, além dos 3,1 mil milhões de euros junto do BCE, o Santander Totta termina o primeiro semestre de 2018 com cerca de mil milhões de euros de titularizações, 0,9 mil milhões de euros de empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento com vista ao financiamento de projetos estruturantes da economia Portuguesa e ainda 3,5 mil milhões de euros de obrigações hipotecárias.

Risco de taxa de juro

A atividade comercial de concessão de crédito e angariação de depósitos gera uma exposição naturalmente positiva ao risco de taxa de juro. Esta posição estrutural resulta sobretudo do facto de tradicionalmente o crédito concedido em Portugal ser praticamente todo indexado a taxas de mercado (Euribor) por oposição a uma base de depósitos (à vista) com uma duração média próxima dos 5 anos. Esta assimetria gera um diferencial de reapreciação entre ativo e passivo resultando numa sensibilidade positiva ao risco de taxa de juro.

O Santander Totta tem por política minimizar este risco estrutural de balanço, utilizando para o efeito a manutenção de uma carteira estrutural de títulos a taxa fixa (ativos de alta qualidade de liquidez, sobretudo dívida soberana), bem como posições de derivados de cobertura de risco de taxa de juro. Estas posições visam contrariar a posição estrutural resultante da atividade comercial e alinhar o posicionamento

em matéria de risco de taxa de juro com as perspetivas de evolução de mercado.

Risco de Mercado

O perímetro de medição, controlo e acompanhamento de riscos financeiros engloba as operações onde se assume risco patrimonial. O risco provém da variação dos fatores de risco – taxa de juro, taxa de câmbio, rendimento variável e volatilidade destes – bem como do risco de solvência e risco de liquidez dos diversos produtos e mercados em que o Baco Santander Totta opera.

Em função da finalidade do risco, as atividades são segmentadas do seguinte modo:

- Negociação: neste título inclui-se a atividade de serviço financeiro a clientes;
- Gestão de balanço: riscos decorrentes da atividade comercial do grupo, nomeadamente o risco de taxa de juro e de liquidez resultante dos desfasamentos temporais existentes nos vencimentos e *repricing* de ativos e passivos.

Metodologias

Atividade de Negociação

A metodologia aplicada no exercício de 2018, no âmbito do Banco Santander Totta, para a atividade de negociação, é o Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base a metodologia de simulação histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, tendo sido aplicados ajustamentos estatísticos que permitiram incluir de forma rápida e eficaz os acontecimentos mais recentes, e que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Em complemento utiliza-se a análise de cenários (*stress testing*), que consiste em definir cenários do comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto nos resultados ao aplicá-los sobre as carteiras. Estes cenários podem replicar o comportamento de variáveis financeiras perante factos ocorridos no passado (como crises) ou, pelo contrário, podem-se determinar cenários plausíveis que não correspondem a eventos passados. Em suma, a análise de cenários busca identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

São calculadas também várias medidas de sensibilidade (BPV e gregos) e volumes equivalentes.

Paralelamente é efetuado um acompanhamento diário das posições, realizando um controlo exaustivo das alterações que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar alterações de perfil ou eventuais incidências para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados é um indicador de

riscos, na medida em que nos permite identificar o impacto das variações das variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

Medidas de calibração e contraste (*Backtesting*)

A fiabilidade do modelo de VaR é aferida periodicamente através de uma análise ao *backtesting*. O *backtesting* consiste numa análise comparativa entre os cálculos do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários “limpos” (*clean P&L* – resultado associado à reavaliação das carteiras de fecho do dia anterior aos preços de fecho do dia seguinte), onde são analisados os desvios pontuais/espóricos dos resultados verificados face às medidas estimadas.

As análises de *backtesting* realizadas no Banco Santander Totta cumprem as recomendações do BIS, em matéria de comparação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. Adicionalmente, no *backtesting* são efetuados testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, medidas de excesso médio, entre outros.

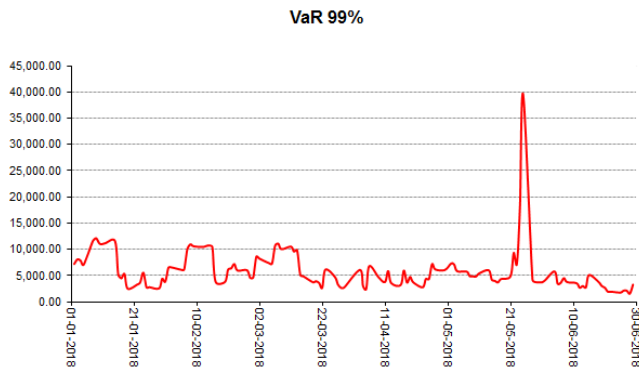
Limites

Para as carteiras de negociação utilizam-se limites quantitativos que se classificam em dois grupos, sendo estabelecidos em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a proteger o volume de perdas potenciais futuras. Constituem exemplo deste tipo de limites os limites por VaR, sobre medidas de sensibilidade (BPV e gregos) ou sobre posições equivalentes;
- Limites dirigidos a proteger/acomodar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período. Este tipo de limites tem como objetivo a geração de alertas sobre posições que estejam a gerar perdas (*loss triggers*), permitindo a tomada de decisões antes de alcançar o limite de perda máxima (*stop loss*), a partir do qual se considerará que as perdas terão atingido um nível inaceitável e se procederá ao imediato fecho de posições.

Análise quantitativa do VaR ao longo do ano

A evolução do risco relativo à atividade de negociação nos mercados financeiros durante o primeiro semestre de 2018, quantificado através do VaR, é a seguinte:



O VaR manteve-se em níveis reduzidos, variando entre os 1,5 mil euros e os 39,5 mil euros.

Risco Operacional

Definição e objetivos

O Banco Santander Totta (BST) define o risco operacional como "o risco de perda resultante de deficiências ou falhas nos processos internos, recursos humanos ou sistemas, ou derivado de circunstâncias externas". Diferencia-o de outro tipo de riscos, por não estar associado a produtos ou negócio, mas que se encontra presente nos processos e/ou ativos, e é gerado internamente (pessoas, sistemas, etc.) ou como consequência de riscos externos como por exemplo atuação de terceiros ou catástrofes naturais.

O risco operacional é inerente a todos os produtos, atividades, processos e sistemas e são gerados em todas as áreas de negócios e de suporte. Por esse motivo, todos os colaboradores são responsáveis por gerir e controlar os riscos operacionais gerados em seu âmbito de atuação.

O objetivo em matéria de controlo e gestão do risco operacional está direcionado na identificação, medição, avaliação, controlo, mitigação e informação desse risco.

A prioridade do BST é, portanto, identificar e mitigar fontes de risco, independentemente de terem ou não ocasionado perdas através de uma abordagem uniforme e integrada de gestão para todas as áreas envolvidas.

Para o cálculo de requisitos de fundos próprios para cobertura do risco operacional, o Grupo optou numa primeira fase pelo método *standard* previsto no normativo de BIS II.

Modelo de gestão

O modelo organizativo de controlo de gestão resulta da adaptação à abordagem de Basileia II pelo Grupo.

É praticada uma supervisão e controlo do risco operacional, através dos seus órgãos de governo. Neste sentido, o Conselho de Administração e a Comissão Executiva incluem, de forma periódica, o tratamento de aspetos relevantes na gestão e mitigação do risco operacional.

A função de risco operacional está estruturada em três linhas de defesa. A primeira linha de defesa é constituída por todas as áreas de negócio e de suporte, sendo, portanto, responsável pelo risco operacional que se incorre no seu âmbito e a sua função principal é identificar, avaliar, monitorizar, mitigar e comunicar este risco.

A segunda linha de defesa é responsável por supervisionar o controlo efetivo do risco operacional nas suas diferentes variáveis e avaliar se o mesmo é administrado de acordo com o nível de tolerância estabelecido pela alta administração do Grupo. É uma função independente e complementa as funções de gestão e controlo da primeira linha.

A terceira linha de defesa é constituída pela Auditoria Interna que deve avaliar periodicamente se as políticas, métodos e procedimentos são adequados e garantir que sejam efetivamente implementados na gestão.

As diversas etapas do modelo de gestão e controlo permitem:

- Identificar o risco operacional inerente a todas as atividades, produtos, processos e sistemas do Banco;
- Definir o perfil objetivo de risco operacional, com especificação das estratégias por unidade e horizonte temporal, por meio do estabelecimento do apetite e tolerância de RO, do orçamento e seu acompanhamento;
- Promover o envolvimento de todos os colaboradores com a cultura do risco operacional por meio de formação adequada a todos os âmbitos e níveis da organização;
- Medir e avaliar o risco operacional de forma objetiva, continuada e coerente com os padrões regulatórios (Basileia, Banco de Portugal, etc.) e o sector bancário;
- Realizar um acompanhamento contínuo das exposições de risco operacional, implantar procedimentos de controlo, melhorar o conhecimento interno e minimizar as perdas;
- Estabelecer medidas de mitigação que eliminem ou minimizem o risco operacional;
- Elaborar relatórios periódicos sobre a exposição ao risco operacional, e seu nível de controlo para a Administração e Áreas, bem como informar o mercado e organismos supervisores.

O modelo de controlo de risco operacional implementado traduz-se nos seguintes benefícios:

- Promove o desenvolvimento de uma cultura de risco operacional;
- Permite uma gestão integral e eficaz do risco operacional (identificação, medição/avaliação, controlo/mitigação e informação);
- Melhora o conhecimento dos riscos operacionais, tanto reais como potenciais, e sua atribuição às linhas de negócio e de suporte;
- As informações de risco operacional contribuem para melhorar os processos e controlos, reduzir as perdas e a volatilidade da receita;
- Facilita o estabelecimento de limites de apetência de risco operacional.

Para levar a cabo a identificação, medição e avaliação do risco operacional, foram definidas técnicas e instrumentos, de carácter quantitativo e qualitativo, que se combinam para realizar um diagnóstico a partir dos riscos identificados e obter uma valoração através da medição/avaliação de cada área.

A análise quantitativa realiza-se fundamentalmente através de instrumentos que registam e quantificam o potencial nível de perdas associados a eventos de risco operacional, nomeadamente:

- Base de dados interna, cujo objetivo é a captura da totalidade de eventos de risco operacional, quer tenham impactos contabilísticos ou não. Existem processos de conciliação contabilística que garantem a qualidade da informação incluída na base de dados;
- Base de dados externa, que proporciona informação quantitativa e qualitativa permitindo uma análise mais detalhada e estruturada de eventos relevantes que ocorreram no sector;
- Análise de cenários, em que se obtém a opinião das diversas linhas de negócio, gestores de riscos e de controlos, com o objetivo de identificar eventos potenciais de baixa probabilidade de ocorrência e com uma elevada perda para a instituição. Avalia-se o possível impacto e identificam-se controlos adicionais e/ou medidas de mitigação, que reduzam um possível impacto elevado para a instituição.

A análise qualitativa permite avaliar aspetos ligados a perfil de risco. Os instrumentos utilizados são fundamentalmente:

- Autoavaliação de risco operacional, cujo objetivo principal é identificar e avaliar os riscos operacionais em relação aos controlos existentes, e identificar medidas de mitigação no caso em que os níveis de risco não sejam aceitáveis;

- Indicadores, que são estatísticas ou parâmetros que proporcionam informação sobre a exposição do risco. Os indicadores e respetivos limites são revistos periodicamente, de forma a estarem ajustados à realidade;
- Recomendações de auditorias e reguladores, proporcionam informação relevante sobre o risco, permitindo a identificação de debilidades e controlos.

Existem, em complemento, diversos instrumentos que asseguram um sólido ambiente de controlo, através de políticas, processos e sistemas, controlos internos adequados, medidas de mitigação e estratégias de transferência apropriadas, nomeadamente:

- Ações corretivas;
- Gestão de crises e Plano de Continuidade de Negócio;
- Mecanismos de transferência de riscos e seguros;
- Acordo com terceiros e controlo de fornecedores.

Através da implementação de um programa de gestão avançada de risco operacional, o banco teve como objetivo impulsionar o envolvimento dos colaboradores, a consciencialização dos mesmos, e o seu senso de responsabilidade e motivação, bem como melhorar a comunicação e o intercâmbio de experiências entre colaboradores do Banco em todos os níveis da organização para alcançar um objetivo comum, ou seja, elevar o nível de gestão de risco operacional e da cultura. Todas essas ações contribuíram para uma monitorização e avaliação mais eficientes do perfil de risco operacional, proporcionando, portanto, bases sólidas para as decisões de negócios.

Adicionalmente, o Banco está numa fase de consolidação da implementação da nova ferramenta para gestão do risco operacional, que é comum a diversas áreas de controlo, maximizando sinergias entre as áreas e permitindo a utilização de metodologias comuns para avaliação dos riscos, nomeadamente o alinhamento da base de dados de riscos com os eventos identificados, controlo interno e respetivos planos de ação.

Risco de Cumprimento e Reputacional

O risco de cumprimento é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos para a instituição, com projeção nos resultados ou no capital, decorrentes da violação de normas jurídicas, determinações específicas, obrigações contratuais, regras de conduta e de relacionamento com clientes, princípios éticos e práticas instituídas, relativas à atividade desenvolvida, que se materializem, designadamente, em sanções de carácter legal ou regulatório, afetação das oportunidades de negócio, redução do potencial de expansão ou impossibilidade de

exigência do cumprimento de obrigações contratuais por parte de terceiros.

Por sua vez, entende-se por risco de reputação a probabilidade da ocorrência de impactos financeiros negativos para a instituição, com reflexo nos resultados ou no próprio capital, resultantes de uma percepção desfavorável da sua imagem pública, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas, colaboradores, investidores, órgãos de comunicação e quaisquer outras entidades com as quais a instituição se relacione, ou pela opinião pública em geral.

As políticas dos riscos de cumprimento e reputacional têm por finalidade a gestão dos mesmos, tal como definido nos parágrafos anteriores, determinando os mecanismos e procedimentos que permitam: i) minimizar a probabilidade de que se concretize; ii) identificar, reportar à administração e superar as situações que eventualmente se tenham verificado; iii) assegurar o seguimento e controlo; e iv) evidenciar, sendo necessário, que o Banco tem estes riscos entre as suas preocupações essenciais e dispõe de organização e meios vocacionados para a sua prevenção, deteção e, sendo o caso, superação.

Em conformidade com o quadro legal e regulamentar aplicável, o Banco tem estruturada uma função de cumprimento corporizada na Direção de Coordenação de Cumprimento e Conduta, área de primeira linha na hierarquia do Banco e a quem, especialmente, está atribuída a competência funcional de gestão dos riscos de cumprimento e reputacional.

Neste contexto, o Banco está igualmente a preparar um Modelo de Risco Reputacional, construído à luz do modelo corporativo homólogo, cuja aprovação formal está prospetivada ainda para 2018.

Sem prejuízo de todos os demais aspetos que decorrem do que fica exposto, as políticas globais relativas aos riscos de cumprimento e reputacional abrangem, designadamente, os instrumentos abaixo identificados que se referem pelo seu particular impacto na prevenção e gestão do risco:

- Valores corporativos;
- Política de cumprimento;
- Políticas de prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo;
- Códigos de conduta;
- Políticas de comercialização e seguimento de produtos;
- Política de riscos;
- Política de identificação e gestão de conflitos de interesses;
- Política de qualidade;
- Política de tratamento e proteção de dados pessoais;
- Monitorização e seguimento de novos normativos;
- Articulação com as autoridades de supervisão e seguimento de ações por elas desenvolvidas;
- Política de formação de colaboradores;
- Políticas de responsabilidade social e defesa do ambiente;
- Políticas de defesa corporativa;
- Políticas de financiamento para sectores sensíveis.

Prevenção de Branqueamento de Capitais

O Santander Totta desenvolve a sua atividade seguindo políticas e critérios de prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação em vigor.

O Banco cumpre com os deveres determinados pela Lei, dispõe de uma estrutura orgânica dedicada exclusivamente à prevenção e controlo do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que se encontra integrada na Direção de Coordenação de Cumprimento e Conduta, as equipas estão formadas nesta matéria e são regularmente atualizadas a fim de identificar e monitorizar as situações de eventual risco, efetuando de imediato as comunicações julgadas apropriadas aos órgãos competentes.

Do mesmo modo, o Banco utiliza ferramentas informáticas para acompanhar a operativa dos clientes e proceder à respetiva segmentação em função do potencial risco, aplicando medidas de diligência reforçada sempre que se justifique, e satisfazendo os demais imperativos legais e regulamentares pertinentes.

Anualmente, o sistema é objeto de auditoria.

Foi, entretanto, estabelecido um programa de especial acompanhamento da atividade das unidades de negócio do ex-Banco Popular Portugal, dirigido ao reforço dos procedimentos anteriormente praticados e no sentido da progressiva homogeneização dos critérios e ferramentas de monitorização, seguimento e controlo, incluindo a realização de ações de formação em prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo de acordo com os padrões do Banco.

Entretanto, em cumprimento da Carta Circular 2018/36 de 30/05/18 do Banco de Portugal aguarda-se a publicação do novo aviso que regulamentará a Lei nº 83/2017 e estabelecerá o novo enquadramento do relatório sobre a prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo que, consequentemente, ainda não foi apresentado.

Por outro lado o Banco, dando cumprimento à Instrução do Banco de Portugal nº 46/2012, procedeu à elaboração do Questionário de Auto Avaliação em matéria de prevenção de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, relativo ao período de 1 de novembro de 2016 a 30 de novembro de 2017, e ao envio do mesmo ao Banco de Portugal, previamente aprovado em Comissão Executiva.

Estrutura Acionista

Acionista	Nº de ações	%
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%
Taxagest - SGPS, S.A.	14.593.315	1,16%

Movimento de Ações Próprias

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no passado dia 30 de maio de 2018, o Banco Santander Totta S.A. diretamente por si ou por sociedade sua dependente, pode adquirir ações próprias bem como alienar as adquiridas até ao limite e nas demais condições da lei.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco Santander Totta S.A. detinha 399.215 ações próprias correspondentes a 0,032% do seu capital social. Durante o primeiro semestre de 2018, o Banco Santander Totta comprou 2.887 ações próprias, correspondente a 0,0002% do seu capital social, fechando o ano com um total de 402.102 ações próprias.

A aquisição está inserida na política geral do Banco Santander Totta S.A., no sentido de adquirir ações de acionistas fora do Grupo Santander que as queiram vender.

TRANSAÇÃO COM AÇÕES PRÓPRIAS DURANTE O 1º SEMESTRE DE 2018

	Número de ações	Preço médio unitário (€)	Valor Contabilístico (€)	% no Capital Social
Saldo em 31/12/2017	399.215	5,28	2.108.245	0,032%
Aquisição de ações	2.887	3,95	11.391	0,0002%
Alienação de ações	0	-	0	-
Saldo em 30/06/2018	402.102	5,27	2.119.637	0,032%

Indicadores Alternativos de Desempenho

Apresenta-se um conjunto de Indicadores Alternativos de Desempenho (IAD), utilizado no Relatório de Gestão, elaborado em conformidade com as orientações emitidas pela ESMA (Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados) em 5 de outubro de 2015 (ESMA/2015/1415pt).

O Banco utiliza, para análise da gestão, um conjunto de indicadores, para medição da rentabilidade, eficiência e dinâmicas de volumes de negócio. Na sua maioria, estes indicadores são derivados da informação financeira divulgada de acordo com as normas contabilísticas em vigor (informação IFRS), mas outros são calculados com informação de gestão (informação MIS), não diretamente relacionável com a informação IFRS. De igual modo, alguns indicadores podem ser calculados corrigindo de movimentos não recorrentes, visando traduzir a dinâmica subjacente da atividade, rentabilidade e eficiência do Banco.

Os indicadores são discriminados seguidamente, efetuando-se a remissão, no possível, para a informação IFRS.

Margem financeira

“Rendimentos de juros” deduzidos dos “Encargos por juros”

Comissões líquidas

“Rendimentos de serviços e comissões” deduzidos dos “encargos com serviços e comissões”

Margem comercial

Soma da “margem financeira”, “rendimento de instrumentos de capital”, “comissões líquidas” e “outros resultados de exploração”

Resultado em operações financeiras

Soma de “Ativos e passivos ao justo valor através de resultado”, de “Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral”, de “reavaliação cambial” e de “Alienação de outros ativos”

Produto bancário

Margem comercial adicionada de resultados em operações financeiras

Custos operacionais

“Custos com pessoal” adicionado de “gastos gerais administrativos” e de “depreciações e amortizações”

Resultado de exploração

Produto bancário subtraído dos custos operacionais

Imparidade, provisões líquidas e outros resultados

Soma de “provisões líquidas de anulações”, de “imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado”, de “imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações”, de “imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações”, de “resultados de associadas” e de “Resultados de ativos não correntes detidos para venda”.

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam

Resultado de exploração subtraído de imparidades e provisões líquidas e adicionado de “resultados de associadas e outros”

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam

Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam deduzido de impostos

Outros resultados líquidos não recorrentes

Agrega diversos conceitos distribuídos pelas várias linhas da Demonstração de resultados consolidados dos Banco. No primeiro semestre de 2018, inclui valores decorrentes de operações não orgânicas, constantes das rúbricas de provisões líquidas de anulações e de impostos, entre outras rúbricas menores.

Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST

Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam, deduzido de “interesses que não controlam” e adicionado de outros resultados líquidos não recorrentes

Rácio de eficiência

Rácio entre os custos operacionais e o produto bancário

Rácio Crédito / Depósitos (rácio de transformação)

Calculado de acordo com as definições decorrentes do “Memorando de Entendimento”

Gap comercial

Diferença entre o “crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” e os “recursos de clientes e outros empréstimos”

Volume de Negócio

Soma do crédito a clientes (bruto) com os recursos de clientes

Crédito a clientes

Corresponde à rubrica de balanço “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado”

Crédito a particulares (habitação e consumo) e empresas

Definido de acordo com a segmentação da informação de gestão (MIS)

Rácio de *non-performing exposure*

Exposição não produtiva (NPE), definida de acordo com o documento “Orientações sobre créditos não produtivos dirigidas a instituições de crédito” do Banco Central Europeu (março 2017), em rácio da exposição total, incluindo extra-patrimoniais

Custo do crédito

Rácio entre a “imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações” (da demonstração dos resultados) e a média do “crédito a clientes bruto” (do balanço)

Cobertura de *non-performing exposure*

Imparidades de exposições não-produtivas em relação ao total de exposições não produtivas (NPE)

Depósitos

Corresponde à rubrica de balanço “Recursos de clientes e outros empréstimos”

Recursos fora de balanço

Soma dos fundos de investimento comercializados e de seguros e outros recursos, cuja informação é obtida através da Santander Asset Management e/ou do sistema de informação de gestão (MIS)

Volume de Negócio

Soma do crédito a clientes (bruto) com os recursos de clientes

Liquidity Coverage Ratio (LCR)

O LCR (rácio de cobertura de liquidez), de acordo com o disposto no artigo 412.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 575/2013, deverá ser igual ao rácio entre a reserva de liquidez de uma instituição de crédito e as suas saídas de liquidez líquidas durante um período de tensão de 30 dias de calendário.

Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)

Rácio entre o resultado líquido do exercício (anualizado) e os capitais próprios do início do período

Rendibilidade do ativo (ROA)

Rácio entre o resultado líquido e o ativo líquido

Declaração a que se refere a alínea c) do nº 1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários

A alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários determina que cada uma das pessoas responsáveis da sociedade emita declaração cujo teor é aí definido.

Os membros do Conselho de Administração do Banco Santander Totta, S.A, aqui identificados nominativamente subscreveram individualmente a declaração que a seguir se transcreve:

“Declaro, nos termos e para os efeitos previstos na alínea c) do nº.1 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários que, tanto quanto é do meu conhecimento, as demonstrações financeiras condensadas relativas ao primeiro semestre do exercício de 2018 foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do Banco Santander Totta, S.A e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, e que o relatório de gestão intercalar expõe fielmente as informações exigidas nos termos do nº 2 do artigo 246º do Código de Valores Mobiliários”.

Conselho de Administração

António Basagoiti Garcia-Tuñon Presidente	
António José Sacadura Vieira Monteiro Vice-Presidente	Enrique Garcia Candelas Vice-Presidente
António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino Vogal	Inês Oom Ferreira de Sousa Vogal
Isabel Maria Lucena Vasconcelos Cruz de Almeida Mota Vogal	João Baptista Leite Vogal
José Carlos Brito Sítima Vogal	Jose Urgel Moura Leite Maia Vogal
Luís Filipe Ferreira Bento dos Santos Vogal	Luis Manuel Moreira de Campos e Cunha Vogal
Manuel António Amaral Franco Preto Vogal	Manuel Maria de Olazabal y Albuquerque Vogal
Pedro Aires Coruche Castro e Almeida Vogal	Remedios Ruiz Macia Vogal

Demonstrações Financeiras Consolidadas

As contas referentes ao primeiro semestre de 2018 não foram objeto de revisão limitada nem do respetivo parecer por parte dos auditores do Banco

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ATIVO	Notas	30-06-2018		31-12-2017		PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	30-06-2018	31-12-2017
		Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	2.482.343	-	2.482.343	1.039.554	Passivo			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	614.798	-	614.798	658.155	Passivos financeiros detidos para negociação	7	1.367.419	1.533.760
Ativos financeiros detidos para negociação	7	1.342.896	-	1.342.896	1.515.236	Passivos financeiros ao custo amortizado			
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	8	237.611	-	237.611		<i>Recursos de bancos centrais</i>	18	3.056.295	3.080.538
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	9	4.522.106	275	4.521.831	4.537.143	<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	18	4.284.642	4.351.086
Ativos financeiros ao custo amortizado						<i>Recursos de clientes e outros empréstimos</i>	18	34.413.166	32.137.468
<i>Aplicações em instituições de crédito</i>	10	892.298	27	892.271	826.367	<i>Responsabilidades representadas por títulos</i>	18	4.434.866	4.581.237
<i>Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado</i>	10	41.542.380	1.473.182	40.069.198	39.633.212	<i>Outros passivos financeiros</i>	18	215.616	
Investimentos detidos até à maturidade					108.809	Derivados de cobertura	11	49.919	39.275
Derivados de cobertura	11	53.190	-	53.190	15.349	Correções de valor em ativos inseridos em operações de cobertura	41	3.775	
Correções de valor em ativos inseridos em operações de cobertura	41	27.580	-	27.580		Provisões	19	483.944	167.550
Investimentos em associadas	12	81.231	1.853	79.378	76.602	Passivos por impostos	15	305.835	232.481
Propriedades de investimento	13	330.182	-	330.182	353.957	Instrumentos representativos de capital reembolsáveis	20	69.397	69.026
Outros ativos tangíveis	14	865.550	515.332	350.218	353.305	Outros passivos	21	572.385	788.067
Ativos intangíveis	14	448.699	419.779	28.920	34.299	Total do Passivo		<u>49.257.259</u>	<u>46.980.488</u>
Ativos por impostos	15	821.693	-	821.693	467.406	Capital Próprio			
Outros ativos	16	793.715	177.680	616.035	935.371	Capital	22	1.256.723	1.256.723
Ativos não correntes detidos para venda	17	114.704	37.459	77.245	87.269	Prémios de emissão	22	193.390	193.390
						Outros instrumentos de capital	22	135.000	135.000
						Reservas por rendimento integral acumulado	22	(219.901)	(277.225)
						Outras reservas e resultados transitados	22	1.730.331	1.975.354
						(Ações próprias)	22	(44.002)	(43.991)
						Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do BST	23	235.636	421.157
						Capital próprio atribuível aos acionistas do BST		<u>3.287.177</u>	<u>3.660.408</u>
						Interesses minoritários	24	953	1.138
						Total do Capital Próprio		<u>3.288.130</u>	<u>3.661.546</u>
Total do Ativo		<u>55.170.976</u>	<u>2.625.587</u>	<u>52.545.389</u>	<u>50.642.034</u>	Total do Passivo e do Capital Próprio		<u>52.545.389</u>	<u>50.642.034</u>

O anexo faz parte integrante do balanço consolidado para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2018.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	30-06-2018	30-06-2017
Rendimentos de juros	26	625.718	536.154
Encargos por juros	27	(180.670)	(196.750)
Margem financeira		445.048	339.404
Rendimentos de instrumentos de capital	28	1.233	2.863
Rendimentos de serviços e comissões	29	225.574	197.867
Encargos com serviços e comissões	30	(38.845)	(33.567)
Resultados em operações financeiras			
<i>Ativos e passivos ao justo valor através de resultados</i>	31	(5.001)	(2.418)
<i>Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral</i>	31	26.352	35.690
<i>Reavaliação cambial</i>	31	4.762	4.425
<i>Alienação de outros ativos</i>	31	6.710	14.048
Outros resultados de exploração	32	(26.677)	(17.087)
Produto bancário		639.156	541.225
Custos com o pessoal	33	(176.437)	(156.663)
Gastos gerais administrativos	34	(106.377)	(83.367)
Depreciações e amortizações	14	(20.657)	(18.698)
Provisões líquidas de anulações	19	(306.510)	(8.086)
Imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado	19	299	(14.889)
Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações	19		164
Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações	19	(21.626)	23.686
Resultados de associadas	35	2.349	2.633
Resultados de ativos não correntes detidos para venda		3.782	
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		13.979	286.005
Impostos	15	221.474	(63.495)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		235.453	222.510
Interesses que não controlam		183	-
Resultado consolidado do período atribuível aos acionistas do BST		235.636	222.510
		Ações em circulação	1.241.729.255
		Resultado por ação básico e diluído (em Euros)	0,19
			1.241.824.639
			0,18

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2018.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	30 de junho de 2018		30 de junho de 2017	
	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas do BST	Atribuível a interesses que não controlam
Resultado consolidado do período	235.636	(183)	222.510	-
Itens que não serão reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
· Desvios atuariais e financeiros relativos a pensões				
· Valor bruto	(7.772)	-	12.518	-
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para a demonstração de resultados:				
· Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial				
· Justo valor	587	-	530	-
· Impacto fiscal	(160)	-	(135)	-
· Variações no justo valor de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
· Justo valor	50.620	-	231.013	-
· Impacto fiscal	(14.600)	-	(66.985)	-
· Variações de justo valor de investimentos detidos até à maturidade				
· Justo valor	-	-	417	-
· Impacto fiscal	-	-	(121)	-
· Variações no justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa				
· Justo valor	41.520	-	1.161	-
· Impacto fiscal	(12.871)	-	(336)	-
Rendimento integral consolidado do período	292.960	(183)	400.572	-

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2018.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Capital	Prémios de emissão	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação			Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Ações próprias	Resultado líquido do período	Interesses que não controlam	Total do capital próprio
				De reavaliações legais	De justo valor	Por impostos diferidos							
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.256.723	193.390	135.000	23.245	(855.728)	223.333	311.098	915.175	726.339	(43.621)	380.032	670	3.265.656
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	-	163	33.650	159.967	(116.598)	-	(77.182)	-	-
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	(45.817)	-	-	(302.850)	-	(348.667)
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incentivos de longo prazo com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	196	-	-	-	-	196
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(134)	-	-	-	6	(128)
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2017	-	-	-	-	245.639	(67.577)	-	-	-	-	222.510	-	400.572
Saldos em 30 de junho de 2017	1.256.723	193.390	135.000	23.245	(610.089)	155.919	344.748	1.029.387	609.741	(43.621)	222.510	676	3.317.629
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(370)	-	-	(370)
Aquisição e Fusão do Banco Popular Portugal	-	-	-	-	-	-	-	(8.411)	-	-	-	-	(8.411)
Incentivos de longo prazo com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	(220)	-	-	-	-	(220)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	104	5	-	-	462	571
Rendimento integral consolidado do segundo semestre de 2017	-	-	-	-	231.390	(77.690)	-	-	-	-	198.647	-	352.347
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.256.723	193.390	135.000	23.245	(378.699)	78.229	344.748	1.020.860	609.746	(43.991)	421.157	1.138	3.661.546
Aplicação dos resultados	-	-	-	-	-	-	69.563	342.256	9.338	-	(421.157)	-	-
. Transferência para reservas	-	-	-	-	-	-	-	(618.597)	-	-	-	-	(618.597)
. Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11)	-	-	(11)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(43.551)
Impacto de abertura de aplicação da IFRS9	-	-	-	-	-	-	-	(43.551)	-	-	-	-	(43.551)
Incentivos de longo prazo com base em ações	-	-	-	-	-	-	-	186	-	-	-	-	186
Outros	-	-	-	-	-	-	-	(4.218)	-	-	-	(2)	(4.220)
Rendimento integral consolidado do primeiro semestre de 2018	-	-	-	-	84.955	(27.631)	-	-	-	-	235.636	(183)	292.777
Saldos em 30 de junho de 2018	1.256.723	193.390	135.000	23.245	(293.744)	50.598	414.311	696.936	619.084	(44.002)	235.636	953	3.288.130

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio consolidado para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2018.

BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	760.321	703.005
Pagamento de juros e comissões	(198.754)	(224.567)
Pagamentos ao pessoal e a fornecedores	(296.794)	(271.010)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	(28.454)	(12.680)
Recuperação de créditos incobráveis	3.722	2.651
Resultados operacionais antes das alterações nos ativos e passivos operacionais	<u>240.041</u>	<u>197.399</u>
(Aumentos) diminuições de ativos operacionais:		
Aplicações em instituições de crédito	(68.641)	(1.049.822)
Ativos financeiros detidos para negociação	172.445	144.703
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	(253.721)	(236.125)
Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(1.253)	9.352
Activos não correntes detidos para venda	(17.691)	(103.847)
Propriedades de investimento	23.776	16.340
Outros ativos	248.274	251.164
	<u>103.189</u>	<u>(968.235)</u>
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito	(90.935)	1.042.456
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.386.930	(40.302)
Passivos financeiros detidos para negociação	(166.341)	(128.384)
Outros passivos	(114.947)	18.810
	<u>2.014.707</u>	<u>892.580</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	2.357.937	121.744
Impostos pagos	(71.414)	(26.740)
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>2.286.523</u>	<u>95.004</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	1.233	2.863
Aquisição de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(558.613)	(965)
Alienação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	615.338	1.226.468
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	(237.611)	
Alienação de investimentos detidos até à maturidade		5.885
Rendimentos adquiridos nos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	95.075	119.442
Aquisições de ativos tangíveis e intangíveis	(15.463)	(15.061)
Vendas de ativos tangíveis	1.179	1.223
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(98.862)</u>	<u>1.339.855</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Emissão (reembolso) de dívida titulada	(145.301)	(250.137)
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	(24.291)	(32.068)
Dividendos pagos	(618.324)	(348.486)
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	(313)	(315)
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>(788.229)</u>	<u>(631.006)</u>
Aumento/(Diminuição) líquido(a) de caixa e seus equivalentes	<u>1.399.432</u>	<u>803.853</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.697.709	1.536.809
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.097.141	2.340.662

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa consolidados para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2018.

NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Santander Totta, S.A. (adiante igualmente designado por “Banco”, “BST” ou “Grupo”) foi constituído em 1864, assumia anteriormente a denominação de Companhia Geral de Crédito Predial Português, S.A. (CPP) e encontra-se sediado em Portugal na Rua do Ouro, nº 88, Lisboa. O Banco foi nacionalizado em 1975 e transformado em sociedade anónima de capitais públicos em 1990. Em 2 de dezembro de 1992 o seu capital foi reprivatizado, mediante uma oferta pública de ações efetuada em sessão especial da Bolsa de Valores de Lisboa.

A partir de dezembro de 2000, o Banco integrou o Grupo Santander, na sequência da aquisição por este do Banco Totta & Açores, S.A. (Totta). Os principais saldos e transações mantidos com empresas do Grupo Santander durante os primeiros semestres de 2018 e 2017 encontram-se detalhados na Nota 39.

No dia 16 de dezembro de 2004 foi registada a operação de cisão/fusão do totta, ao abrigo da qual foram destacadas as participações financeiras detidas por este na Foggia, SGPS, S.A. e na Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A., tendo o remanescente da sua atividade, em conjunto com o Banco Santander Portugal, S.A. (BSP), sido incorporados por fusão no CPP que alterou a sua designação para a atual.

Em 3 de maio de 2010, o Banco procedeu à fusão por incorporação do Banco Santander de Negócios Portugal, S.A. (BSN). A operação foi registada contabilisticamente com referência a 1 de janeiro de 2010.

Em 1 de abril de 2011, o Banco procedeu à fusão por incorporação da Totta Crédito Especializado – Instituição Financeira de Crédito, S.A. (Totta IFIC).

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), o Banco adquiriu a atividade bancária e um conjunto de ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão desta entidade.

Na sequência da deliberação do Conselho Único de Resolução no que respeita à aplicação de uma medida de resolução ao Banco Popular Español, S.A., tomada no dia 7 de junho de 2017, através do instrumento de alienação da totalidade da atividade, com a transmissão da totalidade das ações representativas do capital social do Banco Popular Español, S.A. para o Banco Santander, S.A., este passou a deter, indiretamente, a totalidade do capital social e dos direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A.. Tendo em vista a reestruturação do negócio do Banco Popular em Portugal e a sua integração no Grupo Santander, o Banco Santander, S.A., demonstrou a intenção de transferir todas as ações que representam o capital social e os direitos de voto do Banco Popular Portugal, S.A. (BAPOP) para o BST.

Neste sentido, o Banco Central Europeu em 22 de dezembro de 2017 comunicou a sua não oposição à compra pelo BST da totalidade do capital e dos direitos de voto do BAPOP e à fusão do BAPOP no BST. Em consequência, foi registada a fusão em 27 de dezembro de 2017.

O BST dedica-se à obtenção de recursos de terceiros, sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, em todos os setores da economia, na sua maior parte sob a forma de concessão de empréstimos ou em títulos, prestando ainda outros serviços bancários no País e no estrangeiro.

O Banco dispõe de uma rede nacional de 624 balcões (635 balcões em 31 de dezembro de 2017) e mantém uma sucursal em Londres, assim como uma Sucursal Financeira Internacional na Região Autónoma da Madeira. Tem ainda algumas filiais e escritórios de representação no estrangeiro e participações em empresas subsidiárias e associadas.

As demonstrações financeiras do Banco relativas ao primeiro semestre de 2018 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 25 de setembro de 2018.

1. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

1.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de fevereiro, do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são efetuados ajustamentos de conversão para as IAS/IFRS.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas referentes a 30 de junho de 2018, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de dezembro de 2017, aplicando em particular a IAS 34 (relato financeiro intercalar), exceto as que decorrem de alterações normativas que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2018.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de determinadas estimativas contabilísticas críticas, implicando também o exercício de julgamento pela Gestão, quanto à aplicação das políticas contabilísticas do Grupo. As áreas das demonstrações financeiras que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou as áreas cujos pressupostos e estimativas são significativos à preparação deste conjunto de demonstrações financeiras, encontram-se apresentadas na Nota 2.

Adoção de normas (novas e revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia. Em 01 de janeiro de 2018 o Banco adotou as seguintes normas contabilísticas:

- **IFRS 15** (nova), ‘Rédito de contratos com clientes’. Esta nova norma aplica-se apenas a contratos para a entrega de produtos ou prestação de serviços, e exige que a entidade reconheça o rédito quando a obrigação contratual de entregar ativos ou prestar serviços é satisfeita e pelo montante que reflete a contraprestação a que a entidade tem direito, conforme previsto na “metodologia das 5 etapas”.
- **Alterações à IFRS 15**, ‘Rédito de contratos com clientes’. Estas alterações referem-se às indicações adicionais a seguir para determinar as obrigações de desempenho de um contrato, ao momento do reconhecimento do rédito de uma licença de propriedade intelectual, à revisão dos indicadores para a classificação da relação principal versus agente, e aos novos regimes previstos para simplificar a transição.
- **IFRS 9** (nova), ‘Instrumentos financeiros’. A IFRS 9 substitui os requisitos da IAS 39, relativamente: (i) à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros; (ii) ao reconhecimento de imparidade sobre créditos a receber (através do modelo da perda esperada); e (iii) aos requisitos para o reconhecimento e classificação da contabilidade de cobertura.
- **IFRS 4** (alteração), ‘Contratos de seguro (aplicação da IFRS 4 com a IFRS 9)’. Esta alteração atribui às entidades que negociam contratos de seguro a opção de reconhecer no Outro rendimento integral, em vez de reconhecer na Demonstração dos resultados, a volatilidade que pode resultar da aplicação da IFRS 9 antes da nova norma sobre contratos de seguro ser publicada. Adicionalmente é dada uma isenção temporária à aplicação da IFRS 9 até 2021 às entidades cuja atividade predominante seja a de seguradora. Esta isenção é opcional e não se aplica às demonstrações financeiras consolidadas que incluam uma entidade seguradora.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- **IFRS 2** (alteração), 'Classificação e mensuração de transações de pagamentos baseados em ações'. Esta alteração clarifica a base de mensuração para as transações de pagamentos baseados em ações liquidadas financeiramente ("cash-settled") e a contabilização de modificações a um plano de pagamentos baseado em ações, que alteram a sua classificação de liquidado financeiramente ("cash-settled") para liquidado com capital próprio ("equity-settled"). Para além disso, introduz uma exceção aos princípios da IFRS 2, que passa a exigir que um plano de pagamentos baseado em ações seja tratado como se fosse totalmente liquidado com capital próprio ("equity-settled"), quando o empregador seja obrigado a reter um montante de imposto ao funcionário e pagar essa quantia à autoridade fiscal.
- **IAS 40** (alteração) 'Transferência de propriedades de investimento'. Esta alteração clarifica que os ativos só podem ser transferidos de e para a categoria de propriedades de investimentos quando exista evidência da alteração de uso. Apenas a alteração da intenção da gestão não é suficiente para efetuar a transferência.
- **Melhorias às normas 2014 – 2016**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 12 e IAS 28.
- **IFRIC 22** (nova), 'Operações em moeda estrangeira e contraprestação antecipada' Trata-se de uma interpretação à IAS 21 'Os efeitos de alterações em taxas de câmbio' e refere-se à determinação da "data da transação" quando uma entidade paga ou recebe antecipadamente a contraprestação de contratos denominados em moeda estrangeira. A "data da transação" determina a taxa de câmbio a usar para converter as transações em moeda estrangeira.

A adoção das normas e interpretações acima referidas teve impacto sobretudo ao nível das divulgações e da apresentação das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, até à data de aprovação das demonstrações financeiras anexas, foram também emitidas as seguintes normas e melhorias ainda não adotadas pelo Banco, em virtude da sua aplicação não ser ainda obrigatória ou de não terem sido aprovadas ("endorsed") pela União Europeia:

- **IFRS 16** (nova), 'Locações'. Esta nova norma substitui o IAS 17, com um impacto significativo na contabilização pelos locatários que são agora obrigados a reconhecer um passivo de locação refletindo futuros pagamentos da locação e um ativo de "direito de uso" para todos os contratos de locação, exceto certas locações de curto prazo e de ativos de baixo valor. A definição de um contrato de locação também foi alterada, sendo baseada no "direito de controlar o uso de um ativo identificado". No que se refere ao regime de transição, a nova norma pode ser aplicada retrospectivamente ou pode ser seguida uma abordagem retrospectiva modificada.
- **IFRS 9** (alteração), 'Elementos de pré-pagamento com compensação negativa'. Esta alteração introduz a possibilidade de classificar ativos financeiros com condições de pré-pagamento com compensação negativa, ao custo amortizado, desde que se verifique o cumprimento de condições específicas, em vez de serem classificados ao justo valor através de resultados.
- **IAS 19** (alteração), 'Alterações, reduções e liquidações de planos de benefícios definidos'. Esta alteração à IAS 19 exige que uma entidade: (i) utilize pressupostos atualizados para determinar o custo do serviço atual e os juros líquidos para o período remanescente após a alteração, redução ou liquidação do plano; e (ii) reconheça no resultado do exercício como parte do custo com serviços passados, ou como ganho ou perda na liquidação, e no Outro rendimento integral qualquer redução no excedente de cobertura, mesmo que o excedente de cobertura não tenha sido reconhecido anteriormente devido ao impacto do "asset ceiling".

- **IAS 28** (alteração), 'Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos'. Esta alteração clarifica que os investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos (componentes do investimento de uma entidade em associadas e empreendimentos conjuntos), que não estão a ser mensurados através do método de equivalência patrimonial, são contabilizados segundo a IFRS 9, estando sujeitos ao modelo de imparidade das perdas estimadas, antes de qualquer teste de imparidade ao investimento como um todo.
- **Melhorias às normas 2015 – 2017**. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IAS 23, IAS 12, IFRS 3 e IFRS 11.
- **Estrutura conceptual**, 'Alterações na referência a outras IFRS' Como resultado da publicação da nova Estrutura Conceitual, o IASB introduziu alterações no texto de várias normas e interpretações, como: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, SIC 32, de forma a clarificar a aplicação das novas definições de ativo / passivo e de gasto / rendimento, além de algumas das características da informação financeira. Essas alterações são de aplicação retrospectiva, exceto se impraticáveis.
- **IFRS 17** (nova), 'Contratos de seguro'. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, a cada data de relato. A mensuração corrente pode assentar num modelo completo ("building block approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O reconhecimento da margem técnica é diferente consoante esta seja positiva ou negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva
- **IFRIC 23** (nova), 'Incerteza sobre o tratamento de Imposto sobre o rendimento' Trata-se de uma interpretação à IAS 12 – 'Imposto sobre o rendimento', referindo-se aos requisitos de mensuração e reconhecimento a aplicar quando existem incertezas quanto à aceitação de um determinado tratamento fiscal por parte da Administração fiscal relativamente a Imposto sobre o rendimento. Em caso de incerteza quanto à posição da Administração fiscal sobre uma transação específica, a entidade deverá efetuar a sua melhor estimativa e registar os ativos ou passivos por imposto sobre o rendimento à luz da IAS 12, e não da IAS 37 – 'Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes', com base no valor esperado ou o valor mais provável. A aplicação da IFRIC 23 pode ser retrospectiva ou retrospectiva modificada.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)**Comparabilidade da informação**

O Banco adotou pela primeira vez em 01 de janeiro de 2018 a IFRS 9 “Instrumentos financeiros”. A IFRS 9 introduz novos requisitos no que respeita à (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, (ii) mensuração e reconhecimento de imparidade de crédito sobre ativos financeiros através de um modelo de perdas esperadas e (iii) contabilidade de cobertura. As principais variações foram:

ATIVO	31-12-2017	Classificação	Mensuração	01-01-2018
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.039.554	-	-	1.039.554
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.155	-	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.515.236	-	-	1.515.236
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	77.580	-	77.580
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.537.143	(77.580)	-	4.459.563
Ativos financeiros ao custo amortizado				
<i>Aplicações em instituições de crédito</i>	826.367	-	-	826.367
<i>Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado</i>	39.633.212	115.975	(28.141)	39.721.046
Investimentos detidos até à maturidade	108.809	(108.809)	-	-
Derivados de cobertura	15.349	-	-	15.349
Investimentos em associadas	76.602	-	-	76.602
Propriedades de investimento	353.957	-	-	353.957
Outros ativos tangíveis	353.305	-	-	353.305
Ativos intangíveis	34.299	-	-	34.299
Ativos por impostos	467.406	(2.221)	19.593	484.778
Outros ativos	935.371	-	-	935.371
Ativos não correntes detidos para venda	87.269	-	-	87.269
Total do Ativo	50.642.034	4.945	(8.548)	50.638.431
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO				
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	1.533.760	-	-	1.533.760
Passivos financeiros ao custo amortizado				
<i>Recursos de bancos centrais</i>	3.080.538	-	-	3.080.538
<i>Recursos de outras instituições de crédito</i>	4.351.086	-	-	4.351.086
<i>Recursos de clientes e outros empréstimos</i>	32.137.468	-	-	32.137.468
<i>Responsabilidades representadas por títulos</i>	4.581.237	-	-	4.581.237
Derivados de cobertura	39.275	-	-	39.275
Provisões	167.550	-	35.062	202.612
Passivos por impostos	232.481	-	-	232.481
Instrumentos representativos de capital reembolsáveis	69.026	-	-	69.026
Outros passivos	788.067	-	-	788.067
Total do Passivo	46.980.488	-	35.062	47.015.550
Capital Próprio				
Capital	1.256.723	-	-	1.256.723
Prémios de emissão	193.390	-	-	193.390
Outros instrumentos de capital	135.000	-	-	135.000
Reservas por rendimento integral acumulado	(277.225)	4.886	-	(272.339)
Outras reservas e resultados transitados	1.975.354	59	(43.610)	1.931.803
(Ações próprias)	(43.991)	-	-	(43.991)
Resultado consolidado do exercício atribuível aos acionistas do BST	421.157	-	-	421.157
Capital próprio atribuível aos acionistas do BST	3.660.408	4.945	(43.610)	3.621.743
Interesses minoritários	1.138	-	-	1.138
Total do Capital Próprio	3.661.546	4.945	(43.610)	3.622.881
Total do Passivo e do Capital Próprio	50.642.034	4.945	(8.548)	50.638.431

Os impactos apurados resultam maioritariamente do reconhecimento de perdas de crédito esperadas, da reavaliação de instrumentos de capital próprio ao seu justo valor e das alterações de classificação de ativos financeiros por via do modelo de negócio do Banco.

1.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos, rendimentos, gastos, outros rendimentos integrais e fluxos de caixa do Grupo e as das entidades controladas por si direta e indiretamente (Nota 4), incluindo entidades com finalidade especial.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Empresas subsidiárias são aquelas em que o Grupo exerce um controlo efetivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas atividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto, pela exposição ou direitos a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a investida e a capacidade de usar o seu poder sobre as atividades relevantes da investida para afetar o valor dos seus resultados. Adicionalmente, em resultado da aplicação da IFRS 10 – “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, o Grupo inclui no seu perímetro de consolidação entidades com finalidade especial, nomeadamente veículos e fundos criados no âmbito de operações de titularização, quando exerce sobre as mesmas um controlo financeiro e operacional efetivo e quando está exposto à maioria dos riscos e benefícios associados à respetiva atividade.

As demonstrações financeiras das empresas subsidiárias são consolidadas pelo método da integração global a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento em que o controlo cessa. As transações e os saldos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos. O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias que foram consolidadas pelo método da integração global é apresentado na rubrica “Interesses que não controlam” (Nota 24).

O custo de aquisição é mensurado pelo justo valor dos ativos dados em troca, dos passivos assumidos e dos interesses de capital próprio emitidos para o efeito. Os custos de transação incorridos são contabilizados como gastos nos períodos em que os custos são incorridos, com exceção dos custos da emissão de valores mobiliários representativos de dívida ou de capital próprio, que devem ser reconhecidos em conformidade com a IAS 32 e a IAS 39. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos na aquisição são mensurados pelo justo valor determinado à data de aquisição.

Na aplicação do método da compra, os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor ou na proporção da percentagem detida sobre o ativo líquido da entidade adquirida, quando representam direitos efetivos na entidade. Quando seja adquirido controlo através de direitos potenciais os interesses que não controlam são mensurados ao justo valor.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam de valor negativo.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de controlo, qualquer participação minoritária anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação minoritária remanescente retida é reavaliada ao justo valor na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Por outro lado, o Grupo gere ativos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiros. As demonstrações financeiras dos fundos de investimento não são incluídas no perímetro de consolidação do Grupo, exceto quando este detém o controlo desses fundos de investimento, nomeadamente quando tem mais de 50% das suas unidades de participação, casos esses em que aqueles fundos são consolidados pelo método da integração global. De acordo com o estabelecido na IAS 32 e na IFRS 10, o valor correspondente à participação de terceiros nos fundos de investimento que foram consolidados pelo método da integração global é apresentado como um passivo na rubrica “Instrumentos representativos de capital”. Os interesses que não controlam de resultados relativos ao fundo de investimento consolidado são reconhecidos como uma dedução à rubrica “Outros resultados de exploração” (Fundo Novimovest) atendendo à natureza dos principais rendimentos auferidos por esse fundo.

As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo exerce influência significativa mas em que não detém o seu controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (direta ou indireta) superior a 20%, mas inferior a 50% (com direitos de voto proporcionais à participação) ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, a partir do momento em que o Grupo passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma cessa.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pelas empresas associadas. Os dividendos atribuídos pelas Associadas reduzem ao valor do investimento realizado pelo Grupo. O Grupo realiza testes de imparidade para os seus investimentos em associadas, sempre que se verifiquem indícios de imparidade. As perdas de imparidade contabilizadas em períodos anteriores podem ser reversíveis, até ao limite das perdas acumuladas.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição dos negócios e a percentagem efetiva equivalente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes das empresas subsidiárias e associadas adquiridas, assim como quaisquer instrumentos de Capital Próprio emitidos pelo Grupo. Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao goodwill, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o goodwill é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, nunca superiores ao grupo de ativos que compõem cada segmento operacional do Grupo, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas de “cash-flows” futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo e assentes em metodologias apropriadas e aceites. As perdas por imparidade associadas ao goodwill são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas. O goodwill das empresas associadas é incluído no valor de balanço da participação, sendo esta sujeita a testes de imparidade.

Numa operação de aquisição por etapas (*step acquisition*) que resulte na aquisição de influência significativa, qualquer participação anteriormente detida é reavaliada ao justo valor por contrapartida de resultados aquando da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

Na data da primeira adoção das IFRS, o Grupo decidiu não aplicar retrospectivamente a IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” (IFRS 3). Neste sentido, o goodwill resultante de aquisições ocorridas até 1 de janeiro de 2004 encontra-se deduzido ao capital próprio de acordo com a anterior política contabilística seguida. Por outro lado, as diferenças de consolidação negativas anteriormente registadas foram acrescentadas ao capital próprio, tal como permitido pela IFRS 1.

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de janeiro de 2004 foram registadas pelo método da compra. O Grupo reconheceu o justo valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos ou efetuou a respetiva valorização de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro aplicáveis para alguns ativos e passivos em que aquele não é o princípio de mensuração previsto na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais”. O custo de aquisição equivaleu ao valor determinado à data da compra, dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos e das contingências, nos termos da IFRS 3. Deste modo, o Grupo aplicou a IAS 19 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com os benefícios de colaboradores e a IAS 12 aos ativos adquiridos e aos passivos assumidos relacionados com impostos sobre o rendimento.

Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos incorridos ou assumidos, e após a sua confirmação nos termos previstos na IFRS 3, é superior ao custo de aquisição (ganho na compra a desconto), o diferencial é reconhecido na demonstração dos resultados. Nos termos da IFRS 3, o Grupo tem um período máximo de um ano contado a partir da data de aquisição para obter informação em falta e eventualmente corrigir de forma retrospectiva o valor dos ativos adquiridos e passivos assumidos e, conseqüentemente, o resultado determinado na compra.

Com a aplicação das alterações às normas IFRS 3 e IAS 27, o Grupo definiu como política contabilística a valorização ao justo valor por resultados nos casos em que existe alteração de controlo por aquisição em diferentes fases de participadas. Nesses casos, a participação adquirida previamente ao momento de alteração de controlo é reavaliada ao justo valor por resultados. O goodwill é apurado nessa data como a diferença entre o custo total de aquisição e a proporção do justo valor dos ativos e passivos da participada. Do mesmo modo, da aplicação das alterações às normas acima referidas, o Grupo reavaliou por resultados as participações nas quais perdeu o controlo.

Por outro lado, o Grupo decidiu anular na data de transição para as IAS/IFRS (1 de janeiro de 2004) a reserva decorrente das flutuações cambiais originadas pela conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias e associadas com moeda funcional diferente do Euro, por contrapartida de resultados transitados. A partir dessa data, e de acordo com a IAS 21, as demonstrações financeiras de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas expressas em moeda estrangeira são convertidas para euros de acordo com a seguinte metodologia:

- A conversão dos ativos e passivos expressos em moeda estrangeira é efetuada com base no câmbio de fecho do Euro à data de balanço;
- Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos fixos tangíveis, permanecem refletidos ao câmbio original; e
- Os proveitos e custos apurados nas diferentes moedas são convertidos para euros ao câmbio médio do mês em que são reconhecidos.

As diferenças cambiais apuradas na conversão para euros são registadas nos capitais próprios do Grupo na rubrica de "Reservas de reavaliação - De flutuação cambial".

As políticas contabilísticas das subsidiárias e das associadas são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir que as mesmas são aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

1.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Transações em moeda estrangeira

As contas do Banco são preparadas na divisa do ambiente económico em que opera ("moeda funcional"), sendo expressas em euros.

As transações em moeda distinta da moeda funcional, e os correspondentes proveitos e custos, são registadas ao câmbio da data em que ocorrem. Em cada data de balanço, os ativos e passivos expressos em moeda distinta da moeda funcional são convertidos à taxa de câmbio de fecho ("fixing" do Banco de Portugal).

c) Instrumentos financeiros

A classificação dos **ativos financeiros** segue três critérios:

- O modelo de negócio sob o qual os ativos financeiros são geridos;
- O tipo de instrumento financeiros isto é (i) instrumentos financeiros derivados, (ii) instrumentos de capital próprio ou (iii) instrumentos financeiros de dívida; e
- As características dos fluxos de caixa contratuais dos instrumentos financeiros de dívida (que representem apenas pagamentos de capital e juros).

Neste contexto, as principais categorias de ativos financeiros previstas são:

- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo passe por manter os ativos financeiros em carteira e receber todos os seus fluxos de caixa contratuais e (ii) tenha fluxos de caixa contratuais em datas específicas que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao custo amortizado, a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect”.
- Um instrumento financeiro de dívida que (i) seja gerido sob um modelo de negócio cujo objetivo é alcançado quer através do recebimento dos fluxos de caixa contratuais quer através da venda dos ativos financeiros e (ii) contemplem cláusulas contratuais que dão origem a fluxos de caixa que correspondam exclusivamente ao pagamento de capital e juros sobre o capital em dívida - deve ser mensurado ao justo valor por contrapartida de outro rendimento integral (“FVTOCI”), a menos que seja designado ao justo valor por resultados sob a opção de justo valor – “Hold to Collect & Sale”.
- Todos os restantes instrumentos financeiros de dívida devem ser mensurados ao seu justo valor por contrapartida de resultados (“FVPL”).

O Banco avaliou os seus modelos de negócio tendo por base um conjunto alargado de indicadores entre os quais se destacam o seu plano de negócios e as atuais políticas de gestão do risco. Para o modelo de negócio “Hold to Collect”, por forma a avaliar a frequência e materialidade das vendas, foram definidos thresholds quantitativos tendo por base a experiência passada. As vendas previstas para os ativos financeiros classificados neste modelo de negócio não ultrapassam os thresholds definidos pelo Banco.

No que respeita aos restantes instrumentos financeiros, em concreto os instrumentos de capital próprio e derivados, estes por definição, são classificados ao justo valor através de resultados. Para os instrumentos de capital próprio, existe a opção irrevogável de designar que todas as variações de justo valor sejam reconhecidas em outro rendimento integral, sendo que neste caso, apenas os dividendos são reconhecidos em resultados, pois os ganhos e perdas não são reclassificados para resultados mesmo aquando do seu desreconhecimento/venda.

Venda de créditos

Os ganhos e perdas obtidos na venda de créditos a título definitivo são registados na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados de alienação de outros ativos”. Estes ganhos ou perdas correspondem à diferença entre o valor de venda fixado e o valor de balanço desses ativos, líquido de perdas por imparidade.

Crédito titularizado não desreconhecido

O Banco não desreconhece do ativo os créditos vendidos nas operações de titularização quando:

- mantém o controlo sobre as operações;
- continua a receber parte substancial da sua remuneração; e
- mantém parte substancial do risco sobre os créditos transferidos.

Os créditos vendidos e não desreconhecidos são registados na rubrica “Crédito a clientes” e são sujeitos a critérios contabilísticos idênticos às restantes operações de crédito. Os juros e comissões associados à carteira de crédito titularizada são periodificados de acordo com o respetivo prazo das operações de crédito.

A manutenção do risco e/ou benefício é representada pelas obrigações com grau de risco mais elevado emitidas pelo veículo de titularização. O valor registado no ativo e no passivo representa a proporção do risco/benefício detido pelo Banco (envolvimento continuado).

As obrigações emitidas pelos veículos de titularização e detidas por entidades do Grupo são eliminadas no processo de consolidação.

Desreconhecimento

Os ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais do Banco ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) o Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Banco tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

As garantias de performance são inicialmente reconhecidas ao justo valor, que é normalmente evidenciado pelo valor das comissões recebidas no período de duração do contrato. Aquando da quebra contratual, o Banco tem o direito de reverter a garantia, sendo os valores reconhecidos em Crédito a Clientes após a transferência da compensação de perdas para o beneficiário da garantia.

Reconhecimento de rendimentos e encargos com serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo, como por exemplo comissões na sindicância de empréstimos, são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído.

Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no exercício a que se referem.

Os rendimentos de serviços e comissões que integram a remuneração de instrumentos financeiros são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

O reconhecimento dos encargos com serviços e comissões é efetuado de acordo com os mesmos critérios adotados para os rendimentos.

Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral incluem instrumentos de capital e de dívida que são registados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são refletidos em rubrica específica do capital próprio denominada “Reserva por rendimento integral acumulado” até à sua venda onde são reclassificados para resultados do período, com exceção dos instrumentos de capital que se mantem em capital.

Os juros inerentes são calculados de acordo com o método da taxa de juro efetiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados “Rendimentos de instrumentos de capital” na data em que são atribuídos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável em mercados ativos adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo), bem como as opções compradas são incluídos na rubrica de ativos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), bem como as opções vendidas são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação e outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros detidos para negociação e transacionados em mercados ativos é o seu “bid-price” mais representativo, dentro do intervalo “bid-ask” ou a sua cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash flows”.

Quando são utilizadas técnicas de “discounted cash flows”, os fluxos financeiros futuros são estimados de acordo com as expectativas da gestão e a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de mercado para instrumentos financeiros com características semelhantes. Nos modelos de avaliação de preços, os dados utilizados correspondem a informações sobre preços de mercado.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados que não sejam transacionados em bolsa, incluindo a componente de risco de crédito atribuído às partes envolvidas na operação (“Credit Value Adjustments” e “Debit Value Adjustments”), é estimado com base no montante que seria recebido ou pago para liquidar o contrato na data em análise, considerando as condições de mercado vigentes, bem como a qualidade creditícia dos intervenientes.

Passivos financeiros

No que respeita à mensuração dos passivos financeiros a IFRS 9 não introduziu alterações significativas face aos requisitos já previstos anteriormente, com exceção da exigência do reconhecimento das variações de justo valor dos passivos financeiros resultantes de alterações no risco de crédito da própria entidade, a serem reconhecidas em capitais próprios, ao invés de resultados tal como requerido anteriormente, a não ser que este tratamento contabilístico gere “accounting mismatch”. Não são permitidas reclassificações subsequentes destas variações para resultados, nem mesmo aquando da recompra destes passivos.

Os outros passivos financeiros correspondem essencialmente a recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de obrigações. Estes passivos são valorizados inicialmente ao seu justo valor, o qual normalmente corresponde à contraprestação recebida, líquida de custos de transação e são posteriormente registados ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Conforme análise realizada pelo Banco por referência a 1 de janeiro de 2018 não foram identificados impactos significativos da adoção da IFRS 9.

Operações de venda com acordo de recompra

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respetivos juros a pagar.

Transações em mercado secundário

O Banco efetua recompras de obrigações emitidas em mercado secundário. As compras e vendas de obrigações próprias são incluídas proporcionalmente nas respetivas rubricas da dívida emitida (capital, juros e comissões) e as diferenças entre o montante liquidado e o abate, ou o aumento do passivo, são reconhecidas de imediato em resultados.

Contabilidade de cobertura

O novo modelo de contabilidade de cobertura da IFRS 9 visa não só simplificar o processo de criação e manutenção das relações de cobertura, mas também alinhar a contabilização destas relações com as atividades de gestão de risco de cada instituição, alargar a elegibilidade de um maior número de instrumentos cobertos e de cobertura, mas também tipos de risco.

A nova norma ainda não contempla regras para a contabilização de coberturas denominadas de macro-hedging, sendo que estas se encontram ainda a ser definidas pelo IASB. Em virtude desta limitação da IFRS 9, e no que se refere à contabilidade de cobertura, é permitido às instituições optarem por manter os princípios contabilísticos da IAS 39 (apenas para a contabilidade de cobertura) até à conclusão do projeto de macro-hedging pelo IASB.

Neste enquadramento, o Banco decidiu continuar a aplicar a contabilidade de cobertura definida no âmbito da IAS 39.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivados, nomeadamente para cobertura do risco de taxa de juro, resultante de atividades de financiamento e de investimento. Os derivados que se qualificam para aplicação de contabilidade de cobertura são registados ao seu justo valor e os ganhos ou perdas são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adotado pelo Banco.

Nos termos previstos na IAS 39, a aplicação da contabilidade de cobertura só é possível quando se verificam cumulativamente os seguintes requisitos:

- Existência de documentação formal da relação de cobertura e da estratégia de gestão de risco do Banco, incluindo os seguintes aspetos:
 - . Identificação do instrumento de cobertura;
 - . Identificação do elemento coberto;
 - . Identificação do tipo de risco coberto; e
 - . Definição da forma de medição da eficácia da cobertura e acompanhamento subsequente.
- Expectativa inicial de que a relação de cobertura seja altamente eficaz; e
- Ao longo da vida da operação a eficácia da cobertura se situe no intervalo entre 80% e 125%. A eficácia da cobertura é testada em cada data de reporte financeiro comparando a variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura, com a variação no justo valor do derivado de cobertura.

A contabilidade de cobertura apenas é aplicada a partir do momento em que todos aqueles requisitos são cumpridos. Do mesmo modo, se em algum momento a eficácia da cobertura deixar de se situar no intervalo entre 80% e 125% a contabilidade de cobertura é descontinuada.

Cobertura de justo valor

Os ganhos ou perdas na reavaliação de um instrumento financeiro derivado de cobertura são reconhecidos em resultados. Caso a cobertura seja eficaz, os ganhos ou perdas resultantes da variação no justo valor do elemento coberto relativo ao risco que está a ser objeto de cobertura são igualmente reconhecidos em resultados.

Se um instrumento de cobertura se vence ou é terminado antecipadamente, os ganhos ou perdas reconhecidos na valorização do risco coberto como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados ao longo do seu período de vigência remanescente. Se o ativo ou passivo coberto é vendido ou liquidado, todos os valores reconhecidos na valorização do risco coberto são reconhecidos em resultados do exercício e o instrumento financeiro derivado passa a pertencer à carteira de negociação. Se a cobertura deixar de ser eficaz, os ganhos ou perdas reconhecidos como correções de valor dos elementos cobertos são amortizados por resultados durante o seu período de vigência remanescente.

No caso de coberturas de risco de taxa de câmbio de elementos monetários, não é aplicada contabilidade de cobertura, sendo o ganho ou perda associado ao derivado reconhecido na demonstração dos resultados, assim como as variações cambiais dos elementos monetários.

Cobertura de fluxos de caixa

Como cobertura de fluxos de caixa entende-se a cobertura de uma exposição relativa à variabilidade de fluxos de caixa futuros, que pode ser atribuída a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido, ou ainda a uma transação futura altamente provável, e que possa afetar os resultados.

Neste sentido, o Banco contratou instrumentos financeiros derivados para cobertura dos fluxos futuros de juros de parte da sua carteira de crédito à habitação remunerada a taxa variável e para depósitos estruturados emitidos pelo Banco remunerados a taxa variável.

A aplicação da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa está sujeita aos requisitos genéricos anteriormente referidos para a contabilidade de cobertura e implica os seguintes registos:

- O ganho ou perda no instrumento de cobertura na parcela que seja considerada eficaz é reconhecido diretamente em rubrica específica do capital próprio; e
- A parte não eficaz é reconhecida em resultados.

Adicionalmente, o ganho ou perda no instrumento de cobertura reconhecido em capitais próprios corresponde ao menor dos seguintes valores:

- A variação acumulada no justo valor do instrumento de cobertura desde o início da cobertura; e
- A variação acumulada no justo valor do elemento coberto, relativo ao risco que está a ser coberto, desde o início da cobertura.

Nesse sentido, e se aplicável, a parte não reconhecida em capitais próprios do ganho ou perda no instrumento de cobertura é refletida em resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa deve ser descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz ou se for decidido terminar a designação da relação de cobertura. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente no capital próprio, sendo refletido em resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto. Caso o Banco realize a cobertura de uma operação que não se prevê vir a ser realizada, a quantia do derivado ainda reconhecida em Capital Próprio é imediatamente transferida para resultados do exercício, sendo o derivado transferido para a carteira de negociação do Banco.

Imparidade de crédito

A IFRS 9 introduz o conceito de perdas de crédito esperadas que difere significativamente do conceito de perdas incorridas previsto na IAS 39, antecipando desta forma o reconhecimento das perdas de crédito nas demonstrações financeiras das instituições. A IFRS 9 determina que o conceito de imparidade baseado em perdas esperadas, seja aplicado a todos os ativos financeiros exceto os ativos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados e os instrumentos de capital próprio mensurados ao justo valor através de capital próprio.

O Banco aplica o conceito de perdas esperadas da IFRS 9 aos ativos financeiros ao custo amortizado, instrumentos de dívida mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral, exposições extrapatrimoniais, leasing financeiro, outros valores a receber, garantias financeiras e compromissos de crédito não valorizados ao justo valor.

Com exceção dos ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (designados por POCI) (que são descritos separadamente abaixo), as perdas por imparidade devem ser estimadas através de uma provisão para perdas num montante igual a:

- perda esperada por risco de crédito a 12 meses, ou seja, perda total estimada resultante dos eventos de incumprimento do instrumento financeiro que são possíveis no prazo de 12 meses após a data de relato (denominada Stage 1);
- ou perda esperada por risco de crédito até à maturidade, ou seja, perda total estimada resultante de todos os possíveis eventos de incumprimento ao longo da vida do instrumento financeiro (referido como Stage 2 e Stage 3). Uma provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade é exigida para um instrumento financeiro se o risco de crédito desse instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial ou se o instrumento financeiro estiver em imparidade.

A perda esperada por risco de crédito é uma estimativa ponderada pela probabilidade do valor presente das perdas de crédito. Esta estimativa resulta do valor presente da diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Banco sob o contrato e os fluxos de caixa que o Banco espera receber decorrentes da ponderação de múltiplos cenários económicos futuros, descontados à taxa de juro efetiva dos instrumentos financeiros.

O Banco mede a perda esperada individualmente, ou em base coletiva, para carteiras de instrumentos financeiros que compartilham características semelhantes de risco. A mensuração da provisão para perdas baseia-se no valor atual dos fluxos de caixa esperados do ativo usando a taxa de juro efetiva original do ativo, independentemente de ser medido individualmente ou coletivamente.

Ativos financeiros em imparidade

Um ativo financeiro encontra-se em imparidade quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Ativos financeiros com redução no valor recuperável de crédito são referidos como ativos classificados em Stage 3. O Banco adotou a definição interna de créditos em incumprimento como critério para identificação de créditos em Stage 3. A definição interna de créditos em incumprimento é regida por critérios objetivos e subjetivos e é utilizada para a gestão de risco de crédito do Banco e para o cálculo de capital regulamentar por métodos avançados de risco de crédito.

Ativos financeiros adquiridos ou originados com imparidade (POCI)

Os ativos financeiros classificados como POCI são tratados de forma diferente uma vez que se encontra em situação de "impaired". Para esses ativos, o Banco procede à sua classificação em Stage 3 pelo valor líquido da perda esperada. Na reavaliação do ativo é aplicada a perda esperada até à maturidade. Os juros associados são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor líquido.

Aumento significativo do risco de crédito

O Banco monitoriza todos os ativos financeiros de forma a avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o seu reconhecimento inicial. Se tiver havido um aumento significativo no risco de crédito, o Banco estimará a provisão para perda esperada por risco de crédito até à maturidade (PDLT (life time)) e não em 12 meses.

O Banco utiliza sistemas de scorings e rating para a gestão interna de risco de crédito. Estas notações permitem avaliar o nível de risco das operações ou do cliente em cada momento e são consideradas nas decisões de aprovação e seguimento do risco de crédito. Os modelos baseiam-se em séries de dados que são considerados como preditivos do risco de incumprimento e que aplicam julgamentos, ou seja as notações de risco de crédito são definidas usando fatores qualitativos e quantitativos que são indicativos do risco de incumprimento. As notações consideram características atuais e eventos passados sendo estudada a sua significância para o nível de risco.

O Banco usa critérios diferentes para determinar se o risco de crédito aumentou significativamente por carteira de ativos, nomeadamente:

- Limites de variação relativa da PD acumulada para a maturidade residual da operação. Os limites de variação relativa são diferenciados por nível de PD na medida em que variações de risco nas operações de risco muito baixo podem não representar um acréscimo de risco significativo. De referir que clientes sem alteração da notação de risco de crédito podem ter uma degradação significativa (variação de PD acumulada acima do limite definido) por evolução do prazo residual (sensibilidade diferenciada ao tempo das operações) ou por alterações das perspetivas futuras quanto à economia.
- Independentemente do resultado da avaliação acima referida, o Banco presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estão vencidos há mais de 30 dias ou quando as operações estão identificadas como créditos reestruturados por dificuldades financeiras.

Medição de perda esperada por risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade

Parâmetros de risco de crédito

Os principais conceitos usados para medir a perda esperada por risco de crédito são:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD);
- e exposição no momento de incumprimento (EAD).

Estes conceitos são calculados através de modelos estatísticos desenvolvidos internamente e são ajustados para refletir informações prospetivas.

PD é uma estimativa da probabilidade de incumprimento em um determinado horizonte de tempo. Os modelos desenvolvidos estimam esta probabilidade em horizontes suficientemente largos para aplicação na maturidade residual dos ativos financeiros. O cálculo baseia-se em modelos de classificação estatística (rating e scoring) que discriminam o nível de risco das diferentes contrapartes. Os modelos de classificação (rating e scoring) são utilizados na gestão e baseiam-se em dados internos que compreendem tanto fatores quantitativos como qualitativos. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a PD.

A **LGD** é uma estimativa da perda total caso o ativo entre no estado de incumprimento (default). É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o Banco espera receber, levando em conta os fluxos de caixa das garantias existentes. Os modelos de LGD para ativos garantidos consideram a valorização das garantias, levando em conta custos de venda, tempo de realização de garantias, nível de colateralização, etc. Os modelos de LGD para ativos não garantidos consideram tempo de recuperação, taxas de recuperação e custos de recuperação. O cálculo é feito com base em fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva original do empréstimo. A estimativa é baseada nas condições atuais, ajustadas para levar em conta as estimativas das condições futuras que afetarão a LGD.

EAD é uma estimativa da exposição em uma data de incumprimento futura, levando em consideração as mudanças esperadas na exposição após a data de relato. A abordagem de modelização do Banco para EAD reflete as mudanças esperadas no saldo em aberto ao longo da vida da exposição do empréstimo permitidas pelos termos contratuais atuais, tais como perfis de amortização, reembolso antecipado total ou parcial e mudanças na utilização de compromissos não utilizados antes da entrada em incumprimento.

O Banco avalia a perda esperada para risco de crédito para efeitos de perdas por imparidade considerando o risco de incumprimento durante o período contratual máximo sobre o qual a entidade está exposta ao risco de crédito. Contudo, para instrumentos financeiros como cartões de crédito, linhas de crédito e facilidades de descoberto que incluam um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado, a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar o compromisso não utilizado não limita a exposição do Banco a perdas de crédito ao período de aviso prévio contratual. Para tais instrumentos financeiros, o Banco mede a Perda Esperada para risco de Crédito para o período observado historicamente como vida média destes instrumentos.

Análise coletiva

Quando a perda esperada por risco de crédito é medida coletivamente, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco comuns, tais como: - tipo de instrumento; tipo de cliente; grau de risco de crédito medido pelo sistema de ratings ou scoring; tipo colateral; data do reconhecimento inicial; relação entre empréstimo e valor da garantia (LTV)

Os agrupamentos são revistos regularmente para garantir que cada grupo é composto por exposições homogêneas.

Análise Individual

O processo análise individual é aplicado a clientes com exposição em Stage 3 (ativos em imparidade e em default para efeitos de gestão interna de risco) individualmente significativos (exposição acima de 1 milhão de Euros).

O processo envolve o cálculo de uma perda estimada, levando em consideração fluxos de caixa futuros previstos sob vários cenários diferentes, cada um deles utilizando fatores e circunstâncias específicos dos clientes, nomeadamente execução de garantias, nas situações em que os clientes não geram fluxos de caixa suficientes para o pagamento da dívida, ou projeção e desconto dos fluxos de caixa do negócio para os restantes clientes. O valor presente líquido dos fluxos de caixa é apurado considerando a taxa de juro efetiva original dos contratos.

Este processo de avaliação é atualizado no mínimo a cada trimestre, mas ocorrerá com mais frequência se houver mudanças nas circunstâncias que possam afetar os cenários, os fluxos de caixa.

Incorporação de informações prospetivas

O gabinete de estudos económicos do Banco modeliza cenários de previsões económicas para os distintos exercícios de planeamento do Banco, nomeadamente, orçamento, planeamento estratégico e ICAAP. Neste contexto são gerados diversos cenários macro-económicos, nomeadamente 2 cenários pessimistas, 1 cenário base e 2 cenários otimistas. Para efeitos das perdas por imparidade é usado um cenário pessimista, o cenário base e um cenário otimista. O Banco aplica probabilidades aos cenários de previsão identificados. O cenário base é o resultado mais provável e consiste em informações usadas pelo Banco para o planeamento estratégico e orçamento. As estimativas são atualizadas pelo menos uma vez por ano e são sujeitas a exercícios de monitorização anual.

d) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis utilizados pelo Banco para o desenvolvimento da sua atividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos diretamente atribuíveis), deduzido de depreciações e perdas de imparidade acumuladas, quando aplicável.

A depreciação dos ativos tangíveis é registada numa base sistemática, por duodécimos, ao longo do período de vida útil estimado dos bens, o qual corresponde ao período em que se espera que os ativos estejam disponíveis para uso e que se detalha de seguida:

	<u>Anos de vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Equipamento	4 a 10

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação realizadas em edifícios que não sejam propriedade do Banco (arrendados) são depreciadas ao longo de um prazo compatível com o da sua vida útil esperada, ou do contrato de arrendamento, caso este seja inferior, o qual em média corresponde a um período de dez anos. Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção destes ativos são considerados como parte do custo inicial do seu respetivo custo, quando se traduzem em montantes significativos e mensuráveis com fiabilidade.

Conforme previsto na IFRS 1, os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 foram registados pelo seu valor contabilístico na data de transição para os IAS/IFRS, que correspondeu ao custo de aquisição ajustado por reavaliações efetuadas nos termos da legislação em vigor decorrentes da evolução de índices gerais de preços. Uma parcela correspondente a 40% do aumento das depreciações que resultam dessas reavaliações não é aceite como custo para efeitos fiscais, sendo registados os correspondentes impostos diferidos passivos.

Sempre que exista uma indicação de que o ativo fixo tangível possa ter imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável. Para este efeito, os balcões são considerados unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo registadas perdas por imparidade nas situações em que o valor recuperável do imóvel, onde está localizado o balcão, através do seu uso nas operações ou através da sua venda é inferior ao seu valor líquido contabilístico. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração de resultados, sendo revertidas em períodos de relato posteriores, quando os motivos que levaram ao seu reconhecimento inicial cessarem. Para este efeito, a nova quantia depreciada não será superior àquela que estaria contabilizada, caso não tivessem sido imputadas perdas de imparidade ao ativo, considerando as depreciações que este teria sofrido.

Os critérios seguidos nas avaliações dos imóveis consideram normalmente o método de comparação de mercado e o valor constante da avaliação corresponde ao valor de mercado do imóvel no seu estado atual.

Os imóveis de serviço próprio do Banco que se encontravam em processo de venda são contabilizados na rubrica de “Outros ativos”. Estes ativos foram transferidos pelo seu valor líquido contabilístico de acordo com a IAS 16 (custo de aquisição, líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas), sendo testados por imparidade à data de reclassificação e de avaliações periódicas para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

e) Ativos intangíveis

O Banco regista nesta rubrica as despesas incorridas na fase de desenvolvimento de projetos relativos a tecnologias de informação implementados e em fase de implementação, bem como as relativas a software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado das mesmas se repercute para além do exercício em que são realizadas. Anualmente é efetuada uma análise para apuramento de eventuais perdas por imparidade.

Os ativos intangíveis são amortizados por duodécimos, ao longo do seu período de vida útil estimada, o qual em média corresponde a três anos.

No primeiro semestre de 2018 o banco reconheceu 1.182 milhares de euros de ativos intangíveis gerados internamente. No exercício de 2017, o Banco não reconheceu quaisquer ativos intangíveis gerados internamente.

f) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem, edifícios e terrenos detidos pelo Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto (Novimovest) para auferir rendimento ou para valorização de capital, ou ambos, e não para uso no fornecimento de bens, serviços ou para fins administrativos.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliações periódicas efetuadas por entidades especializadas independentes. As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração dos resultados do exercício.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (Imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros, são capitalizadas.

g) Ativos não correntes detidos para venda

O Banco regista na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” essencialmente os imóveis, os equipamentos e outros bens recebidos em dação ou arrematação para pagamento de operações de crédito vencido, quando estes se encontram disponíveis para venda imediata na sua condição presente e existe a probabilidade de alienação dos mesmos no período de um ano. Caso não cumpram estes critérios, aqueles bens são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 16).

Quando se trata de unidades operacionais descontinuadas, de acordo com as disposições previstas na norma IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”, o Banco não reconhece mais-valias potenciais nestes ativos.

O seu reconhecimento inicial é pelo menor entre o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e o valor de balanço do crédito concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados ao menor entre o valor de reconhecimento inicial e o justo valor deduzido dos custos de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes ativos, assim determinadas, são registadas em resultados.

h) Provisões

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Desta forma, a rubrica do passivo “Provisões” inclui as provisões constituídas para fazer face, nomeadamente, a benefícios pós emprego específicos de alguns membros do Conselho de Administração do Banco, planos de reestruturação, riscos fiscais, processos judiciais em curso e outros riscos específicos decorrentes da sua atividade.

i) Benefícios pós-emprego dos colaboradores

O Banco subscreveu o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para o setor bancário, pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência.

Para os colaboradores admitidos no Banco até 31 de dezembro de 2008, o plano de pensões existente correspondia a um plano de benefício definido, uma vez que estabelecia os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberia durante a reforma em função do tempo de serviço prestado e da respetiva retribuição à data da reforma, sendo as pensões atualizadas anualmente com base nas remunerações previstas no ACT para o pessoal no ativo. Para estes colaboradores, o Banco é responsável pelo valor integral das pensões previstas no ACT. Para cobertura das responsabilidades com este plano de benefício definido, o Banco dispõe de um Fundo de Pensões.

A partir de 1 de janeiro de 2009, os colaboradores admitidos no Banco passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT, publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) nº 29 de 8 de agosto de 2016. O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do Banco (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha.

Os empregados do ex-Totta sempre estiveram inscritos na Segurança Social, pelo que a responsabilidade do Banco com o plano de benefício definido relativamente a estes colaboradores tem consistido no pagamento de complementos.

Em outubro de 2010 foi celebrado um acordo entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), para integração dos trabalhadores do setor bancário no Regime Geral da Segurança Social. Na sequência daquele acordo, foi publicado em 2011 o Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que definiu que os trabalhadores do setor bancário que estivessem no ativo na data da sua entrada em vigor (4 de janeiro de 2011) passariam a estar abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social, no que diz respeito à pensão de reforma por velhice e nas eventualidades de maternidade, paternidade e adoção. Face ao caráter de complementaridade previsto nas regras do Acordo Coletivo de Trabalho do Setor Bancário, o Banco continua a garantir a diferença entre o valor dos benefícios que sejam pagos ao abrigo do Regime Geral da Segurança Social para as eventualidades integradas e os previstos nos termos do referido Acordo.

As responsabilidades por serviços passados reconhecidas a 31 de dezembro de 2010 não sofreram alterações com a publicação do acima referido Decreto-Lei, uma vez que a redução do valor das pensões a cargo do Banco relativa aos trabalhadores no ativo era aplicável aos serviços futuros dos colaboradores, com início em 1 de janeiro de 2011.

Desta forma, o custo do serviço corrente reduziu-se a partir dessa data, mas o Banco passou a suportar Taxa Social Única (TSU) de 23,6%. Por outro lado, o Banco mantém a seu cargo as responsabilidades pelo pagamento das pensões de invalidez e sobrevivência e os subsídios de doença. Este entendimento foi também confirmado pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em dezembro de 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), relativamente à transferência para o âmbito da Segurança Social de parte das responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de segurança social substitutivo constante do ACT.

Na sequência daquele acordo, foi publicado ainda em 2011 o Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro, que definiu que a Segurança Social era responsável, a partir de 1 de janeiro de 2012, pelas pensões transferidas ao abrigo daquele Diploma, no valor correspondente ao pensionamento da remuneração à data de 31 de dezembro de 2011, nos termos e condições previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis, incluindo os valores relativos ao subsídio de Natal e ao 14º mês.

De acordo com aquele Decreto-Lei, o Banco, através do seu Fundo de Pensões, apenas mantém a responsabilidade pelo pagamento:

- i) das atualizações do valor das pensões acima referidas, de acordo com o previsto nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- ii) das contribuições patronais para os Serviços de Assistência Médico Social (SAMS) geridos pelos respetivos sindicatos, nos termos previstos nos instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho do setor bancário aplicáveis;
- iii) do subsídio por morte;
- iv) da pensão de sobrevivência a filhos;
- v) da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente, desde que referente ao mesmo trabalhador; e
- vi) da pensão de sobrevivência devida a familiar de atual reformado, cujas condições de atribuição ocorressem a partir de 1 de janeiro de 2012.

Adicionalmente, os colaboradores da Sucursal de Londres do Banco estão abrangidos por um plano de pensões de benefício definido, para o qual a Sucursal dispõe de um fundo de pensões autónomo.

Por outro lado, em fevereiro de 2010 foi aprovado um plano complementar de reforma de contribuição definida para um conjunto de diretivos do Banco, tendo para o efeito sido contratado um seguro.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma são calculadas por peritos externos (Mercer (Portugal), Limitada), com base no método "Projected Unit Credit". A taxa de desconto utilizada nos estudos atuariais é determinada com base nas taxas de mercado relativas a obrigações de empresas de elevada qualidade em termos de risco de crédito, denominadas na moeda em que os benefícios irão ser pagos (euros) e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), bem como o subsídio por morte e o prémio na reforma.

Em 20 de dezembro de 2015, na sequência da medida de resolução aplicada pelo Banco de Portugal ao ex-Banif, o BST assumiu as responsabilidades com pensões de um conjunto de trabalhadores do ex-Banif.

Em 8 de agosto de 2016 foi publicado pelo Ministério do Trabalho no BTE um novo ACT. As alterações mais relevantes foram as seguintes:

- i) Alteração na fórmula de determinação da contribuição da entidade empregadora para o SAMS, a qual deixa de ser uma percentagem da reforma e passa a ser um valor fixo (87,64 euros por beneficiário e 37,93 euros no caso dos pensionistas); e

- ii) Introdução de um novo benefício denominado prémio na reforma – prémio fim de carreira. Este benefício, pelo facto de ser atribuído na data da reforma ou em caso de morte, é considerado como um benefício pós-emprego pelo que passa a integrar as responsabilidades com reforma.

Em 27 de dezembro de 2017, no âmbito da operação e compra e fusão do BAPOP, o Banco assumiu as responsabilidades com pensões de todos os trabalhadores desta entidade.

Aplicação da IAS 19

Em 1 de janeiro de 2005, o Banco optou por não aplicar retrospectivamente a IAS 19, não tendo então efetuado o recálculo dos ganhos e perdas atuariais que seriam diferidos em balanço caso tivesse adotado aquela Norma desde o início dos planos de pensões. Deste modo, os ganhos e perdas atuariais existentes em 1 de janeiro de 2004, bem como os decorrentes da adoção da IAS 19, foram anulados/registados por contrapartida de resultados transitados nessa data.

Em 2011 o Banco alterou a política contabilística de reconhecimento de ganhos e perdas atuariais, deixando de adotar o método do corredor, e passando a reconhecer os ganhos e perdas atuariais diretamente em capitais próprios (outro rendimento integral), tal como previsto na versão revista da IAS 19.

Por outro lado, a partir de 1 de janeiro de 2013, na sequência da revisão da IAS 19 – “Benefícios aos empregados”, o Banco passou a registar na rubrica de “Custos com o pessoal” da demonstração dos resultados as seguintes componentes:

- Custo dos serviços correntes;
- Juro líquido com o plano de pensões;
- Custo com reformas antecipadas, correspondente ao acréscimo de responsabilidades pela passagem à situação de reforma; e
- Ganhos e perdas resultantes da alteração das condições do plano.

O juro líquido com o plano de pensões é calculado pelo Banco multiplicando o ativo/responsabilidade líquida com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma. Desta forma, o juro líquido representa o custo dos juros associado às responsabilidades com pensões de reforma líquido do rendimento teórico dos ativos do Fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente: (i) os ganhos e perdas atuariais resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência), bem como as alterações de pressupostos atuariais; e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento teórico dos ativos do Fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida da demonstração do outro rendimento integral.

As responsabilidades com pensões de reforma, deduzidas do justo valor dos ativos do Fundo de Pensões, são registadas nas rubricas de “Outros ativos” ou “Outros passivos”, dependendo da existência de excesso ou insuficiência de financiamento. O reconhecimento de um excesso de justo valor dos ativos do plano sobre as responsabilidades descontadas depende da existência de uma redução de contribuições futuras, ou do reembolso de contribuições efetuadas.

O Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelo Fundo de Pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados do pessoal no ativo.

j) Impostos sobre os lucros

O BST e as empresas do Grupo localizadas em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRC). As contas da sucursal são integradas nas contas do Banco para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC nestes termos, os resultados da sucursal são ainda sujeitos a impostos locais no país onde está estabelecida. Os impostos locais são dedutíveis à coleta de IRC em Portugal nos termos do Artigo 91º do respetivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

Com a redação dada pela Lei do Orçamento do Estado para 2011 (Lei nº 55–A/2010, de 3 de dezembro) e de acordo com o Artigo 92º do Código do IRC, o imposto liquidado nos termos do nº 1 do Artigo 90º, líquido das deduções correspondentes à dupla tributação internacional e a benefícios fiscais, não pode ser inferior a 90% do montante que seria apurado se o sujeito passivo não usufrísse de benefícios fiscais e dos regimes previstos no nº 13 do Artigo 43º do Código do IRC.

Na sequência da promulgação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro (Reforma do IRC) e da redação dada pela Lei do Orçamento de Estado para 2018 (Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro), a tributação dos lucros das empresas para os exercícios de 2018 e 2017, passou a ser a seguinte:

- Taxa de IRC de 21% sobre o lucro tributável;
- Derrama municipal a uma taxa compreendida entre 0% e 1,5% sobre o lucro tributável;
- Derrama estadual a uma taxa variável sobre o lucro tributável de acordo com os escalões abaixo indicados:
 - Até 1.500 milhares de euros 0%
 - entre 1.500 milhares de euros e 7.500 milhares de euros 3%
 - entre 7.500 milhares de euros e 35.000 milhares de euros 5%
 - superior a 35.000 milhares de euros (7% em 2017) 9%

Desta forma, as alterações acima referidas implicaram que a taxa de imposto utilizada pelo Banco no apuramento e registo de impostos diferidos fosse de 31%.

Os prejuízos fiscais gerados a partir do exercício de 2014, inclusive, poderão ser utilizados nos doze períodos de tributação posteriores. Por outro lado, o prazo de reporte de prejuízos fiscais é de seis anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2008 e 2009, de quatro anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2010 e 2011 e de cinco anos para os prejuízos gerados nos exercícios de 2012 e 2013. Contudo, a dedução dos prejuízos a efetuar em cada exercício não pode exceder 70% do respetivo lucro tributável, podendo o remanescente (30%) ser utilizado até ao final do prazo de reporte.

Na sequência da publicação do Aviso nº 5/2015 do Banco de Portugal, as entidades que apresentavam as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas, emitidas pelo Banco de Portugal (NCA) passaram a aplicar as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia na preparação das suas demonstrações financeiras individuais. Neste contexto, nas demonstrações financeiras individuais do Banco, a carteira de crédito de clientes e as garantias prestadas passou a estar sujeita ao registo de perdas por imparidade calculadas de acordo com os requisitos previstos nas Normas Internacionais de Contabilidade IFRS 9 (em 2018) e IAS 39 (em 2017), em substituição do registo de provisões para risco específico, para riscos gerais de crédito e para risco-país, nos termos anteriormente previstos no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95.

O Decreto Regulamentar nº 5/2016, de 18 de novembro (Decreto Regulamentar) veio estabelecer os limites máximos das perdas por imparidades e outras correções de valor para risco específico de crédito dedutíveis para efeitos do apuramento do lucro tributável em sede de IRC no exercício de 2016. Esta metodologia foi também aplicada para o tratamento dos ajustamentos de transição relativos a imparidades do crédito das entidades que apresentavam anteriormente as suas demonstrações financeiras em NCAs.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Adicionalmente, o Decreto Regulamentar inclui uma norma transitória que prevê a possibilidade de a diferença positiva entre o valor de provisões para crédito constituídos a 1 de janeiro de 2016 ao abrigo do Aviso do Banco de Portugal nº 3/95 e as perdas por imparidade registadas a essa mesma data referentes aos mesmos créditos ser considerada no apuramento do lucro tributável de 2016 apenas na parte que exceda os prejuízos fiscais gerados em períodos de tributação iniciados em ou após 1 de janeiro de 2012 e não utilizados. O Banco optou por aplicar a norma transitória.

O Decreto regulamentar nº 11/2017 de 28 de dezembro veio prolongar para o exercício de 2017 o mesmo regime fiscal de 2016.

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar para o exercício de 2017 o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Segundo este regime, o lucro tributável/prejuízo fiscal do Grupo corresponde à soma do lucro tributável/prejuízo fiscal que vier a ser apurado pela sociedade dominante através da soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: Santander Totta, SGPS - a Sociedade dominante, e Taxagest, BST, Santander Totta Seguros e TottaUrbe - sociedades dominadas.

O ganho obtido com aplicação do RETGS é alocado às entidades abrangidas de forma proporcional à matéria coletável de cada sociedade.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais são igualmente registados como impostos diferidos ativos.

O Banco não reconhece impostos diferidos ativos ou passivos para as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis associadas a investimentos em empresas filiais e associadas, por não ser provável que a diferença se reverta num futuro previsível.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando se estimam que sejam recuperáveis e até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que acomodem as diferenças temporárias dedutíveis.

Os impostos diferidos ativos e passivos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o ativo ou incorrido o passivo.

Os impostos correntes e os impostos diferidos são refletidos em resultados, com exceção dos impostos relativos a transações diretamente registadas em capitais próprios, nomeadamente, ganhos e perdas potenciais em Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral em derivados de cobertura de fluxos de caixa, bem como os associados a desvios atuariais relativos a responsabilidades com pensões, os quais são registados igualmente em rúbricas de capitais próprios.

Contribuição sobre o setor bancário

Com a publicação da Lei n.º 55 - A/2010, de 31 de dezembro, o Banco passou a estar abrangido pelo regime de contribuição sobre o setor bancário. Esta contribuição tem a seguinte base de incidência:

- a) O passivo apurado e aprovado pelos sujeitos passivos deduzido dos fundos próprios de base ("Tier 1") e complementares ("Tier 2") e dos depósitos abrangidos pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Ao passivo assim apurado são deduzidos:
- Elementos que segundo as normas de contabilidade aplicáveis sejam reconhecidos como capitais próprios;
 - Passivos associados ao reconhecimento de responsabilidades por planos de benefício definido;
 - Passivos por provisões;
 - Passivos resultantes da reavaliação de instrumentos financeiros derivados;
 - Receitas com rendimento diferido, sem consideração das referentes a operações passivas e;
 - Passivos por ativos não desreconhecidos em operações de titularização.
- b) O valor nominal dos instrumentos financeiros derivados fora do balanço apurado pelos sujeitos passivos, com exceção dos instrumentos financeiros derivados de cobertura ou cuja posição em risco se compense mutuamente.

As taxas aplicáveis às bases de incidência definidas nas alíneas a) e b) anteriores são de 0,110% e 0,0003%, respetivamente, conforme previsto na alteração efetuada pela Portaria nº 176 - A/2015, de 12 de junho, ao artigo 5º da Portaria nº 121/2011, de 30 de março.

k) Planos de incentivos a longo prazo sobre ações

O Banco tem planos de incentivos a longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander, S.A., empresa mãe do Grupo Santander. Face às suas características, estes planos consistem em "equity settled share-based payment transactions", conforme definido na IFRS 2 e na IFRIC 11. A gestão, a cobertura e a execução destes planos de incentivos a longo prazo é assegurada diretamente pelo Banco Santander S.A.. O Banco paga anualmente ao Banco Santander, S.A. o montante relativo a estes planos.

O registo dos referidos planos consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na rubrica de "Outras reservas", por contrapartida da rubrica de "Custos com o pessoal", na medida em que correspondem a uma remuneração pela prestação de serviços.

A descrição dos planos de incentivos de longo prazo sobre opções sobre ações do Banco Santander S.A. que se encontram em vigor está incluída na Nota 40.

l) Ações próprias

As ações próprias são registadas em contas de capital pelo valor de aquisição não sendo sujeitas a reavaliação. As mais e menos-valias realizadas na venda de ações próprias, bem como os respetivos impostos, são registadas diretamente em capitais próprios não afetando o resultado do exercício.

m) Prestação de serviços de mediação de seguros

O Banco adota o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação aos proveitos com a prestação do serviço de mediação de seguros - comissões. Assim, estes proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento. Os valores a receber são submetidos a análises de perdas por imparidade.

O Banco não efetua a cobrança de prémios de seguro por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou encargo a reportar relativo à atividade de mediação de seguros exercida pelo Banco, para além dos já divulgados.

n) Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração de fluxos de caixa, o Grupo considera como “Caixa e seus equivalentes” o total das rubricas de “Caixa e disponibilidades em bancos centrais” e “Disponibilidades em outras instituições de crédito”, uma vez que os itens contabilizados nesta rubrica têm um período de vencimento não superior a 3 meses, e o seu risco de variação de valor é imaterial.

2. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do Banco são continuamente avaliadas, representando à data de cada relato a melhor estimativa do Conselho de Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

Benefícios pós-emprego dos colaboradores

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas tendo por base avaliações atuariais efetuadas por peritos externos certificados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF). Estas estimativas incorporam um conjunto de pressupostos financeiros e atuariais, nomeadamente a taxa de desconto, tábuas de mortalidade e invalidez, crescimento das pensões e dos salários, entre outros.

Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Conselho de Administração do Banco quanto ao comportamento futuro das acima referidas variáveis.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos são utilizados modelos ou técnicas de valorização. Consequentemente, as valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização daqueles instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Justo valor

Os ativos e passivos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros detidos para negociação”, “Passivos financeiros detidos para negociação”, “Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados” e “Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” são mensurados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um ativo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado (ou seja, um preço de saída) entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transação em condições normais de mercado.

O justo valor dos ativos e passivos financeiros é determinado por um órgão do Banco independente da função de negociação, tendo em consideração os seguintes aspetos:

- Relativamente a instrumentos financeiros transacionados em mercados ativos, cotação de fecho na data de balanço;
- Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez), são utilizados métodos e técnicas de valorização que incluem:
 - i) Preços (“*bid prices*”) divulgados por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
 - ii) Cotações indicativas (“*bid prices*”) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*; e
 - iii) Modelos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado, a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Custo amortizado

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado são inicialmente registados pelo seu justo valor acrescido ou deduzido de despesas ou rendimentos diretamente atribuíveis à transação. O reconhecimento dos juros é efetuado pelo método da taxa de juro efetiva.

Sempre que a estimativa de pagamentos ou cobranças associada a instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado seja revista (e desde que tal não implique o desreconhecimento e reconhecimento de novos instrumentos financeiros), o respetivo valor de balanço é ajustado para refletir os *cash flows* revistos. O novo custo amortizado é apurado calculando o valor presente dos *cash flows* futuros revistos à taxa de juro efetiva original do instrumento financeiro. O ajustamento no custo amortizado é reconhecido na demonstração dos resultados.

Determinação de perdas por imparidade

As perdas por imparidade em crédito concedido são calculadas conforme indicado na Nota 1.3. c). Deste modo, a determinação da imparidade através de análise individual corresponde ao julgamento do Conselho de Administração quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa do valor das garantias associadas aos respetivos créditos, com o consequente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. A determinação da imparidade através de análise coletiva é efetuada com base em parâmetros históricos para tipologias de operações comparáveis, tendo em consideração estimativas de entrada em incumprimento e de recuperação.

Impostos

O reconhecimento de impostos diferidos ativos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável futura. Adicionalmente, os impostos correntes e diferidos foram determinados com base na interpretação da legislação fiscal atual. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no valor dos impostos correntes e diferidos.

Com o objetivo de adaptação do Código do IRC às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas pela União Europeia e ao Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho.

O acima referido Decreto-Lei procedeu a alterações a alguns dos artigos do Código do IRC, tendo procedido também à revogação do n.º 2 do artigo 57.º da Lei do Orçamento do Estado para 2007. Estas disposições entraram em vigor a 1 de janeiro de 2010.

Neste sentido, estas regras foram observadas para efeitos do apuramento do lucro tributável nos exercícios de 2018 e 2017, de acordo com a interpretação das mesmas efetuada por parte do Banco.

Determinação do desfecho dos processos judiciais em curso

O desfecho dos processos judiciais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados/consultores legais do Banco e as decisões até à data dos tribunais, os quais no entanto poderão vir a não se concretizar.

3. DIVULGAÇÕES POR SEGMENTOS

Nos termos requeridos pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos órgãos de gestão do Banco:

Global Corporate Banking:

Inclui essencialmente a atividade do Banco nos mercados financeiros e com grandes empresas, sendo prestados serviços de assessoria financeira, nomeadamente de Corporate e Project Finance, assim como serviços de intermediação, guarda e liquidação de valores.

Banca de Retalho:

Refere-se essencialmente a operações de concessão de crédito e captação de recursos relacionadas com clientes particulares e negócios com faturação inferior a 10 milhões de euros, canalizadas pela rede de balcões e serviços disponibilizados por canais complementares.

Banca de Empresas:

São consideradas nesta área as empresas com faturação superior a 10 e 125 milhões de euros. Esta atividade é suportada pela rede de balcões, centros de empresas e serviços especializados, incluindo diversos produtos, nomeadamente empréstimos, financiamento de projetos, de comércio, às exportações e ao imobiliário.

Atividades Corporativas:

Nesta área é considerada toda a atividade desenvolvida no Banco e que dá suporte às atividades principais mas que não está diretamente relacionada com as áreas de negócio de clientes, incluindo a gestão de liquidez, coberturas de balanço e financiamento estrutural do Banco.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento operacional para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2018 apresenta o seguinte detalhe:

	30 de junho de 2018				
	Global Corporate Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira	43.336	243.590	58.805	99.317	445.048
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	1.233	1.233
Margem financeira	43.336	243.590	58.805	100.550	446.281
Comissões líquidas	23.330	156.958	14.777	(8.336)	186.729
Outros resultados de exploração	-	2.271	-	(28.948)	(26.677)
Margem comercial	66.666	402.819	73.582	63.266	606.333
Resultado em operações financeiras	7.058	2.089	925	22.751	32.823
Produto bancário	73.724	404.908	74.507	86.017	639.156
Custos de transformação	(12.667)	(249.430)	(19.065)	(1.652)	(282.814)
Amortizações do período	(1.430)	(18.774)	(453)	-	(20.657)
Margem de exploração	59.627	136.704	54.989	84.365	335.685
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	12.424	(5.732)	(1.558)	(332.971)	(327.837)
Resultados associadas	-	-	-	2.349	2.349
Resultados de ativos não correntes detidos para venda	-	-	-	3.782	3.782
Resultado antes de impostos	72.051	130.972	53.431	(242.475)	13.979
Impostos	(22.258)	(40.873)	(16.564)	301.169	221.474
Interesses minoritários	-	-	-	183	183
Resultado líquido do período	49.793	90.099	36.867	58.877	235.636

Em 30 de junho de 2018, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2018				
	Global Corporate Banking	Banca de Retalho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas ⁽¹⁾	Total Consolidado
Ativo					
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado					
Crédito hipotecário	-	17.408.978	-	1.853.480	19.262.458
Crédito ao consumo	-	1.585.283	-	31.955	1.617.238
Outros créditos	3.617.971	4.392.021	8.295.509	2.884.001	19.189.502
Total de ativos afetos	3.617.971	23.386.282	8.295.509	4.769.436	40.069.198
Ativos não afetos					12.476.191
Total do Ativo					52.545.389
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.157.205	23.634.306	5.732.932	3.888.723	34.413.166
Responsabilidades representadas por títulos	-	32.165	-	4.402.701	4.434.866
Total de passivos afetos	1.157.205	23.666.471	5.732.932	8.291.424	38.848.032
Passivos não afetos					10.409.227
Total do Passivo					49.257.259
Garantias e avales	124.672	428.827	762.608	350.623	1.666.730

⁽¹⁾ inclui os ativos e passivos do BAPOP

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A demonstração dos resultados por segmento operacional em 30 de junho de 2017 apresenta o seguinte detalhe:

	30 de junho de 2017				
	Global Corporate Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas	Total Consolidado
Margem financeira	43.379	210.116	47.682	38.227	339.404
Rendimentos de instrumentos de capital	-	-	-	2.863	2.863
Margem financeira	43.379	210.116	47.682	41.090	342.267
Comissões líquidas	20.769	140.853	8.922	(6.244)	164.300
Outros resultados de exploração	-	3.264	-	(20.351)	(17.087)
Margem comercial	64.148	354.233	56.604	14.495	489.480
Resultado em operações financeiras	7.625	2.011	1.267	40.842	51.745
Produto bancário	71.773	356.244	57.871	55.337	541.225
Custos de transformação	(10.085)	(212.717)	(15.969)	(1.259)	(240.030)
Amortizações do período	(1.504)	(16.713)	(481)	-	(18.698)
Margem de exploração	60.184	126.814	41.421	54.078	282.497
Imparidade e provisões, líquidas de anulações	605	(6.583)	8.272	(1.419)	875
Resultados associadas	-	-	-	2.633	2.633
Resultado antes de impostos	60.789	120.231	49.693	55.292	286.005
Impostos	(18.237)	(36.353)	(14.908)	6.003	(63.495)
Interesses minoritários	-	-	-	-	-
Resultado líquido do período	42.552	83.878	34.785	61.295	222.510

Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos sob gestão de cada segmento de negócio, conforme informação utilizada pela Gestão do Banco para a tomada de decisões, apresentam o seguinte detalhe:

	31-12-2017				
	Global Corporate Banking	Banca de Retailho	Banca de Empresas	Atividades Corporativas ⁽¹⁾	Total Consolidado
Ativo					
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado					
Crédito hipotecário	-	17.214.078	-	1.877.051	19.091.129
Crédito ao consumo	-	1.573.175	-	45.829	1.619.004
Outros créditos	3.531.951	4.285.335	7.582.698	3.523.095	18.923.079
Total de ativos afetos	3.531.951	23.072.588	7.582.698	5.445.975	39.633.212
Ativos não afetos					11.008.822
Total do Ativo					50.642.034
Passivo					
Recursos em Balanço					
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.105.358	22.802.008	3.739.715	4.490.387	32.137.468
Responsabilidades representadas por títulos	-	33.652	-	4.547.585	4.581.237
Total de passivos afetos	1.105.358	22.835.660	3.739.715	9.037.972	36.718.705
Passivos não afetos					10.261.783
Total do Passivo					46.980.488
Garantias e avales	205.505	425.552	718.156	368.389	1.717.603

⁽¹⁾ inclui os ativos e passivos do BAPOP

Em 30 de Junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017 o banco não manteve atividade relevante em qualquer geografia distinta da atividade doméstica.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram consistentes com as descritas na Nota 1.3 deste Anexo.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

4. EMPRESAS DO GRUPO E TRANSAÇÕES OCORRIDAS NO EXERCÍCIO

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as empresas subsidiárias e associadas e os seus dados financeiros mais significativos, extraídos das respetivas demonstrações financeiras individuais, excluindo ajustamentos de conversão para IAS/IFRS, podem ser resumidos da seguinte forma:

Empresa	Participação (%) direta		Participação (%) efetiva		Ativo líquido		Capitais próprios		Resultado do período	
	30-06-2018	31-12-2017	30-06-2018	31-12-2017	30-06-2018	31-12-2017	30-06-2018	31-12-2017	30-06-2018	31-12-2017
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Matriz	Matriz	Matriz	Matriz	56.817.692	52.850.084	3.136.300	3.510.488	237.283	695.630
TOTTA IRELAND, PLC ⁽²⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	455.466	449.882	456.376	449.743	7.383	812
TOTTAURBE - EMP.ADMIN. E CONSTRUÇÕES, S.A. ⁽¹⁾	100,00	100,00	100,00	100,00	343.980	122.175	128.406	116.184	(1.107)	1.819
TAXAGEST,SGPS,SA	99,00	99,00	99,00	99,00	55.745	55.745	55.742	55.742	-	(4)
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	79,64	79,51	79,64	79,51	354.089	367.737	340.899	336.915	4.540	7.840
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00	7.036	7.049	6.931	6.870	62	96
HIPOTOTTA NO. 1 PLC	-	-	-	-	142	142	38	38	-	-
HIPOTOTTA NO. 4 PLC	-	-	-	-	735.310	786.999	(3.355)	(4.492)	1.137	1.294
HIPOTOTTA NO. 5 PLC	-	-	-	-	711.221	755.365	(5.601)	(4.329)	(1.272)	361
HIPOTOTTA NO. 4 FTC	-	-	-	-	667.047	720.237	667.294	721.331	-	1.615
HIPOTOTTA NO. 5 FTC	-	-	-	-	643.757	685.863	641.428	684.664	-	3.395
ATLANTES MORTGAGE NO 1 PLC	-	-	-	-	87.633	97.900	40	40	-	-
ATLANTES MORTGAGE NO 1 FTC	-	-	-	-	66.647	75.393	66.319	73.008	-	304
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	-	-	-	-	3.804.598	1.800.914	-	-	-	-
BENIM - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.	25,81	25,81	25,81	25,81	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	21,86	21,86	21,86	21,86	326.760	347.928	97.104	102.658	8.607	24.309
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	25,76	25,77	25,76	25,77	137.105	143.683	100.110	98.294	1.816	3.887
BANIF INTERNACIONAL BANK, LTD	100,00	100,00	100,00	100,00	674	656	92	60	33	2.218
PRIMESTAR SERVICING, S.A. ⁽³⁾	80,00	80,00	80,00	80,00	2.401	17.075	1.440	2.480	3	(1.392)
EUROVIDA - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A. ⁽³⁾	15,90	15,90	15,90	15,90	952.388	984.565	110.687	108.669	1.711	7.963

n/d – não disponível

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a atividade, a localização da Sede e o método de consolidação utilizado para as empresas incluídas na consolidação foi como segue:

Empresa	Atividade	Sede	Método de Consolidação
BANCO SANTANDER TOTTA, S.A.	Bancária	Portugal	Matriz
TOTTA IRELAND, PLC ⁽²⁾	Gestão de investimentos	Irlanda	Integral
TOTTA URBE - Emp.Admin. e Construções, S.A. ⁽¹⁾	Gestão de propriedades	Portugal	Integral
BENIM - Sociedade Imobiliária, S.A.	Promoção imobiliária	Portugal	Equivalência patrimonial
BANIF INTERNATIONAL BANK	Bancária	Bahamas	Integral
TAXAGEST, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Portugal	Integral
UNICRE - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	Emissão e gestão de cartões de	Portugal	Equivalência patrimonial
HIPOTOTTA n° 1 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA n° 4 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA n° 5 PLC	Gestão de Investimentos	Irlanda	Integral
HIPOTOTTA n° 4 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
HIPOTOTTA n° 5 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 PLC	Fundos de titularização de créditos	Irlanda	Integral
ATLANTES MORTGAGE 1 FTC	Fundos de titularização de créditos	Portugal	Integral
NOVIMOVEST - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	Fundo Imobiliário	Portugal	Integral
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Gestão de titularizações	Portugal	Integral
LUSIMOVEST - FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO	Fundo Imobiliário	Portugal	Equivalência patrimonial
PRIMESTAR SERVICING, S.A. ⁽³⁾	Gestão de investimentos	Portugal	Integral
EUROVIDA - COMPANHIA DE SEGUROS VIDA, S.A. ⁽³⁾	Seguradora	Portugal	-

- (1) A situação líquida desta subsidiária inclui prestações suplementares no montante de 99.760 milhares de euros.
- (2) Em virtude desta subsidiária encerrar o seu exercício económico em 30 de novembro, os montantes refletidos nas colunas do “Resultado do período” correspondem ao resultado líquido apurado entre 01 de dezembro de 2017 e 30 de junho de 2018 e o mês de dezembro de 2017.
- (3) As participações nestas sociedades estavam incluídas nos ativos adquiridos pelo Banco em Dezembro de 2017 na sequência da operação de aquisição e fusão do BAPOP descrita na Nota 1.4.

De acordo com a IFRS 10, que veio substituir a IAS 27 e a SIC 12, o Grupo inclui nas suas demonstrações financeiras consolidadas as entidades com finalidade especial (SPE’s), criadas no âmbito de operações de titularização quando as controla, ou seja quando detém a maior parte dos riscos e benefícios associados à sua atividade, nomeadamente, as obrigações que emitiram com maior grau de subordinação – *equity pieces*.

Durante o exercício de 2017, o Grupo procedeu à liquidação da Santotta-Internacional, SGPS.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o balanço do Fundo Novimovest, apresentava a seguinte composição:

	30-06-2018	31-12-2017
Carteira de títulos	3.257	3.210
Carteira de imóveis	330.181	353.957
Contas de terceiros	9.482	9.759
Disponibilidades	11.132	479
Acréscimos e diferimentos	37	332
	<u>354.089</u>	<u>367.737</u>
Capital do Fundo	340.899	336.915
Ajustamento e provisões	5.330	5.208
Contas de terceiros	5.258	23.186
Acréscimos e diferimentos	2.602	2.428
	<u>354.089</u>	<u>367.737</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o resultado líquido consolidado inclui um lucro de 3.616 milhares de euros e 2.453 milhares de euros, respetivamente, atribuíveis ao Fundo Novimovest.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Caixa	248.486	288.202
Depósitos à ordem - no Banco de Portugal	<u>2.233.857</u>	<u>751.352</u>
	<u>2.482.343</u>	<u>1.039.554</u>

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas mantidas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da Zona Euro e todos os depósitos de clientes com maturidades inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 1% e abatido um montante de 100.000 de euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à RFI (nestas datas esta taxa é zero), o excesso tem uma penalização de 0,4%.

O cumprimento das disponibilidades mínimas obrigatórias, para um dado período de observação, é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco de Portugal durante o referido período.

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no País		
Depósitos à Ordem	6.739	6.548
Cheques a Cobrar	-	106.065
Outras disponibilidades	725	-
Disponibilidades sobre Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Outras Instituições de Crédito		
Depósitos à Ordem	607.334	543.038
Cheques a Cobrar	-	2.504
	<u>614.798</u>	<u>658.155</u>

Em 31 de dezembro de 2017, as sub-rúbricas de “Cheques a cobrar” correspondiam a cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito, os quais, em geral, eram compensados nos dias úteis seguintes. Em 30 de junho de 2018 estas rubricas passaram a estar contabilizadas em “Ativos financeiros ao custo amortizado”.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro – Depósitos à ordem” incluía um depósito à ordem nos montantes de 80.732 milhares de euros e 78.870 milhares de euros, respetivamente, o qual é mobilizável à medida do cumprimento de determinadas obrigações assumidas perante terceiros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)7. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor positivo	1.339.639	1.511.183
Títulos - Unidades de participação - Maxirent	3.257	3.525
Títulos - Ações	-	528
	<u>1.342.896</u>	<u>1.515.236</u>
Passivos financeiros detidos para negociação		
Derivados com justo valor negativo	<u>(1.367.419)</u>	<u>(1.533.760)</u>

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as rubricas de "Instrumentos financeiros derivados" têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>			<u>31-12-2017</u>		
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
			(Nota 11)			(Nota 11)
Forwards	5.259	5.087	172	7.344	7.254	90
Sw aps						
Contratos de taxa de câmbio (currency sw aps)	467	980	(513)	161	4.988	(4.827)
Contratos de taxa de juro (interest rate sw aps)	1.229.840	1.257.713	(27.873)	1.382.349	1.400.687	(18.338)
Contratos sobre cotações (equity sw aps)	9.923	10.288	(365)	10.083	11.779	(1.696)
Opções						
Contratos de taxa de câmbio	1.794	1.772	22	2.405	2.362	43
Contratos de taxa de juro	-	-	-	154	154	-
Contratos sobre cotações	5.256	4.689	567	10.950	9.423	1.527
Contratos de garantia de taxa de juro (Caps & Floors)	87.100	86.890	210	97.737	97.113	624
	<u>1.339.639</u>	<u>1.367.419</u>	<u>(27.780)</u>	<u>1.511.183</u>	<u>1.533.760</u>	<u>(22.577)</u>

Em 30 de junho de 2018, as rubricas de ativo e passivo relativas a "Instrumentos financeiros derivados" encontram-se deduzidas dos montantes de, aproximadamente, 24.691 milhares de euros e 27.496 milhares de euros de "Credit Value Adjustments" e de "Debit Value Adjustments", respetivamente (25.000 milhares de euros e 30.594 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017, respetivamente), de acordo com a metodologia descrita na Nota 41.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a quase totalidade dos instrumentos financeiros derivados de negociação encontravam-se cobertos "back-to-back" com o Banco Santander, S.A.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica "Títulos - Unidades de participação" correspondia a unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Maxirent.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)**8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS OBRIGATORIAMENTE AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS**

Em 30 de junho de 2018, esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	Justo valor
Fundo Recuperação Turismo	98.092
Fundo Solução Arrendamento	40.742
Trindade Fundo de Investimento	20.715
Fundo Aquarius, FCR	20.219
Arrendamento Mais	14.561
Fundo Recuperação FCR	17.446
Fundo de Investimento Imobiliário Imorent	14.600
Banif Property	5.350
Unicampus - FEI Imobiliário Fechado	1.515
FCR Portugal Ventures Valor 2	909
Outros	3.462
	237.611

Estes ativos anteriormente encontravam-se registados na carteira de Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 9).

9. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2018						Valor de balanço
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 19)	
			Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total (Nota 22)		
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
De emissores públicos nacionais	3.723.694	48.946	358.894	-	358.894	-	4.131.534
Outros residentes							
Dívida não subordinada	50.226	686	816	-	816	(275)	51.453
Emitidos por não residentes							
De emissores públicos estrangeiros	311.977	2.941	6.203	-	6.203	-	321.121
Outros não residentes	776	1	-	(5)	(5)	-	772
	<u>4.086.673</u>	<u>52.574</u>	<u>365.913</u>	<u>(5)</u>	<u>365.908</u>	<u>(275)</u>	<u>4.504.880</u>
Instrumentos de Capital							
Valorizados ao justo valor	16.210	-	741	-	741	-	16.951
	<u>4.102.883</u>	<u>52.574</u>	<u>366.654</u>	<u>(5)</u>	<u>366.649</u>	<u>(275)</u>	<u>4.521.831</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017						
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva de justo valor			Imparidade (Nota 19)	Valor de balanço
			Reserva Positiva	Reserva Negativa	Total (Nota 22)		
Instrumentos de dívida							
Emitidos por residentes							
De emissores públicos nacionais	3.299.882	80.725	320.594	-	320.594	(90)	3.701.111
Outros residentes							
Dívida não subordinada	250.048	8.586	1.906	-	1.906	(230)	260.310
Dívida subordinada	2.825	2	-	-	-	(2.827)	-
Emitidos por não residentes							
De emissores públicos estrangeiros	441.994	2.473	-	-	-	-	444.467
Outros não residentes	776	14	-	-	-	-	790
	<u>3.995.525</u>	<u>91.800</u>	<u>322.500</u>	<u>-</u>	<u>322.500</u>	<u>(3.147)</u>	<u>4.406.678</u>
Instrumentos de Capital							
Emitidos por residentes							
Valorizados ao justo valor	102.603	-	807	(127)	680	(24.410)	78.873
Valorizados ao custo histórico	84.906	-	-	-	-	(34.871)	50.035
Emitidos por não residentes							
Valorizados ao justo valor	1.429	-	-	-	-	-	1.429
Valorizados ao custo histórico	874	-	-	-	-	(746)	128
	<u>189.812</u>	<u>-</u>	<u>807</u>	<u>(127)</u>	<u>680</u>	<u>(60.027)</u>	<u>130.465</u>
	<u>4.185.337</u>	<u>91.800</u>	<u>323.307</u>	<u>(127)</u>	<u>323.180</u>	<u>(63.174)</u>	<u>4.537.143</u>

As rubricas de emissores públicos apresentavam as seguintes características:

Descrição	30-06-2018				31-12-2017					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Emissores públicos nacionais										
. Com vencimento entre cinco e dez anos	2.811.879	39.606	352.406	-	3.203.891	3.043.752	73.712	320.594	-	3.438.058
. Com vencimento a mais de dez anos	911.815	9.340	6.488	-	927.643	256.130	7.013	-	(90)	263.053
Emissores públicos estrangeiros										
. Com vencimento entre três e cinco anos	1.508	1	8	-	1.517	1.509	4	-	-	1.513
. Com vencimento entre cinco e dez anos	277.407	2.083	5.249	-	284.739	277.563	1.183	-	-	278.746
. Com vencimento a mais de dez anos	33.062	857	946	-	34.865	162.922	1.286	-	-	164.208
	<u>4.035.671</u>	<u>51.887</u>	<u>365.097</u>	<u>-</u>	<u>4.452.655</u>	<u>3.741.876</u>	<u>83.198</u>	<u>320.594</u>	<u>(90)</u>	<u>4.145.578</u>

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Grupo detinha na sua carteira Obrigações do Tesouro Portuguesas, nos montantes de 239.812 milhares de euros e 94.669 milhares de euros, respetivamente, utilizadas como colaterais em operações de financiamento (Nota 18).

As rubricas de outros emissores apresentavam as seguintes características:

Descrição	30-06-2018				31-12-2017					
	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço	Custo de aquisição	Juros a receber	Valias refletidas em reservas	Imparidade	Valor de balanço
Dívida não subordinada										
CAIXA GERAL DEPOSITOS 3.75% JAN/2018	-	-	-	-	-	199.827	7.144	295	-	207.265
CGD 3% 2014/2019	49.995	686	816	-	51.497	49.991	1.442	1.611	-	53.044
Outros	1.007	1	(5)	(275)	728	230	-	-	(230)	-
	<u>51.002</u>	<u>687</u>	<u>811</u>	<u>(275)</u>	<u>52.225</u>	<u>250.048</u>	<u>8.586</u>	<u>1.906</u>	<u>(230)</u>	<u>260.310</u>
Dívida subordinada										
BPSM97 - TOPS - OB. PERP. SUB	-	-	-	-	-	2.825	2	-	(2.827)	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Instrumentos de capital” inclui os seguintes títulos:

Descrição	30-06-2018			31-12-2017			Valor de balanço
	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	Custo de aquisição	Valias reflectidas em reservas	Imparidade	
FUNDO SOLUCAO ARRENDAMENTO	-	-	-	40.366	(105)	-	40.261
AQUARIUS, FCR	-	-	-	19.753	-	-	19.753
ARRENDAMENTO MAIS - FIFAH	-	-	-	14.431	-	-	14.431
UNICAMPUS-FEI IMOBILIARIO FECHAD	-	-	-	1.500	14	-	1.514
VISA INC series C	1.429	-	-	1.429	-	-	1.429
FCR PORTUGAL VENTURES VALOR 2	-	-	-	3.836	171	(3.099)	908
FUNFRAP-FUNDICAO PORTUGUESA, S.A	-	-	-	274	491	-	765
GARVAL - SOC.DE GARANTIA MUTUA S	620	59	-	679	19	-	220
FII FECHADO GEF II	-	-	-	391	16	-	407
FUNDO RECUPERACAO FCR CATEGOR	-	-	-	30.085	-	(12.715)	17.370
FUNDO FECHADO DE INVESTIMENTO IMOBILIARIO - IMORENT	-	-	-	18.850	-	(4.000)	14.850
BANIF PROPERTY	-	-	-	15.350	-	(10.000)	5.350
SIBS - SGPS, S.A.	3.985	-	-	3.985	-	-	3.985
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE	3.218	-	-	3.218	3749	(531)	3.218
ASCENDI NORTE - AUTO ESTRADAS DO NORTE - PS	3.218	-	-	3.218	3.749	(531)	3.218
PORTUGAL CAPITAL VENTURES - SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO,	840	-	-	840	1.065	(214)	851
OUTROS	2.900	682	-	3.582	2.675	74	1.935
TITULOS COM IMPARIDADE A 100%	-	-	-	-	28.123	(28.123)	-
	16.210	741	-	16.951	189.812	680	130.465

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as reservas de reavaliação negativas resultantes da valorização ao justo valor, apresentavam as seguintes percentagens de desvalorização face aos respetivos custos de aquisição:

	30-06-2018			31-12-2017			
	Custo de aquisição	Juros a receber	Reserva negativa	Valor de balanço	Custo de aquisição	Reserva negativa	Valor de balanço
Instrumentos de dívida							
. Entre 0% e 25%	776	1	(5)	772	-	-	-
Instrumentos de capital							
. Entre 0% e 25%	-	-	-	-	40.463	(118)	40.345
. Entre 25% e 50%	-	-	-	-	19	(9)	10
	776	1	(5)	772	40.482	(127)	40.355

10. ATIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica aplicações em instituições de crédito tem a seguinte composição:

	30-06-2018	31-12-2017
Aplicações em outras Instituições de crédito no país		
Depósitos	118.747	200.100
Empréstimos	95.514	121.627
Outras aplicações	378	260
Juros a receber	473	3.219
	215.112	325.206
Aplicações em outras Instituições de crédito no estrangeiro		
Aplicações a muito curto prazo	272.002	78.897
Depósitos	262.051	275.006
Empréstimos	748	748
Outras aplicações	142.261	146.396
Juros a receber	124	114
	677.186	501.161
	892.298	826.367
Perdas por imparidade (Nota 19)	(27)	-
	892.271	826.367

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte composição:

	30-06-2018	31-12-2017
Crédito não titulado		
Crédito interno		
A empresas		
Desconto e créditos titulados por efeitos	208.562	253.651
Empréstimos	9.445.180	9.599.810
Crédito em conta corrente	1.397.949	1.337.239
Descobertos em depósitos à ordem	167.939	147.957
Créditos tomados	1.476.960	1.528.015
Locação financeira	1.173.959	1.158.310
Outros créditos	75.783	90.151
A particulares		
Habitação	13.977.829	15.636.395
Consumo e outros	2.266.084	2.305.899
Crédito ao exterior		
A empresas		
Empréstimos	262.125	273.386
Crédito em conta corrente	9.583	8.366
Descobertos em depósitos à ordem	21	78
Créditos tomados	46.977	50.832
Locação financeira	4.180	4.650
Outros créditos	48.824	55.817
A particulares		
Habitação	452.406	469.823
Consumo e outros	43.316	45.685
	<u>31.057.677</u>	<u>32.966.064</u>
Crédito titulado		
Títulos de dívida não subordinada	4.524.137	4.280.415
Ativos titularizados não desreconhecidos - particulares - crédito à habitação		
. Hipototta nº 4 PLC	671.022	711.848
. Hipototta nº 5 PLC	640.869	674.136
.Gamma STC	3.376.230	1.449.644
	<u>4.688.121</u>	<u>2.835.628</u>
Créditos e juros vencidos		
Até 90 dias	64.866	45.400
Há mais de 90 dias	930.283	1.187.896
	<u>995.149</u>	<u>1.233.296</u>
	<u>41.265.084</u>	<u>41.315.403</u>
Juros a receber		
Crédito não titulado	120.617	87.805
Crédito titulado	18.958	15.263
Ativos titularizados não desreconhecidos	3.416	1.462
Correções de valor de ativos objecto de cobertura	-	18.408
Despesas com encargo diferido	79.048	73.742
Cheques a cobrar	86.134	
Devedores	105.852	
Comissões associadas ao custo amortizado (líquidas)	(136.729)	(138.006)
	<u>277.296</u>	<u>58.674</u>
	<u>41.542.380</u>	<u>41.374.077</u>
Perdas por imparidade (Nota 19)	<u>(1.473.182)</u>	<u>(1.740.865)</u>
	<u>40.069.198</u>	<u>39.633.212</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos primeiros semestres de 2018 e 2017 foram vendidas carteiras de crédito concedido a particulares e a empresas com um valor de balanço de 14.583 milhares de euros e 43.384 milhares de euros, respetivamente. Como resultado destas operações foram registados ganhos líquidos nos montantes de 11.308 milhares de euros e 10.868 milhares de euros, respetivamente (Nota 31).

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Crédito interno – A particulares - Habitação” incluía créditos afetos ao património autónomo das obrigações hipotecárias emitidas pelo Banco e pelo ex - BAPOP nos montantes de 9.760.441 milhares de euros e 9.980.181 milhares de euros, respetivamente (Nota 18).

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade durante os primeiros semestres de 2018 e 2017 é apresentado na Nota 19.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o crédito e juros vencidos por prazo de incumprimento apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Até três meses	64.866	45.400
Entre três meses e seis meses	40.422	26.293
Entre seis meses e um ano	75.146	220.723
Entre um ano e três anos	439.546	381.315
Mais de três anos	375.169	559.565
	<u>995.149</u>	<u>1.233.296</u>

Em 30 de junho de 2018, a divisão por *stage* da carteira de crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado tem a seguinte detalhe

	<u>Valor bruto</u>	<u>Provisões</u>	<u>Cobertura</u>
Stage 1	35.598.015	(79.956)	0,22%
Stage 2	3.391.864	(93.163)	2,75%
Stage 3	2.552.501	(1.300.063)	50,93%
	<u>41.542.380</u>	<u>(1.473.182)</u>	

11. DERIVADOS DE COBERTURA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>			<u>31-12-2017</u>		
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Líquido</u>
Coberturas de justo valor						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	13.249	46.560	(33.311)	14.620	34.411	(19.791)
Swaps cotações (equity swap)	81	2.235	(2.154)	636	2.184	(1.548)
Opções	-	-	-	93	493	(400)
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps taxa de juro (interest rate swap)	39.860	1.124	38.736	-	2.187	(2.187)
	<u>53.190</u>	<u>49.919</u>	<u>3.271</u>	<u>15.349</u>	<u>39.275</u>	<u>(23.926)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o detalhe dos instrumentos financeiros derivados era o seguinte:

Tipo de instrumento financeiro	30-06-2018								
	Valor de balanço	Valor nominal						Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
Compra	172	122.902	31.044	5.157	-	-	159.103	77.652	81.451
Venda		122.812	31.003	5.156	-	-	158.971	78.374	80.597
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra		1.548.072	689	-	-	-	1.548.761	517.665	1.031.096
Venda	(513)	1.547.426	711	-	-	-	1.548.137	1.031.672	516.465
Outros swaps de taxa de juro	(27.873)	8.867	15.354	1.960.375	2.745.615	21.960.638	26.690.849	26.652.364	38.485
Swaps sobre cotações (equity swap)	(365)	121.793	176.195	138.295	-	769.654	1.205.937	1.205.937	-
Opções de moeda									
Compras	22	46.138	45.328	31.427	167.513	-	290.406	146.927	143.479
Vendas		46.138	45.328	31.427	167.513	-	290.406	146.927	143.479
Opções de cotações									
Compras	567	-	-	114.178	90.693	-	204.871	204.871	-
Vendas		-	-	114.178	90.693	-	204.871	204.871	-
Outros (Caps & Floors)	210	408.965	421.630	1.046.733	617.740	997.643	3.492.711	3.492.711	-
	(27.780)	3.973.113	767.282	3.446.926	3.879.767	23.727.935	35.795.023	33.759.971	2.035.052
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Ativos financeiros disponíveis para venda	(4.696)	-	-	-	-	80.000	80.000	80.000	-
Passivos e crédito	(28.615)	8.249	14.814	19.078	587.581	2.612.228	3.241.950	3.070.393	171.557
Swaps de cotações (equity swaps)	(2.154)	21.043	45.630	41.992	47.665	-	156.330	22.537	133.793
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	38.736	99.749	72.599	248.828	6.602.595	3.500.000	10.523.771	10.523.771	-
	3.271	129.041	133.043	309.898	7.237.841	6.192.228	14.002.051	13.696.701	305.350
31-12-2017									
Tipo de instrumento financeiro	Valor de balanço	Valor nominal						Valor nominal	
		Até 3 meses	Entre 3 e 6 meses	Entre 6 e 12 meses	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total	EUR	Outros
1. Instrumentos derivados de negociação (Nota 7)									
Forwards									
Compra	90	180.229	15.725	8.686	355	-	204.995	91.276	113.720
Venda		157.106	34.944	21.591	1.068	-	214.709	110.440	104.269
Swaps divisas (currency swaps)									
Compra	(4.827)	699.485	4.202	279	-	-	703.966	10.681	693.286
Venda		704.179	4.290	284	-	-	708.753	698.094	10.659
Outros swaps de taxa de juro	(18.338)	30.006	58.895	33.119	4.201.883	21.633.136	25.957.039	25.917.294	39.744
Swaps sobre cotações (equity swap)	(1.696)	-	-	298.077	138.295	518.252	954.624	954.623	-
Opções de moeda									
Compras	43	77.127	24.547	55.124	20.220	-	177.018	-	177.018
Vendas		74.799	24.547	55.124	20.220	-	174.690	-	174.690
Opções de cotações									
Compras	1.527	-	-	-	204.862	-	204.862	204.862	-
Vendas		-	-	-	204.862	-	204.862	204.862	-
Outros (Caps & Floors)	624	783	10.945	831.619	1.627.014	958.037	3.428.398	3.428.399	-
	(22.577)	1.923.714	178.095	1.303.903	6.418.779	23.109.425	32.933.916	31.620.531	1.313.386
2. Instrumentos derivados de cobertura									
Cobertura de justo valor									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)									
Ativos financeiros disponíveis para venda	(3.536)	50.000	-	30.000	-	-	80.000	80.000	-
Passivos e crédito	(16.255)	641	-	23.063	297.653	2.774.714	3.096.070	2.929.306	166.764
Opções auto-callable	(400)	196.916	-	-	-	-	196.916	196.916	-
Swaps de cotações (equity swaps)	(1.548)	141.339	396.089	65.439	69.644	-	672.511	542.766	129.745
Cobertura de fluxos de caixa									
Swaps de taxa de juro (interest rate swaps)	(2.187)	-	-	172.348	351.422	-	523.771	523.771	-
	(23.926)	388.895	396.089	290.851	718.719	2.774.714	4.569.268	4.272.759	296.509

O Banco realiza operações de derivados no âmbito da sua atividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados, satisfazendo as necessidades dos seus clientes, ou cobrindo posições de natureza estrutural (cobertura). O risco de taxa de juro implícito no âmbito das operações de securitização e das emissões de obrigações hipotecárias é igualmente gerido pelo Banco através da contratação de instrumentos financeiros derivados.

O Banco transaciona derivados, nomeadamente sob a forma de contratos sobre taxas de câmbio, sobre taxas de juro ou sobre uma combinação destes subjacentes. Estas transações são efetuadas em mercados de balcão (OTC – *Over-the-counter*).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A negociação de derivados no mercado de balcão (OTC) baseia-se, normalmente, num contrato bilateral standard, que engloba o conjunto das operações sobre derivados existentes entre as partes. No caso de relações interprofissionais, um *Master Agreement* da ISDA – *Internacional Swaps and Derivatives Association*. No caso de relações com clientes, um contrato próprio do Banco.

Neste tipo de contratos, prevê-se a compensação de responsabilidades em caso de incumprimento (compensação essa, cuja abrangência está prevista no próprio contrato e é regulada na lei portuguesa e, para contratos com contrapartes estrangeiras ou executados sob lei estrangeira, nas jurisdições relevantes).

O contrato de derivados pode incluir igualmente um acordo de colateralização do risco de crédito que seja gerado pelas transações por ele regidas. De notar que o contrato de derivados entre duas partes enquadra por norma todas as transações em derivados OTC realizadas entre essas duas partes, sejam estas utilizadas para cobertura ou não.

De acordo com a IAS 39, são igualmente autonomizadas e contabilizadas como derivados partes de operações, comumente designadas por “derivados embutidos”, de forma a reconhecer em resultados o justo valor destas operações.

Todos os derivados (embutidos ou autónomos) são reconhecidos contabilisticamente pelo seu justo valor.

Os derivados são também registados em contas extrapatrimoniais pelo seu valor teórico (valor nocional). O valor nocional é o valor de referência para efeitos de cálculo dos fluxos de pagamentos e recebimentos originados pela operação.

O justo valor corresponde ao valor estimado que os derivados teriam se fossem transacionados no mercado na data de referência. A evolução do justo valor dos derivados é reconhecida nas contas relevantes do balanço e tem impacto imediato em resultados.

12. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2018		31-12-2017	
	Participação efectiva (%)	Valor de balanço	Participação efectiva (%)	Valor de balanço
No país				
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.	25,81	1.853	25,81	1.853
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida	15,90	18.900	15,90	22.579
Lusimovest	25,76	25.798	25,77	25.329
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	21,86	34.680	21,86	32.373
		<u>81.231</u>		<u>82.134</u>
Imparidade em investimentos em associadas (Nota 19)				
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida		-		(3.679)
Benim - Sociedade Imobiliária, S.A.		(1.853)		(1.853)
		<u>(1.853)</u>		<u>(5.532)</u>
		<u>79.378</u>		<u>76.602</u>

A participação na Benim – Sociedade Imobiliária, S.A. é detida indiretamente pelo Banco por via da Totta Urbe – Empresa de Administração e Construções, S.A. (Totta Urbe).

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os investimentos financeiros detidos na Unicre incluíam goodwill. O teste de imparidade efetuado ao goodwill na Unicre não evidenciou perdas de imparidade neste investimento financeiro.

À data não existem responsabilidades por cumprir perante as associadas nem passivos contingentes a reconhecer na Sociedade decorrentes das participações nas mesmas.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)13. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>330.182</u>	<u>353.957</u>

Durante o exercício de 2013, na sequência da subscrição de diversas unidades de participação, o Banco passou a consolidar pelo método de integração global o Fundo Imobiliário Novimovest cujo principal ativo são imóveis para arrendamento.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest apresentavam as seguintes características:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Terrenos		
Urbanizados	14.872	15.023
Não urbanizados	1.109	1.109
Construções acabadas		
Arrendadas	242.045	260.872
Não arrendadas	54.964	60.198
Projetos de construção	17.192	16.755
	<u>330.182</u>	<u>353.957</u>

Por outro lado, durante os primeiros semestres de 2018 e 2017, os imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest geraram, entre outros, os seguintes rendimentos e encargos anuais:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Rendas (Nota 32)	7.798	7.877
Condomínio	(578)	(632)
Conservação e reparação	(542)	(407)
Seguros	(106)	(114)
	<u>6.572</u>	<u>6.724</u>

O movimento ocorrido na rubrica de “Propriedades de investimento” no primeiro semestre de 2018 e no exercício de 2017 foi como segue:

	<u>30-06-2018</u>				<u>Saldo em 30-06-2018</u>
	<u>Saldo em 31-12-2017</u>	<u>Entradas</u>	<u>Valorização a justo valor</u>	<u>Alienações</u>	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>353.957</u>	-	<u>(682)</u>	<u>(23.093)</u>	<u>330.182</u>
	<u>31-12-2017</u>				<u>Saldo em 31-12-2017</u>
	<u>Saldo em 31-12-2016</u>	<u>Entradas</u>	<u>Valorização a justo valor</u>	<u>Alienações</u>	
Imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest	<u>378.374</u>	-	<u>(6.914)</u>	<u>(17.503)</u>	<u>353.957</u>

O efeito da valorização ao justo valor dos imóveis detidos pelo Fundo Imobiliário Novimovest encontra-se registado na rubrica da demonstração de resultados “Outros resultados de exploração – Mais / Menos valias em propriedades de investimento” (Nota 32).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As propriedades de investimento detidas pelo Grupo são avaliadas, com uma periodicidade bianual, ou mais curta se entretanto tiver ocorrido um evento que suscite dúvidas quanto ao valor da última avaliação realizada, por entidades especializadas e independentes, de acordo com as metodologias de avaliação descritas na Nota 17.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a forma de apuramento do justo valor das propriedades de investimento de acordo com os níveis definidos na IFRS 13 é como segue:

	Nível 3	
	30-06-2018	31-12-2017
Propriedades de investimento	380.182	353.957

De acordo com os requisitos estabelecidos pela IFRS 13, apresenta-se abaixo para as propriedades de investimento com maior valor na carteira do Grupo em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, um resumo das suas principais características, das técnicas de valorização adotadas e dos *inputs* mais relevantes utilizados no apuramento do seu justo valor:

Descrição do imóvel	Ocupação	Valor em		Técnica de valorização	Inputs relevantes
		30-06-2018	31-12-2017		
Hotel Delfim - Alvor Hotel em Portimão	Arrendado	34.398	34.398	Método do rendimento	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Stº Cruz do Bispo - Lotes 1, 2 e 3 Retail park Matosinhos	Arrendado	41.504	41.063	Método comparativo de mercado/ Método do Valor Residual	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Galerias Saldanha Residence Centro Comercial em Lisboa	Arrendado	26.366	26.050	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Armazém em Perafita Armazém em Matosinhos	Arrendado	15.916	15.916	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Av. Antero de Quental, 9 Escritórios e loja em Ponta Delgada	Arrendado	11.699	11.941	Método do rendimento / Método comparativo de mercado	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Estrada da Outurela, 119, Carnaxide Escritórios em Oeiras	Arrendado	11.878	12.262	Método de rendimento / Método comparativo de mercado Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Campos de Golf Vila Sol - G1 e G2 Campos de Golf em Loulé	Arrendado	12.240	12.240	Método de rendimento / Método do custo	Valor de renda por m2 Taxa de capitalização
Parque Logístico SPC Armazéns 1 e 4 Alfena - Valongo Terrenos Terrenos em Valongo	Arrendado (SPC 1) Construção em curso	10.312 9.991	10.312 9.661	Método de rendimento / Método comparativo de mercado Método comparativo de mercado/ Método do custo Método do Valor Residual	Valor de renda por m2 Valor do terreno e do custo de Construção e comercialização por m2
		<u>174.304</u>	<u>173.843</u>		

Caso venha a ocorrer um aumento do valor da renda por m2 ou um aumento da taxa de ocupação ou uma diminuição da taxa de capitalização, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso se verifique um aumento dos custos de construção ou de comercialização, um aumento da taxa de capitalização, uma diminuição do valor de renda por metro quadrado ou uma diminuição da taxa de ocupação, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

14. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nestas rubricas durante os primeiros semestres de 2018 e 2017 pode ser apresentado da seguinte forma:

	30-06-2018													
	31-12-2017			Abates e vendas		Transferências		Amortizações do período	Perdas de Imparidade (Nota 19)	30-06-2018			Valor líquido	
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 19)	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	De/Para ativos detidos para venda	Amortizações do período			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 19)		
				Aquisições			Valor Bruto	Amortizações Acumuladas						
Ativos tangíveis														
Imóveis														
. Imóveis de serviço próprio	469.425	166.816	6.281	4.108	-	-	7.572	2.608	4.310	-	465.961	168.518	6.281	291.162
. Despesas em edifícios arrendados	161.641	154.846	-	1	-	-	(3.774)	(829)	1.197	-	165.416	156.872	-	8.544
. Outros imóveis	308	11	20	-	-	-	141	-	1	(20)	167	12	-	155
Ativos tangíveis em curso														
. Imóveis de serviço próprio	88	-	-	-	-	-	88	-	-	-	-	-	-	-
	<u>631.462</u>	<u>321.673</u>	<u>6.301</u>	<u>4.109</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.027</u>	<u>1.779</u>	<u>5.508</u>	<u>(20)</u>	<u>631.544</u>	<u>325.402</u>	<u>6.281</u>	<u>299.861</u>
Equipamento														
. Mobiliário e material	28.370	22.867	-	1.173	7	7	-	-	531	-	29.536	23.391	-	6.145
. Máquinas e ferramentas	6.936	5.883	-	49	1	1	-	-	131	-	6.984	6.013	-	971
. Equipamento informático	106.268	95.568	-	1.114	210	209	(268)	(268)	2.073	-	107.440	97.700	-	9.740
. Instalações interiores	36.979	19.745	-	3.819	22	14	28	18	1.440	-	40.748	21.153	-	19.595
. Material de transporte	19.531	8.776	-	674	3.829	2.815	-	-	1.036	-	16.376	6.997	-	9.379
. Equipamento de segurança	19.514	18.187	-	103	-	-	-	-	217	-	19.617	18.404	-	1.213
. Outro equipamento	7.556	6.369	-	202	-	-	257	260	139	-	7.501	6.248	-	1.253
. Ativos tangíveis em curso	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>225.163</u>	<u>177.395</u>	<u>-</u>	<u>7.134</u>	<u>4.078</u>	<u>3.046</u>	<u>17</u>	<u>10</u>	<u>5.567</u>	<u>-</u>	<u>228.202</u>	<u>179.906</u>	<u>-</u>	<u>48.296</u>
Outros ativos tangíveis														
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	2.048	-	-	12	-	-	-	-	-	-	2.060	-	-	2.060
. Outros	3.463	3.462	-	-	-	-	-	-	-	-	3.463	3.462	-	1
	<u>5.792</u>	<u>3.743</u>	<u>-</u>	<u>12</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.804</u>	<u>3.743</u>	<u>-</u>	<u>2.061</u>
	<u>862.417</u>	<u>502.811</u>	<u>6.301</u>	<u>11.255</u>	<u>4.078</u>	<u>3.046</u>	<u>4.044</u>	<u>1.789</u>	<u>11.075</u>	<u>(20)</u>	<u>865.550</u>	<u>509.051</u>	<u>6.281</u>	<u>350.218</u>
Ativos intangíveis														
Software	438.890	406.376	-	3.281	-	-	-	-	9.549	-	442.171	415.925	-	26.246
Ativos intangíveis em curso	61	-	-	921	-	-	-	-	-	-	982	-	-	982
Trespases	3.346	3.346	-	-	-	-	-	-	33	-	3.346	3.379	-	(33)
Outros	1.040	475	-	-	-	-	-	-	-	-	1.040	475	-	565
Diferenças de consolidação positivas	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	-	1.160
	<u>444.497</u>	<u>410.197</u>	<u>-</u>	<u>4.202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.582</u>	<u>-</u>	<u>448.699</u>	<u>419.779</u>	<u>-</u>	<u>28.920</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	30-06-2017												
	31-12-2016			Aquisições	Abates e vendas		Transferências De/Para ativos detidos para venda		Amortizações do período	30-06-2017			Valor líquido
	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 19)		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Valor Bruto	Amortizações Acumuladas		Valor Bruto	Amortizações Acumuladas	Imparidade (Nota 19)	
Ativos tangíveis													
Imóveis													
. Imóveis de serviço próprio	402.284	143.664	3.870	1.826	2.215	155	(10.223)	(3.519)	3.732	391.672	143.722	3.870	244.080
. Despesas em edifícios arrendados	148.941	141.295	-	-	151	154	(46)	(46)	1.331	148.744	142.426	-	6.318
. Outros imóveis	1.307	148	20	-	14	-	-	-	3	1.293	151	520	622
Ativos tangíveis em curso													
. Imóveis de serviço próprio	88	-	-	-	-	-	-	-	-	88	-	-	88
	<u>552.620</u>	<u>285.107</u>	<u>3.890</u>	<u>1.826</u>	<u>2.380</u>	<u>309</u>	<u>(10.269)</u>	<u>(3.565)</u>	<u>5.066</u>	<u>541.797</u>	<u>286.299</u>	<u>4.390</u>	<u>251.108</u>
Equipamento													
. Mobiliário e material	23.621	19.843	-	1.243	83	82	-	-	445	24.781	20.206	-	4.575
. Máquinas e ferramentas	6.027	5.462	-	103	3	3	-	-	75	6.127	5.534	-	593
. Equipamento informático	95.298	83.486	-	1.418	84	79	-	-	2.075	96.632	85.482	-	11.150
. Instalações interiores	28.458	15.404	-	1.738	21	15	(258)	(116)	1.085	29.917	16.358	-	13.559
. Material de transporte	20.470	9.800	-	743	2.483	1.735	-	-	947	18.730	9.012	-	9.718
. Equipamento de segurança	13.264	12.368	-	318	-	-	-	-	153	13.582	12.521	-	1.061
. Outro equipamento	5.546	4.706	-	200	1	1	-	-	119	5.745	4.824	-	921
	<u>192.684</u>	<u>151.069</u>	<u>-</u>	<u>5.763</u>	<u>2.675</u>	<u>1.915</u>	<u>(258)</u>	<u>(116)</u>	<u>4.899</u>	<u>195.514</u>	<u>153.937</u>	<u>-</u>	<u>41.577</u>
Outros ativos tangíveis													
. Equipamento em locação financeira	281	281	-	-	-	-	-	-	-	281	281	-	-
. Património artístico	1.826	-	-	36	-	-	-	-	-	1.862	-	-	1.862
. Outros	3.464	3.463	-	-	1	1	-	-	-	3.463	3.462	-	1
	<u>5.571</u>	<u>3.744</u>	<u>-</u>	<u>36</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.606</u>	<u>3.743</u>	<u>-</u>	<u>1.863</u>
	<u>750.875</u>	<u>439.920</u>	<u>3.890</u>	<u>7.625</u>	<u>5.056</u>	<u>2.225</u>	<u>(10.527)</u>	<u>(3.681)</u>	<u>9.965</u>	<u>742.917</u>	<u>443.979</u>	<u>4.390</u>	<u>294.548</u>
Ativos intangíveis													
Software adquirido a terceiros	414.887	385.087	-	5.294	-	-	(225)	-	8.733	419.956	393.820	-	26.136
Ativos intangíveis em curso	2.894	-	-	2.141	-	-	225	-	-	5.260	-	-	5.260
Trespases	3.346	3.346	-	-	-	-	-	-	-	3.346	3.346	-	-
Diferenças de consolidação positivas	1.160	-	-	-	-	-	-	-	-	1.160	-	-	1.160
	<u>422.287</u>	<u>388.433</u>	<u>-</u>	<u>7.435</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.733</u>	<u>429.722</u>	<u>397.166</u>	<u>-</u>	<u>32.556</u>

15. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E POR IMPOSTOS DIFERIDOS

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Ativos por impostos correntes	178.925	19.053
Ativos por Impostos diferidos	642.768	448.353
	<u>821.693</u>	<u>467.406</u>
Passivos por impostos correntes	102.169	75.364
Passivos por Impostos diferidos	203.666	157.117
	<u>305.835</u>	<u>232.481</u>

Em 30 de junho de 2018 e de 2017, os impostos na demonstração dos resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Impostos correntes	61.661	(49.788)
Impostos diferidos	159.813	(13.707)
	<u>221.474</u>	<u>(63.495)</u>

Os dividendos distribuídos ao Banco por empresas filiais e associadas localizadas em Portugal ou em Estado Membro da União Europeia não são tributados na esfera deste em resultado da aplicação do regime previsto no artigo 51º do CIRC que prevê a eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto nos casos em que existam prejuízos fiscais reportáveis, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, situações em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

O Banco foi objeto de inspeção fiscal até ao exercício de 2014, inclusive. Como resultado da inspeção ao ano de 2014, foi sujeito a uma liquidação adicional em sede de IRC relativa a tributação autónoma e a diversas correções ao prejuízo fiscal apurado naquele exercício. Em sede de Imposto do Selo, o Banco foi sujeito igualmente a uma liquidação adicional. As correções efetuadas à matéria coletável abrangeram diversas matérias, incluindo, entre outras, ajustamentos relativos ao reconhecimento fiscal dos desvios atuariais e ajustamentos relativos às utilizações de provisões para crédito vencido. Parte destas correções são meramente temporárias.

Quanto às liquidações adicionais recebidas, o Banco procedeu ao pagamento dos valores liquidados. Não obstante, as liquidações adicionais foram na sua maioria objeto de reclamação graciosa e/ou impugnação judicial.

O Banco tem por procedimento registar na rubrica de "Provisões" do passivo o montante que considera adequado para fazer face às liquidações adicionais de que foi objeto, bem como às contingências referentes aos exercícios ainda não revistos pela Administração Fiscal (Nota 19).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Grupo Santander Totta decidiu aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS). Este novo regime traduzira-se na soma algébrica dos resultados fiscais apurados nas declarações periódicas individuais de cada sociedade. As sociedades abrangidas por este regime são: - a Sociedade dominante Santander Totta, SGPS, e as sociedades dominadas (Taxagest, BST, Santander Totta Seguros, TottaUrbe).

16. OUTROS ATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2018	31-12-2017
Devedores e outras aplicações	-	110.852
Contratos de suprimentos	-	824
Ouro, outros metais preciosos, numismática e medalhística	3.145	3.236
Promessas de dação, arrematações e outros		
ativos recebidos em dação de pagamento	618.106	397.886
Rendimentos a receber e receitas com rendimento diferido	27.265	26.484
Responsabilidades com pensões e outros benefícios		
Fundo de pensões do BST	-	37.417
Fundo de pensões da sucursal de Londres	-	(6.729)
Fundo de pensões do ex-Banif	-	(31.936)
Fundo de pensões do BAPOP	-	2.383
Despesas com encargo diferido	5.502	7.147
Operações ativas a regularizar	139.697	588.019
	<u>793.715</u>	<u>1.135.583</u>
Perdas por imparidade (Nota 19)		
Devedores e outras aplicações		
Devedores e outras aplicações	-	(7.774)
Devedores, contas de regularização e outros ativos		
Ativos recebidos em dação em pagamento	(149.788)	(128.159)
Imoveis próprios para desinvestimento	(27.892)	(29.282)
Suprimentos	-	(486)
Outros ativos e contas de regularização	-	(34.511)
	<u>(177.680)</u>	<u>(200.212)</u>
	<u>616.035</u>	<u>935.371</u>

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Rendimentos a receber” incluía maioritariamente comissões a receber de seguradoras pela comercialização dos seus seguros (Nota 36).

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Outros” inclui operações ativas/(passivas) a liquidar conforme se detalha de seguida:

	30-06-2018		31-12-2017	
	Outros ativos	Outros passivos	Outros ativos	Outros passivos
		(Nota 21)		(Nota 21)
Juros a receber de swaps contratados com entidades do sector público português	-	-	394.152	-
Cheques, valores em trânsito e outras transacções a regularizar	28.060	(57.930)	35.229	(73.354)
Transferências no âmbito do SEPA	65.051	(214.167)	83.994	(211.271)
Saldos a regularizar em ATM's	1.798	-	2.967	-
Outros	44.788	(83.334)	71.677	(50.259)
	<u>139.697</u>	<u>(355.431)</u>	<u>588.019</u>	<u>(334.884)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)17. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2018	31-12-2017
Imóveis recebidos em dação em pagamento	113.119	128.551
Equipamento	1.585	1.574
	<u>114.704</u>	<u>130.125</u>
Perdas por imparidade (Nota 19)	<u>(37.459)</u>	<u>(42.856)</u>
	<u>77.245</u>	<u>87.269</u>

O movimento ocorrido na rubrica de "Ativos não correntes detidos para venda" no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, foi o seguinte:

	2018												
	31-12-2017				Transferências			Imparidade			30-06-2018		
	Valor bruto	Imparidade acumulada	Entradas	Alienações	Valor bruto	Imparidade	Dotações	Reversões	Utilizações	Valor bruto	Imparidade acumulada	Valor líquido	
		(Nota 19)				(Nota 19)		(Nota 19)		(Nota 19)			
Imóveis:													
Recebidos em dação em pagamento	128.551	(41.576)	15.002	(33.226)	2.792	902	(1.426)	370	5.518	113.119	(36.212)	76.907	
Equipamento	1.574	(1.280)	26	(15)	-	-	(50)	78	5	1.585	(1.247)	338	
	<u>130.125</u>	<u>(42.856)</u>	<u>15.028</u>	<u>(33.241)</u>	<u>2.792</u>	<u>902</u>	<u>(1.476)</u>	<u>448</u>	<u>5.523</u>	<u>114.704</u>	<u>(37.459)</u>	<u>77.245</u>	

Estes ativos são registados pelo valor acordado por via negocial ou judicial, deduzido dos custos que o Banco estima incorrer com a sua venda, ou pelo seu valor de venda rápida, caso este seja inferior. Por outro lado, os bens recuperados na sequência da rescisão de contratos de locação financeira são registados no ativo pelo valor do capital em dívida à data da rescisão do contrato.

Os imóveis são sujeitos a avaliações periódicas efetuadas por avaliadores independentes. Sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor pelo qual os imóveis se encontram contabilizados, são registadas perdas por imparidade. Se, numa data subsequente, os factos que levaram o Banco a registar perdas por imparidade deixarem de se verificar, o Banco irá reverter as perdas por imparidade, até ao limite do valor que os bens teriam se não tivessem sido reclassificados para ativos não correntes detidos para venda.

As avaliações destes imóveis são efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica do bem:

a) Método de mercado

O critério da comparação de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação/obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis acima referidos são executadas por entidades independentes e especializadas as quais se encontram credenciadas junto da Comissão dos Mercados dos Valores Mobiliários (CMVM).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)18. PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

A sub-rubrica recursos de bancos centrais tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos	3.051.756	3.076.000
Recursos de Outros Bancos Centrais		
Depósitos	4.539	4.538
	<u>3.056.295</u>	<u>3.080.538</u>

A sub-rubrica recursos de outras instituições de crédito tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Recursos de Instituições de crédito no País		
Depósitos	201.690	270.227
Outros recursos	1.031	23
Juros a pagar	15	22
	<u>202.736</u>	<u>270.272</u>
Recursos de Instituições de Crédito no Estrangeiro		
Recursos consignados	900.000	950.000
Depósitos	391.405	378.798
Operações de venda com acordo de recompra	2.751.949	2.710.621
Outros recursos	37.591	40.686
Juros a pagar	961	709
	<u>4.081.906</u>	<u>4.080.814</u>
	<u>4.284.642</u>	<u>4.351.086</u>

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a rubrica de "Recursos de instituições de crédito no estrangeiro – Operações de venda com acordo de recompra", tem a seguinte composição por tipo de ativo subjacente às operações de venda com acordo de recompra:

Tipo de subjacente	<u>30-06-2018</u>			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferidos	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	239.812	(7)	(14)	239.791
Obrigações não subordinadas emitidas por Instituições de Crédito no País	43.497	-	-	43.497
Obrigações emitidas pelo grupo no âmbito de operações de titularização e recompradas pelo BST	972.865	-	-	972.865
Obrigações hipotecárias emitidas e readquiridas pelo BST	1.495.838	(25)	(17)	1.495.796
	<u>2.752.012</u>	<u>(32)</u>	<u>(31)</u>	<u>2.751.949</u>
Tipo de subjacente	<u>31-12-2017</u>			
	Capital	Juros	Despesas com custo diferidos	Total
Obrigações do Tesouro - Portugal	94.669	(11)	5	94.663
Obrigações não subordinadas emitidas por Instituições de Crédito no País	43497	-	-	43.497
Obrigações emitidas pelo grupo no âmbito de operações de titularização e recompradas pelo BST	997.298	47	(8)	997.337
Obrigações hipotecárias emitidas e readquiridas pelo BST	1.575.134	(32)	22	1.575.124
	<u>2.710.598</u>	<u>4</u>	<u>19</u>	<u>2.710.621</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica recursos de clientes e outros empréstimos tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Depósitos a prazo	16.627.627	15.703.242
Depósitos à ordem	15.281.241	13.168.309
Outros recursos de clientes	1.495.900	1.935.634
Depósitos de Poupança	977.996	1.180.229
Depósitos com pré-aviso	14.513	20.612
	<u>34.397.277</u>	<u>32.008.026</u>
Juros e custos a pagar	15.889	19.646
Cheques e ordens a pagar	-	104.246
Corecções de valor por operações de cobertura	-	5.550
	<u>15.889</u>	<u>129.442</u>
	<u>34.413.166</u>	<u>32.137.468</u>

A sub-rubrica responsabilidades representadas por títulos tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Obrigações em circulação		
Obrigações hipotecárias		
Emitidas	7.700.000	7.700.000
Readquiridas	(4.200.000)	(4.200.000)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(14.631)	(14.137)
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização		
Emitidas	5.177.234	3.249.292
Readquiridas	(4.173.429)	(2.121.485)
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	(67.355)	(71.535)
Obrigações de caixa		
Emitidas	-	1.072
Juros a pagar e outros custos e proveitos diferidos	-	29
	<u>4.421.819</u>	<u>4.543.237</u>
Outros		
Programa EMTN	729	25.744
Juros a pagar	4	224
	<u>733</u>	<u>25.968</u>
Passivos subordinados		
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000		
Emitidas	270.447	270.447
Readquiridas	(270.447)	(270.447)
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001		
Emitidas	13.818	13.818
Readquiridas	(13.818)	(13.818)
Obrigações Perpétuas subordinadas CPP 2001	4.275	4.275
Banco Santander Totta SA 7.5%	7.599	7.599
	<u>11.874</u>	<u>11.874</u>
Juros a pagar	440	158
	<u>4.434.866</u>	<u>4.581.237</u>

Nos termos da lei, os detentores das obrigações hipotecárias possuem um privilégio creditício especial sobre o património autónomo, o qual constitui uma garantia da dívida à qual os obrigacionistas terão acesso em caso de insolvência do emitente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As condições das obrigações hipotecárias e das obrigações de caixa encontram-se descritas no Anexo I e as dos passivos subordinados no Anexo II.

Entre maio de 2008 e junho de 2018, o BST procedeu a vinte e três emissões de obrigações hipotecárias ao abrigo do programa “€ 12.500.000.000 Covered Bonds Programme”. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as obrigações hipotecárias tinham um património autónomo constituído por:

	30-06-2018	31-12-2017
Crédito a Clientes (Nota 10)	9.760.441	9.980.181
Juros de Crédito	7.917	8.151
Comissões	(46.371)	(45.258)
Despesas com encargo diferido	4.167	2.130
Derivados	(89.695)	(105.205)
	<u>9.636.459</u>	<u>9.839.999</u>

O movimento ocorrido nas obrigações hipotecárias e de caixa e outra dívida emitida pelo Grupo durante o exercício de 2017 e o primeiro semestre de 2018 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação		Programa EMTN
	Emitidas	Readquiridas	Emitidas
Saldos em 31 de dezembro de 2016	6.975.005	(4.458.983)	28.460
. Emissões BAPOP	1.072	-	729
. Emissões efetuadas	2.750.000	-	-
. Emissões reembolsadas	(2.024.800)	258.983	-
. Variação cambial	(205)	-	(3.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	7.701.072	(4.200.000)	25.744
. Emissões reembolsadas	(1.072)	-	(25.015)
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>7.700.000</u>	<u>(4.200.000)</u>	<u>729</u>

O movimento ocorrido no âmbito das operações de titularização durante o exercício de 2017 e o primeiro semestre de 2018 foi o seguinte:

	Obrigações em circulação	
	Emitidas	Readquiridas
Saldos em 31 de dezembro de 2016	4.509.231	(3.061.174)
. Reembolsadas	(1.259.939)	970.145
. Readquiridas		
. Hipototta 4 - Classe A	-	(30.456)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	3.249.292	(2.121.485)
. Emitidas	2.266.000	-
. Reembolsadas	(338.058)	239.324
. Readquiridas		
. Hipototta 13	-	(2.266.000)
. Hipototta 4 e 5	-	(25.268)
	1.927.942	(2.051.944)
Saldos em 30 de Junho de 2018	<u>5.177.234</u>	<u>(4.173.429)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica outros passivos financeiros tem a seguinte composição:

	30-06-2018	31-12-2017
Cheques e ordens a pagar	102.138	
Credores e outros recursos		
Credores por operações sobre futuros	4.269	
Sector público administrativo	26.234	
Credores por contratos de factoring	46.814	
Outros	36.161	
	<u>215.616</u>	<u>-</u>

19. MOVIMENTO NAS PROVISÕES E NA IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas Provisões e na imparidade durante os primeiros semestres de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	2018						
	31-12-2017	IFRS 9	Dotações	Reversões	Utilizações	Outros	30-06-2018
Provisões para contingências fiscais	11.023	-	-	-	-	-	11.023
Provisões para pensões e outros encargos	39.931	-	116.180	-	(14.624)	-	141.487
Imparidade para garantias e compromissos assumidos	24.021	35.062	12.233	(12.127)	-	-	59.189
Outras provisões	92.575	-	204.203	(13.979)	(6.554)	(4.000)	272.245
	<u>167.550</u>	<u>35.062</u>	<u>332.616</u>	<u>(26.106)</u>	<u>(21.178)</u>	<u>(4.000)</u>	<u>483.944</u>

	2017				
	31-12-2016	Dotações	Reversões	Utilizações	30-06-2017
Provisões para contingências fiscais	11.802	-	-	-	11.802
Provisões para pensões e outros encargos	85.982	25.239	-	(37.575)	73.646
Imparidade e provisões para garantias e compromissos assumidos	21.547	5.773	(4.060)	-	23.260
Outras provisões	101.519	42.879	(61.745)	(9.037)	73.616
	<u>220.850</u>	<u>73.891</u>	<u>(65.805)</u>	<u>(46.612)</u>	<u>182.324</u>

	2018						
	31-12-2017	IFRS 9	Perdas de imparidade	Reversões de perdas de imparidade	Utilizações e outros	30-06-2018	Recuperações de crédito vencido em resultados
Perdas de imparidade (Nota 10)	1.740.865	59.640	179.001	(176.029)	(330.268)	1.473.209	3.271
Perdas de imparidade em outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	63.174	(62.899)	1.705	(1.705)	-	275	-
Imparidade por investimentos em associadas (Nota 12)	5.532	-	-	-	(3.679)	1.853	-
	<u>1.809.571</u>	<u>(3.259)</u>	<u>180.706</u>	<u>(177.734)</u>	<u>(333.947)</u>	<u>1.475.337</u>	<u>3.271</u>
Ativos tangíveis (Nota 14)	6.301	-	-	-	(20)	6.281	-
Outros ativos (Nota 16)	200.212	(31.499)	35.425	(14.827)	(11.631)	177.680	-
Ativos não correntes detidos para venda (Nota 17)	42.856	-	1.476	(448)	(6.425)	37.459	-
	<u>249.369</u>	<u>(31.499)</u>	<u>36.901</u>	<u>(15.275)</u>	<u>(18.076)</u>	<u>221.420</u>	<u>-</u>
	<u>2.058.940</u>	<u>(34.758)</u>	<u>217.607</u>	<u>(193.009)</u>	<u>(352.023)</u>	<u>1.696.757</u>	<u>3.271</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	2017					30-06-2017 Saldo do exercício	Recuperações de crédito vencido em resultados
	31-12-2016 Saldo do exercício	Perdas de imparidade	Reversões de perdas de imparidade	Transferências e outros	Utilizações		
Imparidade para crédito a clientes							
Crédito interno	696.237	493.888	(607.749)	-	(12.009)	570.367	-
Crédito ao exterior	28.761	-	-	-	(28.761)	-	-
Crédito a Clientes titularizados não desreconhecidos	10.719	362	(2.145)	-	-	8.936	-
Outros Créditos e valores a receber titulados	4.053	2.081	-	-	-	6.134	-
Imparidade para crédito e juros vencidos							
Crédito a clientes							
Crédito ao exterior	713.229	333.637	(108.433)	-	(243.841)	694.592	2.651
Crédito a clientes titularizados não desreconhecidos	59.244	4.962	(10.037)	-	(34.479)	19.690	-
Crédito ao exterior	147.560	14.122	(103.148)	5.279	(968)	62.845	-
Outros créditos e valores a receber titulados	3.000	-	-	-	(3.000)	-	-
	1.662.803	849.052	(831.512)	5.279	(323.058)	1.362.564	2.651
Imparidade em activos financeiros disponíveis para venda	61.370	25	(189)	-	(415)	60.791	-
Imparidade por investimentos em associadas	1.500	-	-	-	-	1.500	-
	62.870	25	(189)	-	(415)	62.291	-
Imparidade em activos não financeiros							
Ativos não correntes detidos para venda	53.201	1.471	(2.233)	9.617	(7.390)	54.666	-
Ativos tangíveis	3.890	500	-	-	-	4.390	-
Outros ativos	139.583	9.808	(33.232)	(9.617)	(2.237)	104.305	-
	196.674	11.779	(35.465)	-	(9.627)	163.361	-
	1.922.347	860.856	(867.166)	5.279	(333.100)	1.588.216	2.651

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as Provisões para pensões e outros encargos apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2018	31-12-2017
Planos de reestruturação	117.187	15.811
Plano complementar de pensões do Conselho de Administração (Nota 39)	24.300	24.120
	<u>141.487</u>	<u>39.931</u>

20. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 esta rubrica representava as unidades de participação no Fundo Novimovest não detidas pelo Grupo.

21. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	30-06-2018	31-12-2017
Credores e outros recursos		239.646
Encargos com pessoal		
Férias e subsídio de férias	30.503	38.333
Outras remunerações variáveis	20.630	28.161
Subsídio de Natal	8.944	-
Outros custos com pessoal	9.153	7.898
Outros encargos	125.927	133.000
Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 37)		
Fundo de pensões do BST	(16.832)	-
Fundo de pensões da sucursal de Londres	4.138	-
Fundo de pensões do ex-Banif	31.936	-
Fundo de pensões do BAPOP	(1.241)	-
Outras receitas com rendimento diferido	2.977	5.332
Operações passivas a regularizar	819	813
Outros (Nota 16)	355.431	334.884
	<u>572.385</u>	<u>788.067</u>

22. CAPITAL PRÓPRIO

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social do Banco estava representado por 1.256.723.284 ações, com o valor nominal de 1 Euro cada, integralmente subscritas e realizadas pelos seguintes acionistas:

	30-06-2018		
	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%	1.241.180
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	1,16%	14.593
Ações próprias	402.256	0,03%	402
Outros	548.200	0,04%	548
	<u>1.256.723.284</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.256.723</u>

	31-12-2017		
	Número de ações	% de participação	Montante
Santander Totta, SGPS, S.A.	1.241.179.513	98,76%	1.241.180
Taxagest, SGPS, S.A. (ações próprias)	14.593.315	1,16%	14.593
Ações próprias	399.215	0,03%	399
Outros	551.241	0,05%	551
	<u>1.256.723.284</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.256.723</u>

No primeiro semestre de 2018, o Banco procedeu à aquisição de 3.041 ações próprias, pelos montantes de 11 milhares de euros.

Nos termos da Portaria n.º 408/99, de 4 de junho, publicada no Diário da República – I Série B, n.º 129, os prémios de emissão, que ascendem a 193.390 milhares de euros, não podem ser utilizados para a atribuição de dividendos nem para a aquisição de ações próprias.

Os “Outros instrumentos de capital” referem-se a prestações acessórias de capital concedidas pelo acionista Santander Totta, SGPS, S.A., as quais não vencem juros nem têm prazo de reembolso definido. Aquelas prestações poderão ser reembolsadas apenas por deliberação do Conselho de Administração do Banco, mediante prévia autorização do Banco de Portugal.

No exercício de 2018 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 618.597 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,492 euros por ação.

No exercício de 2017 o Banco procedeu à distribuição de dividendos no montante de 302.850 milhares de euros (montante líquido dos dividendos afetos a ações próprias), equivalente a um dividendo unitário de aproximadamente 0,241 euros por ação. Neste exercício, o Banco procedeu ainda a uma distribuição de reservas livres no montante de 45.817 milhares de euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as reservas de reavaliação tinham a seguinte composição:

	30-06-2018	31-12-2017
Reservas de reavaliação		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 9)	366.649	323.180
De investimentos detidos até à maturidade	-	(7.151)
Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial	1.569	969
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	27.619	(13.901)
Ganhos e perdas atuariais (Nota 37)		
Fundo de Pensões do BST	(668.276)	(658.333)
Fundo de Pensões da Sucursal de Londres do BST	(10.721)	(13.406)
Fundo de Pensões do ex-Banif	(8.008)	(8.008)
Fundo de Pensões do BAPOP	(514)	-
Ganhos e perdas atuariais de sociedades em equivalência patrimonial	(2.062)	(2.049)
Reservas reavaliação legais	23.245	23.245
	<u>(270.499)</u>	<u>(355.454)</u>
Reservas por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor		
De outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(112.393)	(99.867)
De investimentos detidos até à maturidade	-	2.074
Reservas de reavaliação de sociedades em equivalência patrimonial	(399)	(247)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	(8.562)	4.309
Impacto fiscal dos desvios atuariais	174.740	174.740
Impacto fiscal por alterações de política contabilística de sociedades em equivalência patrimonial	360	368
Relativas à reavaliação de ativos tangíveis	(3.148)	(3.148)
	<u>50.598</u>	<u>78.229</u>
	<u>(219.901)</u>	<u>(277.225)</u>

Os impostos diferidos foram calculados com base na legislação atualmente em vigor e correspondem à melhor estimativa do impacto da realização das mais e menos-valias potenciais incluídas nas reservas de reavaliação.

As reservas de reavaliação não podem ser utilizadas para a atribuição de dividendos nem para aumentar o capital social.

Durante o exercício de 1998, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro, o Banco reavaliou o seu imobilizado corpóreo, tendo aumentado o respetivo valor, líquido de amortizações acumuladas, em aproximadamente 23.245 milhares de euros, o qual foi registado em reservas de reavaliação. O valor líquido resultante da reavaliação efetuada só poderá ser utilizado para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados” tinha a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Reserva legal	414.311	344.748
Outras reservas		
Reservas de sociedades consolidadas	33.024	358.856
Reservas de sociedades em equivalência patrimonial	5.064	3.096
Reserva de fusão		
Por incorporação do totta e BSP	541.334	541.334
Por incorporação do BSN	35.405	35.405
Por incorporação do TottalFIC	90.520	90.520
Por incorporação do BAPOP	(8.411)	(8.411)
Outras reservas	-	60
Resultados transitados	619.084	609.746
	<u>1.730.331</u>	<u>1.975.354</u>

Reserva legal

Em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002, de 26 de setembro, o BST constitui um fundo de reserva legal até à concorrência do capital social ou do somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior. Para tal, é anualmente transferida para esta reserva uma fração não inferior a 10% do resultado líquido do exercício da atividade individual, até perfazer o referido montante.

Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

Reserva de fusão

Nos termos da legislação em vigor, a reserva de fusão é equiparada à reserva legal, podendo apenas ser utilizada para cobertura de prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)23. RESULTADO CONSOLIDADO DO PERÍODO

Nos exercícios de 2017 e 2016, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	30-06-2018		30-06-2017	
	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado	Resultado líquido do período	Contribuição para o resultado consolidado
Resultado do período do BST (atividade individual)	237.283	237.283	348.903	348.903
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:				
Totta Ireland, Plc.	6.571	6.571	6.541	6.541
Novimovest - Fundo de Investimento Imobiliário Aberto	4.540	3.616	3.094	2.453
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.	8.607	1.881	9.357	2.012
Gamma, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	62	62		
Totta Urbe, Empresa de Administração e Construções, S.A.	(1.107)	(1.107)	612	612
Banif International Bank, LTD	33	33	4.453	4.453
Lusimovest Fundo de Investimento Imobiliário	1.816	468	2.222	573
Taxagest, S.A.	-	-	(1)	(1)
Primestar Servig	3	2	-	-
	<u>20.525</u>	<u>11.526</u>	<u>26.278</u>	<u>16.643</u>
.Anulação de dividendos intragrupo recebidos:				
Totta Ireland, Plc.		(10.800)		(10.800)
Unicre, Instituição Financeira de Crédito, S.A.		-		(4.171)
Santotta - Internacional, SGPS, S.A.		-		(96.500)
		<u>(10.800)</u>		<u>(111.471)</u>
.Ajustamentos relacionados com operações de titularização		(1.423)		(27.897)
.Outros		(950)		(3.668)
Resultado consolidado do período		<u>235.636</u>		<u>222.510</u>

Os resultados por ação básicos são calculados efetuando a divisão do resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do Banco pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

	30-06-2018	30-06-2017
Resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas do BST	235.636	222.510
Número médio ponderado de ações ordinárias emitidas	1.256.723.284	1.256.723.284
Número médio ponderado de ações próprias em carteira	14.994.029	14.898.645
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação	1.241.729.255	1.241.824.639
Resultado por ação básico atribuível aos acionistas do BST (em euros)	0,19	0,18

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)24. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o valor das participações de terceiros em empresas do Grupo tem a seguinte distribuição por entidade:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Taxagest, S.A.	557	557
Outros	396	581
	<u>953</u>	<u>1.138</u>

25. CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

As responsabilidades extrapatrimoniais têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Garantias prestadas e outros passivos eventuais		
Garantias e avales	1.666.730	1.717.603
Créditos documentários abertos	354.295	347.498
Ativos dados em garantia		
Banco de Portugal	135.565	176.242
Fundo de garantia de depósitos	87.374	85.814
Sistema de indemnização aos investidores	8.889	6.601
Ativos dados em garantia por operações de política monetária	9.269.779	7.810.862
	<u>11.522.632</u>	<u>10 144 620</u>
Compromissos perante terceiros		
Por linhas de crédito		
Revogáveis	4.869.125	5.192.952
Irrevogáveis	900.754	1.352.174
Fundo de Garantia de Depósitos	68.969	68.969
Sistema de Indemnização aos Investidores	7.822	9.401
Outros compromissos revogáveis	216	215
Facilidades de descobertos em conta	81.496	87.221
	<u>5.928.382</u>	<u>6 710 932</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	31.945.641	32.122.516
Valores recebidos para cobrança	199.409	220.568
Outros valores	145.106	136.972
	<u>32.290.156</u>	<u>32 480 056</u>

Os ativos dados em garantia por operações de política monetária, correspondem à pool de colateral que o Banco dispõe junto do Banco Central Europeu, para garantir a operativa de liquidez.

Fundo de Garantia de Depósitos

Conforme previsto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, foi criado em novembro de 1994 o Fundo de Garantia de Depósitos, com o objetivo de garantir os depósitos constituídos nas instituições de crédito, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. A contribuição inicial para o Fundo, fixada por Portaria do Ministério das Finanças, foi efetuada através da entrega de numerário e títulos de depósito, tendo sido amortizada em 60 meses a partir de janeiro de 1995. Exceto para o referido no parágrafo seguinte, as contribuições anuais regulares para o Fundo são reconhecidas como custo no exercício a que dizem respeito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Até 2011, conforme permitido pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu ao pagamento de 90% da contribuição anual para o Fundo de Garantia de Depósitos, tendo assumido igualmente o compromisso irrevogável para com o Fundo de Garantia de Depósitos de liquidação da parcela correspondente a 10% da contribuição anual, se e quando for solicitado. O valor total não pago acumulado com referência a 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 relativamente ao qual foi assumido este compromisso ascende a 68.969 milhares de euros. Os ativos dados em penhor ao Banco de Portugal encontram-se refletidos nas rúbricas extrapatrimoniais pelo seu valor de mercado. Nos exercícios de 2018 e 2017, o Banco procedeu ao pagamento de 100% da contribuição anual nos montantes de 44 milhares de euros e 21 milhares de euros, respetivamente (Nota 32).

Sistema de Indemnização aos Investidores (SII)

As responsabilidades para com o Sistema de Indemnização aos Investidores não são reconhecidas como custo. Estas responsabilidades são cobertas através da aceitação de um compromisso irrevogável de proceder ao seu pagamento, caso tal venha a ser exigido, estando uma parte (50%) garantida por penhor de títulos do Tesouro Português. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estas responsabilidades ascendiam a 7.822 milhares de euros e 9.401 milhares de euros, respetivamente.

26. RENDIMENTOS DE JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Juros de disponibilidades		
Sobre instituições de crédito no estrangeiro	622	15
Juros de aplicações		
Em instituições de crédito no país	2.162	1.408
Em instituições de crédito no estrangeiro	580	4.145
Juros de crédito a clientes		
Crédito interno	317.082	246.025
Crédito ao exterior	7.306	6.453
Outros créditos e valores a receber	39.050	39.165
Ativos titularizados não desreconhecidos	19.991	15.303
Proveitos por comissões associadas ao custo amortizado	31.643	21.209
Juros de crédito vencido	4.239	6.407
Juros e rendimentos similares de outros ativos financeiros		
Outros ativos financeiros ao justo valor através		
de outro rendimento integral disponíveis para venda	55.848	62.431
Investimentos detidos até á maturidade	-	3.271
Derivados de cobertura	122.622	128.106
Outros	24.573	2.216
	<u>625.718</u>	<u>536.154</u>

27. ENCARGOS POR JUROS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Juros de recursos de bancos centrais		
Recursos do Banco de Portugal	63	1.725
Juros de recursos de outras Instituições de Crédito		
No país	111	92
No estrangeiro	1.920	1.145
Depósitos de Clientes		
Depósitos		
De residentes	26.351	31.340
De não residentes	2.828	3.105
Juros de responsabilidades representadas por títulos		
Obrigações	22.940	18.261
Outras responsabilidades representadas por títulos	57	339
Juros de passivos subordinados		
Empréstimos subordinados	313	315
Juros de derivados de cobertura	119.238	133.324
Outros juros	6.849	7.104
	<u>180.670</u>	<u>196.750</u>

28. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica refere-se a dividendos recebidos e tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
SIBS – Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	1.159	2.799
Unicampos	65	49
Outros	9	15
	<u>1.233</u>	<u>2.863</u>

29. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Por garantias prestadas		
Garantias e avales	8.734	7.938
Créditos documentários abertos	1.711	1.341
Por compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros		
Irrevogáveis	529	56
Revogáveis	473	1.494
Por serviços bancários prestados		
Depósito e guarda de valores	2.577	2.245
Cobrança e administração de valores	6.450	5.739
Gestão de fundos mobiliários e imobiliários	13.346	9.583
Transferência de valores	1.365	782
Por transações de cartões	43.501	41.478
Anuidades	12.976	11.773
Operações de crédito	24.542	23.082
Outros serviços prestados	7.003	140
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Sobre títulos	8.655	8.939
Outras	1.214	114
Outras comissões recebidas		
Seguradoras (Nota 36)	47.581	46.636
Depósitos á Ordem	32.370	23.854
Cheques	4.749	5.535
Outras	7.798	7.138
	<u>225.574</u>	<u>197.867</u>

30. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Por garantias recebidas		
Garantias e avales	1.220	1.909
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Cobrança e administração de valores	701	648
Transações de clientes	22.469	21.881
Operações de crédito	7.093	5.034
Outros serviços prestados	3.922	2.329
Por operações realizadas por conta de terceiros		
Títulos	1.400	922
Outras	1.031	710
Outras comissões pagas	1.009	134
	<u>38.845</u>	<u>33.567</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)31. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

As sub-rubricas resultados de ativos e passivos ao justo valor através de resultados e resultados de outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados têm a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos de capital	106	(57)
Instrumentos derivados :		
"Swaps":		
. Contratos de taxa de câmbio	344	(105)
. Contratos de taxa de juro	(6.880)	(3.554)
. Contratos sobre cotações	1.669	(670)
Opções :		
. Contratos de taxa de câmbio	58	121
. Contratos sobre cotações	(852)	1.738
Contratos de garantia de taxa de juro	243	151
	<u>(5.312)</u>	<u>(2.376)</u>
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
Instrumentos de capital	328	-
Titulos - outros	(3)	-
	<u>325</u>	<u>-</u>
Derivados de cobertura :		
"Swaps":		
. Contratos de taxa de juro	(15.061)	7.891
. Contratos sobre cotações	(130)	2.199
Opções "Autocallable"	133	279
Correcções de valor de ativos e passivos objecto de cobertura	15.044	(10.411)
	<u>(14)</u>	<u>(42)</u>
	<u>(5.001)</u>	<u>(2.418)</u>

A sub-rubrica resultados de outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Instrumentos de dívida		
Dívida pública nacional	25.529	35.535
Dívida pública estrangeira	775	-
Outros	48	-
Instrumentos de capital		
Valorizados ao justo valor	-	101
Valorizados ao custo histórico	-	54
	<u>26.352</u>	<u>35.690</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A sub-rubrica resultados de reavaliação cambial tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Ganhos na reavaliação da posição cambial	146.193	48.585
Perdas na reavaliação da posição cambial	(141.431)	(44.160)
	<u>4.762</u>	<u>4.425</u>

A sub-rubrica resultados de alienação de outros ativos tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Ganhos na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	13.694	11.334
Ganhos em ativos não correntes detidos para venda	-	4.848
Ganhos em outros ativos tangíveis	9.513	5.834
Outros ganhos em operações financeiras	666	233
Outros ganhos em operações não financeiras	97	-
	<u>23.970</u>	<u>22.249</u>
Perdas em outros ativos tangíveis	(7.276)	(6.979)
Perdas na alienação de créditos a clientes (Nota 10)	(2.386)	(466)
Perdas em ativos não correntes detidos para venda	-	(41)
Outras perdas em operações financeiras	(23)	(715)
Outras perdas em operações não financeiras	(7.575)	-
	<u>(17.260)</u>	<u>(8.201)</u>
	<u>6.710</u>	<u>14.048</u>

32. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Rendimentos e receitas operacionais		
Rendas auferidas	8.174	7.996
Mais valias não realizadas em propriedades de investimento	1.404	17.556
Reembolso de despesas	1.338	1.363
Rendimentos da prestação de serviços diversos	1.743	2.034
Aluguer de terminais de pagamento automático	9.267	10.079
Outros	2.944	1.237
	<u>24.870</u>	<u>40.265</u>
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	(3.504)	(4.136)
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	(44)	(21)
Contribuições para o fundo de resolução	(22.219)	(19.352)
Menos valias não realizadas em propriedades de investimento	(2.086)	(19.011)
Encargos com transações realizadas por clientes	(1.031)	(2.985)
Despesas com máquinas de levantamento automático	(5.954)	(6.374)
Outros encargos e gastos operacionais	(13.008)	(3.977)
Outros impostos		
Impostos indirectos	(2.281)	(645)
Impostos directos	(1.420)	(851)
	<u>(51.547)</u>	<u>(57.352)</u>
	<u>(26.677)</u>	<u>(17.087)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos primeiros semestres de 2018 e 2017, a rubrica “Rendas auferidas” inclui os montantes de 7.798 milhares de euros e 7.877 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas auferidas pelo Fundo Imobiliário Novimovest.

O Decreto-Lei n.º 24/2013, de 19 de fevereiro, estabeleceu o regime de contribuições dos Bancos para o novo Fundo de Resolução, criado com a finalidade de prevenção, mitigação e contenção do risco sistémico. De acordo com o Aviso n.º 1/2013 e as Instruções n.º 6/2013 e n.º 7/2013, do Banco de Portugal, está previsto o pagamento de uma contribuição inicial e uma contribuição periódica para o Fundo de Resolução. A contribuição periódica do BST do ano de 2018 e 2017 ascendeu a 7.554 milhares de euros e 4.556 milhares de euros, respetivamente.

No âmbito do mecanismo único de Resolução as contribuições anuais serão transferidas para o Fundo Único de Resolução, de acordo com o artigo 3º, n.º 3 do acordo relativo à transferência e mutualização das contribuições para o Fundo Único de Resolução, assinado em Bruxelas em 21 de maio de 2014. O Banco de Portugal, na qualidade de autoridade de resolução, determina o valor da contribuição de cada instituição em função do perfil de risco de cada entidade. Em dezembro de 2015 o Banco pagou uma contribuição adicional para o Fundo de Resolução no montante de 13.318 milhares de euros, conforme carta recebida do Banco de Portugal em novembro de 2015. Nos exercícios de 2018 e 2017 e tal como previsto em carta do Banco de Portugal, o Conselho Único de Resolução (CUR) permitiu que para estes exercícios, as instituições bancárias optem pela utilização de compromisso irrevogável de pagamento, na proporção de 15% do valor da contribuição anual. A contribuição anual ascendeu a 17.253 milhares de euros e 17.406 milhares de euros, respetivamente.

33. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Salários e vencimentos		
Órgãos de gestão e fiscalização (Nota 39)	4.652	4.646
Empregados	117.515	104.940
Plano de ações (Nota 40)	186	186
Outras remunerações variáveis	14.320	11.722
	<u>136.673</u>	<u>121.494</u>
Encargos sociais obrigatórios		
Encargos relativos a remunerações	31.949	28.939
Fundos de pensões (Nota 37)	3.382	3.182
Outros encargos sociais obrigatórios	576	500
	<u>35.907</u>	<u>32.621</u>
Outros custos com pessoal		
Plano complementar de reforma (Nota 37)	291	291
Transferências de pessoal	687	255
Outros	2.879	2.002
	<u>3.857</u>	<u>2.548</u>
	<u>176.437</u>	<u>156.663</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)34. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Serviços externos :		
Serviços especializados	40.081	26.908
Manutenção de software e equipamento informático	22.451	20.405
Rendas e alugueres	7.669	6.958
Comunicações	6.857	6.116
Publicidade e edição de publicações	7.087	5.950
Deslocações, estadas e representações	2.862	2.899
Conservação e reparação	3.660	2.136
Transportes	2.413	1.773
Seguros	771	609
Formação de pessoal	1.195	1.070
Outros serviços de terceiros	4.618	3.103
Fornecimentos externos:		
Água, energia e combustíveis	5.460	4.312
Material de consumo corrente	1.131	993
Outros fornecimentos	122	135
	<u>106.377</u>	<u>83.367</u>

35. RESULTADOS DE ASSOCIADAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Unicre - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	1.881	2.012
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	468	573
Outros	-	48
	<u>2.349</u>	<u>2.633</u>

36. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS

Os proveitos com a prestação de serviços de mediação de seguros referem-se essencialmente às comissões faturadas pela comercialização de seguros de vida e de não vida, tal como segue:

	<u>30-06-2018</u>			<u>30-06-2017</u>		
	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total	Ramo Vida	Ramo Não Vida	Total
			(Nota 29)			(Nota 29)
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	22.400	-	22.400	25.541	-	25.541
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	15.487	-	15.487	16.511	-	16.511
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	-	2.371	2.371	-	1.010	1.010
Liberty Seguros	-	6.629	6.629	-	6.840	6.840
Outros	694	-	694	(3.266)	-	(3.266)
	<u>38.581</u>	<u>9.000</u>	<u>47.581</u>	<u>38.786</u>	<u>7.850</u>	<u>46.636</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Outros ativos – Proveitos a receber – De outros serviços prestados” (Nota 16) inclui comissões a receber de seguradoras de acordo com o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Santander Totta Seguros - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	11.147	9.958
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros de Vida, S.A.	2.671	2.568
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	446	201
Outros	15	1.125
	<u>14.279</u>	<u>13.852</u>

Estes montantes referem-se essencialmente às comissões apuradas e não liquidadas relativamente aos prémios de seguros comercializados durante o segundo trimestre de 2018 e último trimestre de 2017.

37. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO DOS COLABORADORES

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do BST relativas a empregados no ativo e aos já reformados, foram efetuados estudos atuariais pela Mercer (Portugal), Limitada. O valor atual das responsabilidades com serviços passados, bem como os correspondentes custos com serviços correntes, foram apurados com base no método “Projected Unit Credit”.

As responsabilidades do BST com pensões de reforma, cuidados de saúde e subsídio por morte em 30 de junho de 2018 e nos quatro exercícios anteriores, assim como a respetiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>	<u>2013</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:						
- Pensões						
. Empregados no activo	288.972	289.518	314.119	303.523	308.223	282.028
. Pensionistas	35.086	34.059	31.526	26.928	26.343	22.891
. Reformados e reformados antecipadamente	<u>473.433</u>	<u>475.916</u>	<u>424.970</u>	<u>399.942</u>	<u>415.679</u>	<u>399.434</u>
	797.491	799.493	770.615	730.393	750.245	704.353
- Cuidados de saúde (SAMS)	147.689	147.942	147.207	151.544	151.903	137.970
- Subsídio por morte	5.203	5.132	6.372	5.759	5.543	4.562
- Prémio na reforma	7.040	6.802	8.082	-	-	-
	<u>957.423</u>	<u>959.369</u>	<u>932.276</u>	<u>887.696</u>	<u>907.691</u>	<u>846.885</u>
Cobertura das responsabilidades:						
- Valor patrimonial do Fundo	974.255	996.786	932.465	914.204	910.580	840.543
Valor financiado em excesso / (não financiado) (Nota 21)	<u>16.832</u>	<u>37.417</u>	<u>189</u>	<u>26.508</u>	<u>2.889</u>	<u>(6.342)</u>
Desvios actuariais e financeiros gerados no ano						
- Alteração de pressupostos	-	-	30.579	-	37.912	42.565
- Ajustamentos de experiência:						
. Outros (Ganhos)/ Perdas actuariais	4.598	(4.319)	23.815	(9.857)	6.580	(1.775)
. (Ganhos)/ Perdas financeiras	5.345	(32.933)	2.050	(17.675)	1.111	(3.115)
	<u>9.943</u>	<u>(37.252)</u>	<u>25.865</u>	<u>(27.532)</u>	<u>7.691</u>	<u>(4.890)</u>
	<u>9.943</u>	<u>(37.252)</u>	<u>56.444</u>	<u>(27.532)</u>	<u>45.603</u>	<u>37.675</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 2011 foi celebrado um acordo tripartido entre o Ministério das Finanças, a Associação Portuguesa de Bancos e a Federação do Setor Financeiro (FEBASE), no âmbito do qual o Banco transferiu para a Segurança Social as responsabilidades com reformados e pensionistas que em 31 de dezembro de 2011 se encontravam abrangidos pelo regime de Segurança Social substitutivo constante do instrumento de regulamentação coletiva de trabalho vigente no setor bancário (ACTV). Em consequência, foram transferidos os ativos do Fundo de Pensões do Banco na parte correspondente a essas responsabilidades. De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de dezembro, o valor das responsabilidades com pensões transferidas para o Estado foi determinado tendo em conta os seguintes pressupostos:

Tábua de mortalidade população masculina	TV 73/77 menos 1 ano
Tábua de mortalidade população feminina	TV 88/90
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	4%

O valor das responsabilidades transferidas para a Segurança Social apurado com base nos pressupostos acima descritos ascendeu a 456.111 milhares de euros.

Os principais pressupostos utilizados pelo Banco para a determinação das suas responsabilidades com pensões de reforma em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 foram os seguintes:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Taxa de rendimento dos ativos do fundo de pensões	2,00%
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,00%
Taxa de crescimento salarial	0,75%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%
Taxa de inflação	0,75%

O Decreto-Lei nº 167-E/2013, de 31 de dezembro, veio alterar a idade normal de acesso à reforma do regime geral da Segurança Social para 66 anos, deixando contudo de ser aplicável o fator de sustentabilidade aos beneficiários que se reformem com aquela idade.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pode ser detalhado como se segue no que respeita ao plano de pensões do BST:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Responsabilidades no início do exercício	959.369	932.276
Custo dos serviços correntes	2.038	4.536
Custo dos juros	9.209	17.912
(Ganhos)/perdas atuariais	4.598	(4.319)
Reformas antecipadas	8.604	51.367
Valores pagos	(27.623)	(44.873)
Contribuições dos empregados	1.228	2.470
	-----	-----
Responsabilidades no fim do período	957.423	959.369
	=====	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado dos ativos do Fundo de Pensões. Nos primeiros semestres de 2018 e 2017, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 33):

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Custo dos serviços correntes	2.038	2.268
Custo dos juros	9.209	8.956
Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	(9.209)	(8.956)
	-----	-----
Plano de benefício definido	2.038	2.268
Plano de contribuição definida	555	631
Plano da Sucursal de Londres	162	283
Plano do BAPOP	627	-
	-----	-----
	3.382	3.182
	=====	=====

Os colaboradores admitidos no BST após 1 de janeiro de 2009 passaram a estar inscritos na Segurança Social, estando abrangidos por um plano de pensões complementar de contribuição definida e direitos adquiridos ao abrigo da cláusula 93ª do ACT (publicado no BTE nº 29 de 8 de Agosto de 2016). O referido plano é financiado através de contribuições dos colaboradores (1,5%) e do BST (1,5%) sobre o valor da retribuição mensal efetiva. Para este efeito, cada colaborador pode optar por um fundo de pensões aberto à sua escolha para onde o BST transfere a sua contribuição.

O movimento ocorrido nos desvios atuariais no primeiro semestre de 2018 e no exercício de 2017 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	695.584
Ganhos atuariais com pensões gerados em 2017	(1.437)
Ganhos financeiros com pensões gerados em 2017	(27.281)
Ganhos atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2017	(2.882)
Ganhos financeiros com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2017	(5.651)

Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 22)	658.333
Perdas atuariais com pensões gerados em 2018	4.011
Perdas financeiras com pensões gerados em 2018	4.427
Perdas atuariais com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2018	587
Perdas financeiras com cuidados de saúde e subsídio por morte em 2018	918

Saldo em 30 de junho de 2017 (Nota 22)	668.276
	=====

Os crescimentos de salários e pensões estimados têm em conta a atual situação nacional e as consequentes perspetivas de menores aumentos no futuro, ou mesmo de manutenção dos valores atuais.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. é a entidade que gere o Fundo de Pensões do BST. Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o número de participantes do Fundo era como segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Empregados no ativo ⁽¹⁾	4.764	4.789
Pensionistas	1.137	1.123
Reformados e reformados antecipadamente	5.575	5.561
	-----	-----
	<u>11.476</u>	<u>11.473</u>
	=====	=====

(1) Dos quais 327 e 274 empregados pertencem ao plano de contribuição definida em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respetivamente.

As principais alterações demográficas ocorridas no primeiro semestre de 2018 e no exercício de 2017 foram as seguintes:

	<u>Ativos</u>		Reformados e reformados antecipadamente	Pensionistas
	Plano de contribuição definida	Plano de benefício definido		
Número total em 31 de dezembro de 2016	<u>265</u>	<u>4.838</u>	<u>5.358</u>	<u>1.092</u>
Saídas:				
. De ativos	(20)	(35)	-	(6)
. Por mortalidade	-	(3)	(101)	(29)
Transferências	-	(294)	294	-
Entradas	29	9	10	66
Número total em 31 de dezembro de 2017	<u>274</u>	<u>4.515</u>	<u>5.561</u>	<u>1.123</u>
Transferências	-	(46)	46	-
Entradas líquidas	53	(32)	(32)	14
Número total em 30 de junho de 2018	<u>327</u>	<u>4.437</u>	<u>5.575</u>	<u>1.137</u>

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões do BST durante no primeiro semestre de 2018 e no exercício de 2017 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2016	932.465

Contribuições do Banco (monetárias)	55.879
Contribuições dos empregados	2.470
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	17.912
. Rendimento do Fundo acima da taxa de desconto	32.933
Valores pagos	(44.873)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	996.786
Contribuições do Banco (monetárias)	-
Contribuições dos empregados	1.228
Rendimento líquido do Fundo:	
. Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	9.209
. Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(5.345)
Valores pagos	(27.623)

Valor patrimonial em 30 de junho de 2018	<u>974.255</u>
	=====

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As taxas de rendimento do Fundo de Pensões em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 ascenderam a 1,25% e 5,45%, respetivamente.

A política de investimentos e alocação do Fundo de Pensões do BST prevê que a carteira de ativos seja constituída em obediência a critérios de segurança, rendibilidade e liquidez, através de um conjunto diversificado de aplicações, designadamente ações, obrigações, outros instrumentos representativos de dívida, participações em instituições de investimento coletivo, depósitos bancários, outros ativos de natureza monetária e terrenos e edifícios inscritos no registo predial.

Por outro lado, aquela política é orientada por critérios de diversificação de risco e rentabilidade, podendo a Sociedade Gestora do Fundo optar por uma política mais ou menos conservadora, aumentando ou diminuindo a exposição a ações ou obrigações, de acordo com as suas expectativas sobre a evolução dos mercados e de acordo com os limites de investimento definidos.

A política de investimentos do Fundo de Pensões do BST em vigor prevê os seguintes limites:

<u>Classe de Ativos</u>	<u>Intervalos previstos</u>
Obrigações	40% a 95%
Imobiliário	0% a 25%
Ações	0% a 20%
Liquidez	0% a 15%
Alternativos	0% a 10%
<i>Commodities</i>	0% a 5%

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a composição do Fundo de Pensões do BST era como segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Instrumentos de dívida:		
. Rating A	29.119	22.113
. Rating BBB	338.260	313.459
. Rating BB	60.584	58.132
. Sem rating atribuído à emissão ou ao emissor	64.000	104.686
Fundos de Investimento Imobiliário	158.385	160.019
Fundos de Investimento Mobiliário	200.362	186.024
Imóveis		
. Espaços comerciais	21.273	22.059
. Terrenos	863	863
Instrumentos de capital:		
. Ações portuguesas – cotadas	288	366
. Ações estrangeiras – cotadas	40.954	51.642
Instrumentos financeiros derivados		
. Opções cotadas	748	771
	<u>914.836</u>	<u>920.134</u>
Depósitos	29.155	55.016
Outros	30.264	21.636
	<u>974.255</u>	<u>996.786</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a metodologia de apuramento do justo valor dos ativos e passivos acima referidos adotada pela Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do BST, tal como preconizada na IFRS 13 (Nota 41), foi como segue:

	30-06-2018				31-12-2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Instrumentos de dívida	427.963	-	64.000	491.963	393.704	-	104.686	498.390
Fundos de investimento	182.647	-	176.100	358.747	155.688	-	190.355	346.043
Instrumentos de capital	41.242	-	-	41.242	52.008	-	-	52.008
Instrumentos financeiros derivados	748	-	-	748	771	-	-	771
Imóveis	-	-	22.136	22.136	-	-	22.922	22.922
	<u>652.600</u>	<u>-</u>	<u>262.236</u>	<u>914.836</u>	<u>602.171</u>	<u>-</u>	<u>317.963</u>	<u>920.134</u>

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira do Fundo de Pensões incluía os seguintes ativos relacionados com empresas do Grupo Santander em Portugal:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Imóveis arrendados	14.902	14.948
Títulos (incluindo unidades de participação em fundos geridos)	152.849	151.199
	-----	-----
	<u>167.751</u>	<u>166.147</u>
	=====	=====

Em 2010 foi contratado um seguro junto da Santander Totta Seguros – Companhia de Seguros de Vida, S.A. para fazer face às responsabilidades de um novo plano complementar de reforma de contribuição definida atribuído a diretivos do Banco. A contribuição inicial para o novo plano foi de 4.430 milhares de euros. Em nos primeiros semestres de 2018 e 2017 o prémio pago pelo Banco ascendeu a 291 milhares de euros (Nota 33).

Este plano cobre as eventualidades de reforma, morte e incapacidade permanente absoluta para o trabalho habitual ou por invalidez.

Para todas as eventualidades, as prestações a receber pelos beneficiários serão iguais ao saldo acumulado constante no plano complementar na data em que estas se verifique. No caso de morte do beneficiário este montante será ainda acrescido de 6.000 euros.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estavam abrangidos por este plano 95 colaboradores.

Plano de pensões de benefício definido – Sucursal de Londres

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os principais pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma relativas ao plano de pensões que abrange os colaboradores da Sucursal de Londres do BST foram os seguintes:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Tábua de mortalidade	AMC00/AFC00	AMC00/AFC00
Taxa técnica atuarial (taxa de desconto)	2,7%	2,40%
Taxa de crescimento salarial	3,3%	2,40%
Taxa de crescimento das pensões	1,9%	2,00%
Taxa de inflação	2,3%	2,40%

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as responsabilidades com o plano de pensões de benefício definido da Sucursal de Londres e a sua cobertura apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Estimativa de responsabilidades por serviços passados	44.263	47.440
Cobertura – valor patrimonial do Fundo de Pensões	40.125	40.711
	-----	-----
Valor não financiado – Sucursal de Londres	(4.138)	(6.729)
	=====	=====

Relativamente ao plano de pensões da Sucursal de Londres, o movimento ocorrido nas responsabilidades por serviços passados no primeiro semestre de 2018 e no exercício de 2017, pode ser detalhado como se segue:

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2016	49.894
Custo dos serviços correntes	240
Custo dos juros	1.245
Ganhos atuariais	(3.182)
Valores pagos	(757)

Responsabilidades em 31 de dezembro de 2017	47.440
Custo dos serviços correntes	82
Custo dos juros	564
Ganhos atuariais	(3.337)
Valores pagos	(486)

Responsabilidades em 30 de junho de 2018	44.263
	=====

O movimento ocorrido no Fundo de Pensões da Sucursal de Londres durante o primeiro semestre de 2018 e no exercício de 2017 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2016	37.501
Rendimento líquido do Fundo:	
· Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	931
· Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(414)
Contribuição da Sucursal	3.450
Valores pagos	(757)

Valor patrimonial em 31 de dezembro de 2017	40.711
Rendimento líquido do Fundo:	
· Rendimento dos ativos apurado com a taxa de desconto	484
· Rendimento do Fundo abaixo da taxa de desconto	(652)
Contribuição da Sucursal	68
Valores pagos	(486)

Valor patrimonial em 30 de junho de 2018	40.125
	=====

Os custos com o plano de benefício definido da Sucursal de Londres nos primeiros semestres de 2018 e 2017 apresentam o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Custo dos serviços correntes	82	129
Custo dos juros	564	621
Rendimento dos ativos apurado com taxa igual à de desconto	(484)	(467)
	-----	-----
	162	283
	===	===

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O movimento ocorrido nos desvios atuariais da Sucursal de Londres no primeiro semestre de 2018 e no exercício de 2017 foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	16.872

Ganho atuariais com pensões	(3.180)
Perdas financeiras com pensões	414

Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Nota 22)	13.406

Ganhos atuariais com pensões	(3.337)
Perdas financeiras com pensões	652

Saldo em 30 de junho de 2018 (Nota 22)	10.721
	=====

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira do Fundo de Pensões da Sucursal de Londres incluía os seguintes ativos:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Instrumentos de dívida	18.952	22.332
Instrumentos de capital	1.983	5.900
Outros instrumentos	19.094	9.102
Depósitos	96	3.377
	-----	-----
Valor do Fundo	40.125	40.711
	=====	=====

As responsabilidades com planos de pensões de benefício definido expõem o Banco aos seguintes riscos:

- Risco de investimento – o valor atualizado das responsabilidades é calculado com base numa taxa de desconto determinada com referência a obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a rentabilidade do Fundo de Pensões for inferior a essa taxa de desconto, irá criar um défice no financiamento das responsabilidades.
- Risco de taxa de juro – uma diminuição da taxa de juro das obrigações irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de longevidade – o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada dos participantes antes e após a data de reforma. Um aumento da esperança de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.
- Risco de salário - o valor atualizado das responsabilidades é calculado tendo como pressuposto uma estimativa de salário futuro dos participantes. Assim, um aumento no salário dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Fundo de Pensões – ex-Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao Banif a 20 de dezembro de 2015, foram transferidos para o BST um conjunto de colaboradores, bem como as correspondentes responsabilidades por serviços passados. Foram igualmente transferidas as responsabilidades com colaboradores reformados, reformados antecipadamente, pensionistas e ex-participantes com direitos adquiridos. Em 27 de janeiro de 2016 foi solicitada autorização à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões para que seja transferida para o BST a posição do Banif como associado do Fundo de Pensões Banif, no plano de pensões de benefício definido, subpopulações A e B, e nos planos de pensões II e III de contribuição definida. O Banco de Portugal através de carta datada de 07 de junho de 2016 vem transmitir que as partes envolvidas deverão rever alguns dos termos do Contrato de Extinção da Quota-Parte do Fundo de Pensões. O processo encontra-se em apreciação final pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Os colaboradores do ex-Banif estavam abrangidos por diferentes tipos de planos de pensões:

- a) O primeiro plano de pensões, de benefício definido, estava subdividido entre a população Banif e a população ex-Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), com diferentes benefícios. Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação BANIF: (i) pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, em regime de complementaridade da Segurança Social; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS). Para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a contribuição de 6,5% era efetuada sobre as pensões e para empregados associados a plano de contribuição definida, o benefício era alterado para capital único no momento da reforma, correspondente a 6,5% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições futuras. As contribuições futuras para o SAMS foram alteradas de acordo com as novas regras do ACT.
- b) Plano de pensões de benefício definido I – subpopulação ex-BBCA (fechado a novas adesões): (i) pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência, de acordo com o ACT e os regimes introduzidos pelo Decreto-Lei nº 1 - A/2011 de 3 de janeiro e Decreto-Lei nº 127/2011 de 31 de dezembro; (ii) pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e (iii) subsídio por morte, ambos nos termos do ACT.

O ex-Banif tinha ainda dois planos de pensões de contribuição definida:

- c) Plano de pensões II – contribuição mensal do ex-Banif de 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano que integrava todos os colaboradores admitidos ao serviço do ex-Banif antes de 1 de janeiro de 2007, com exceção dos integrados na sequência da fusão por incorporação do ex-BBCA, que não são abrangidos pelo Acordo Empresa. A contribuição inicial foi calculada em função: (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efetuada pelo Atuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de dezembro de 2006; e (ii) do valor atual das contribuições futuras.
- d) Plano de pensões III – contribuição mensal do ex-Banif de 1,5% da remuneração de incidência dos colaboradores admitidos ao serviço ativo após 1 de janeiro de 2007, que não tivessem falecido, passado à situação de reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do Acordo Empresa.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O BST assumiu as responsabilidades do ex-Banif nos três planos de pensões. Em 31 de dezembro de 2017 a população abrangida é a seguinte:

	31-12-2017		
	Sub- população ex-Banif	Sub- população ex-BBCA	Total
Ativos	752	185	937
Reformados e pensionistas	94	156	250
Reformados antecipadamente	13	175	188
Ex-participantes com direitos adquiridos	-	81	81
Reformados do plano contribuição definida	162	-	162
Número total	<u>1.021</u>	<u>597</u>	<u>1.618</u>

Planos de pensões de contribuição definida - colaboradores abrangidos

	31-12-2017
Plano II	500
Plano III	272
Número total	<u>772</u>

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 31 de dezembro de 2017, assumindo os pressupostos do BST, apresenta o seguinte detalhe para o plano de pensões de benefício definido (considerando ambas as subpopulações ex-Banif e ex-BBCA):

	31-12-2017				Total
	Responsabilidades				
Pensões	SAMS	Subsídio por Morte	Prémio na reforma		
Ativos	26.301	7.966	154	1.193	35.614
Reformados e pensionistas	75.104	7.187	183	-	82.474
Reformados antecipadamente	15.963	3.832	179	-	19.974
Ex-participantes com direitos adquiridos	3.178	1.201	-	-	4.379
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>120.546</u>	<u>20.186</u>	<u>516</u>	<u>1.193</u>	<u>142.441</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões					110.505
Insuficiência de financiamento					<u>(31.936)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 31 de dezembro de 2017, a carteira do Fundo de Pensões do ex-Banif associada ao plano de pensões de benefício definido apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	31-12-2017	
	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	63.879	53,94%
Fundo mobiliário	22.015	18,59%
Fundo imobiliário	3.010	2,54%
Imóveis	14.680	12,40%
Instrumentos de capital	2.605	2,20%
Depósitos	5.426	4,58%
Outros	1.422	1,20%
	<u>113.037</u>	
Património a transferir	(2.532)	
	<u><u>110.505</u></u>	

O valor do património a transferir corresponde ao montante dos ativos da carteira do Fundo de Pensões que irá ser afeto à cobertura das responsabilidades relativas aos colaboradores do ex-Banif que não foram transferidos para o Banco.

Fundo de Pensões – BAPOP

Na sequência da aquisição/fusão do BAPOP ocorrida a 27 de dezembro de 2017, o BST assumiu na sua totalidade o seu Fundo de Pensões. O plano de pensões do BAPOP é um plano de benefício definido que contempla os benefícios previsto no ACT. O Fundo assume ainda as responsabilidades com serviços passados dos ex-colaboradores, na proporção do tempo em que tenham estado ao serviço do BAPOP. Este plano integra também um plano de pensões dos membros executivos do conselho de administração que assegura o pagamento de pensões de velhice, invalidez e sobrevivência.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 a população abrangida é a seguinte:

	30-06-2018	31-12-2017
Ativos	954	847
Reformados e pensionistas	133	133
Ex-colaboradores (administradores)	2	2
Ex-colaboradores	1.167	1.167
Número total	<u><u>2.256</u></u>	<u><u>2.149</u></u>

O plano dos administradores não possui participantes nesta data, tendo ocorrido a saída dos 2 administradores existentes (um sem direitos adquiridos e outro que passou a integrar a população de Ex-participantes (Administradores)).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A estimativa de responsabilidades por serviços passados em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, assumindo os pressupostos do BST, apresenta o seguinte detalhe:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
Ativos	76.307	75.675
Reformados e pensionistas	53.330	54.914
Ex-colaboradores (administradores)	2.722	2.725
Ex-colaboradores	30.661	30.661
Total de responsabilidades por serviços passados	<u>163.020</u>	<u>163.975</u>
Valor patrimonial do Fundo de Pensões	164.261	166.358
Excesso de financiamento	<u>1.241</u>	<u>2.383</u>

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a carteira do Fundo de Pensões do BAPOP apresenta o seguinte detalhe por tipologia de ativo:

Ativo	30-06-2018		31-12-2017	
	Total	Peso relativo	Total	Peso relativo
Instrumentos de dívida	85.961	52,33%	87.653	52,69%
Unidades de participação	62.808	38,24%	65.178	39,18%
Depósitos	15.492	9,43%	13.527	8,13%
	<u>164.261</u>		<u>166.358</u>	

38. OPERAÇÕES DE TITULARIZAÇÃO

Descrição das operações

Entre julho de 2003 e janeiro de 2018, o BST procedeu à titularização de parte da sua carteira de crédito hipotecário, através de treze operações, cujo montante inicial total ascendeu a 25.450.000 milhares de euros. Nas operações mais antigas os créditos foram vendidos pelo seu valor nominal (contabilístico) a fundos de titularização de créditos denominados Fundos Hipototta FTC. Parte substancial das titularizações foram recompradas pelo BST ao abrigo dos referidos acordos, mantendo-se vivos o Hipototta n.º 4 e Hipototta n.º 5. Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, consequentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) são geridos pela Navegator – Sociedade Gestora de Fundos de Titularização de Créditos, S.A. (Navegator). O BST continua a efetuar a gestão dos contratos de crédito, entregando aos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) todos os montantes recebidos ao abrigo dos mesmos. O Grupo Santander não detém qualquer participação direta ou indireta na Navegator.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) emitiram unidades de titularização, de montante idêntico às carteiras de crédito adquiridas, as quais foram integralmente subscritas pelos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC com sede na Irlanda.

Por outro lado, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) FTC entregam todos os montantes recebidos do BST e da Direção Geral do Tesouro aos Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC efetuando a separação das prestações entre capital e juros.

Como forma de financiamento, os Fundos Hipototta (n.º 4 e n.º 5) PLC emitiram obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, consequentemente, de remuneração.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018, as obrigações emitidas ainda vivas apresentam as seguintes características:

Hipototta nº 4 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A	2.616.040	580.701	A	A1	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,12%	Euribor 3 meses + 0,24%
Classe B	44.240	21.892	A	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,19%	Euribor 3 meses + 0,40%
Classe C	139.720	69.139	CCC	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Euribor 3 meses + 0,29%	Euribor 3 meses + 0,58%
	<u>2.800.000</u>	<u>671.732</u>						
Classe D	14.000	14.000	NR	NR	setembro de 2048	dezembro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.814.000</u>	<u>685.732</u>						

Hipototta nº 5 PLC								
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso	Data de reembolso antecipado	Remuneração	
	Inicial	Atual	S&P	Moody's			Até ao reembolso antecipado	Após o reembolso antecipado
Classe A1	200.000	-			fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,05%	Euribor 3 meses + 0,10%
Classe A2	1.693.000	536.719	A	A1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,13%	Euribor 3 meses + 0,26%
Classe B	26.000	26.000	A	A2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,17%	Euribor 3 meses + 0,34%
Classe C	24.000	24.000	A	Baa2	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,24%	Euribor 3 meses + 0,48%
Classe D	26.000	26.000	A-	Ba1	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 0,50%	Euribor 3 meses + 1,00%
Classe E	31.000	31.000	BBB-	B3	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Euribor 3 meses + 1,75%	Euribor 3 meses + 3,50%
	<u>2.000.000</u>	<u>643.719</u>						
Classe F	10.000	6.437	CCC-	Ca	fevereiro de 2060	fevereiro de 2014	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada	
	<u>2.010.000</u>	<u>650.156</u>						

As obrigações emitidas pelo Hipototta n.º 4 PLC vencem juros trimestralmente em 30 de março, junho, setembro e dezembro de cada ano. As obrigações emitidas pelo Hipototta n.º 5 PLC vencem juros trimestralmente em 28 de fevereiro, 30 de maio, agosto e novembro de cada ano.

O BST tem a opção de reembolsar antecipadamente as obrigações nas datas acima indicadas. Para todos os Hipototta, o BST tem a possibilidade de recomprar antecipadamente as carteiras de crédito ao valor nominal quando estas forem iguais ou inferiores a 10% do montante inicial das operações.

Adicionalmente, até 5 dias antes das datas de pagamento de juros em cada trimestre, os Hipototta têm a faculdade de efetuar amortizações parciais das obrigações emitidas das classes A, B e C, bem como das classes D e E no caso do Hipototta n.º 5 PLC, por forma a ajustar o valor do passivo ao dos ativos (carteira de crédito).

As obrigações da classe D do Hipototta n.º 4 e as obrigações da classe F do Hipototta n.º 5, constituem o último passivo a liquidar.

A remuneração das obrigações dessas classes corresponde à diferença entre o rendimento das carteiras de crédito titularizado e o somatório de todos os custos das operações, nomeadamente:

- Impostos;
- Despesas e comissões calculadas sobre o valor das carteiras (comissão de custódia e comissão de *servicer*, cobradas pelo BST, e comissão de gestão, cobrada pelos Fundos);
- Juros das obrigações das restantes classes;
- Perdas por incumprimento.

Na data em que as titularizações foram contratadas, o rendimento estimado das carteiras de crédito titularizado incluído no cálculo da remuneração das obrigações da classe D do Hipototta n.º 4 PLC correspondia a uma taxa média anual de 0,9%. Nas obrigações da classe F do Hipototta n.º 5 PLC correspondia a uma taxa média anual de 0,9% sobre o valor total da carteira de crédito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Na data em que as titularizações foram contratadas, celebraram-se empréstimos subordinados entre o BST e os Hipototta, que correspondem a facilidades/linhas de crédito em caso de necessidade de liquidez por parte dos Hipototta. Foram igualmente celebrados “*Swap Agreements*” entre o Grupo Santander e veículos de titularização, o BST e o Grupo Santander destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Operações de titularização do ex-Banif

Na sequência da medida de resolução aplicada ao ex-Banif, o BST adquiriu um conjunto de operações de titularização emitidas por esta entidade, tendo sido transferidos os correspondentes créditos titularizadas e obrigações emitidas.

As operações de titularização adquiridas são apresentadas de seguida:

Atlantes Mortgage n.º 1

Operação concretizada em fevereiro de 2003, na qual foram cedidos contratos de crédito à hipotecário. Os créditos foram vendidos a um fundo de titularização de créditos denominado Atlantes Mortgage n.º 1 FTC, que emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage n.º 1 PLC com sede na Irlanda. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage n.º 1 PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e de *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Esta operação de titularização é administrada pela Navigator.

Atlantes Mortgage n.º 1 PLC						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Moody´s		
Classe A	462.500	20.973	AA-	A1	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 0,054%
Classe B	22.500	22.500	BBB-	A1	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 1,3%
Classe C	12.500	12.500	BB-	A2	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 2,6%
Classe D	2.500	2.500	B-	Ba2	janeiro de 2036	Euribor 3 meses + 4,75%
	<u>500.000</u>	<u>58.473</u>				
Classe E	15.400	15.400	NR	NR	janeiro de 2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>515.400</u>	<u>73.873</u>				

Azor Mortgage n.º 1

Operação concretizada em novembro de 2004, em que foram cedidos créditos hipotecários originados no anterior BBKA (Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A.). Os créditos cedidos foram adquiridos pela Sagres – Sociedade de Titularização de Créditos (Sagres STC), que emitiu as obrigações Azor Notes, integralmente subscritas pela Azor Mortgages PLC, com sede na Irlanda. Para se financiar, a Azor Mortgages PLC emitiu obrigações com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Em dezembro de 2006, foram transferidos da Sagres para a Gamma STC, - as Azor Notes e os respetivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento à entidade Azor Mortgages PLC.

Azor Mortgage n.º 1						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Moody´s		
Classe A	253.000	3.672	AA-	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,3%
Classe B	19.000	19.000	A-	A1	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 0,76%
Classe C	9.000	9.000	BB+	A3	setembro de 2047	Euribor 3 meses + 1,75%
	<u>281.000</u>	<u>31.672</u>				
Classe D	10.000	10.000	NR	NR	setembro de 2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>291.000</u>	<u>41.672</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Mortgage n.º 2

Operação concretizada em março de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 2 Classes A, B, C e D com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		
Classe A	349.100	132.823	A	NR	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,33%
Classe B	18.400	13.817	BBB-	NR	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 0,95%
Classe C	7.500	5.632	BB	NR	setembro de 2060	Euribor 3 meses + 1,65%
	<u>375.000</u>	<u>152.272</u>				
Classe D	16.125	16.125	NR	NR	setembro de 2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>391.125</u>	<u>168.397</u>				

Azor Mortgage n.º 2

Operação concretizada em julho de 2008, em que foram cedidos à Gamma STC créditos hipotecários originados do anterior BBCA. Para se financiar, a Gamma STC emitiu obrigações Azor Mortgages n.º 2 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Azor Mortgage n.º 2						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		
Classe A	253.500	104.606	AA-	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,3%
Classe B	46.500	43.080	NR	NR	dezembro de 2065	Euribor 3 m + 0,8%
	<u>300.000</u>	<u>147.686</u>				
Classe D	6.750	6.750	NR	NR	dezembro de 2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>306.750</u>	<u>154.436</u>				

Atlantes Mortgage n.º 3

Operação concretizada em outubro de 2008, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 3 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 3						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		
Classe A	558.600	227.672	AA-	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,2%
Classe B	41.400	31.448	NR	NR	agosto de 2061	Euribor 3 meses + 0,5%
	<u>600.000</u>	<u>259.120</u>				
Classe C	57.668	57.668	NR	NR	agosto de 2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>657.668</u>	<u>316.788</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Atlantes Mortgage n.º 4

Operação concretizada em fevereiro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 4 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 4						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	514.250	257.141	A+	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	35.750	28.318	NR	NR	dezembro de 2064	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>550.000</u>	<u>285.459</u>				
Classe C	74.250	74.250	NR	NR	dezembro de 2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>624.250</u>	<u>359.709</u>				

Atlantes Mortgage n.º 5

Operação concretizada em dezembro de 2009, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 5 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 5						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	455.000	214.668	AA-	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	45.000	38.037	NR	NR	novembro de 2068	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>500.000</u>	<u>252.705</u>				
Classe C	66.250	66.250	NR	NR	novembro de 2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>566.250</u>	<u>318.955</u>				

Atlantes Mortgage n.º 7

Operação concretizada em novembro de 2010, na qual foi cedida uma carteira de crédito hipotecário residencial. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Atlantes Mortgage n.º 7 Classes A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração.

Atlantes Mortgage n.º 7						
Dívida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		Até ao reembolso antecipado
Classe A	357.300	169.534	AA-	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,15%
Classe B	39.700	31.504	NR	NR	agosto de 2066	Euribor 3 meses + 0,3%
	<u>397.000</u>	<u>201.039</u>				
Classe C	63.550	63.550	NR	NR	agosto de 2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>460.550</u>	<u>264.589</u>				

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Hipototta 13

Em janeiro de 2018 o Banco concretizou uma nova titularização no montante de 2.266.000 milhares de euros, na qual foram cedidos créditos hipotecários. Os créditos foram cedidos à Gamma STC, tendo esta entidade financiado a operação através da emissão das obrigações Hipototta 13 classe A, B e C com diferentes níveis de subordinação e *rating* e, conseqüentemente, de remuneração. Estas obrigações foram na sua totalidade adquiridas pelo Banco.

Hipototta nº 13						
Divida emitida	Montante		Rating		Data de reembolso antecipado	Remuneração Até ao reembolso antecipado
	Inicial	Atual	S&P	Moody's		
Classe A	1.716.000	1.592.928	NR	NR	outubro de 2072	Eurb 3m + 0,6%
Classe B	484.000	484.000	NR	NR	outubro de 2072	Eurb 3m + 1,0%
	<u>2.200.000</u>	<u>2.076.928</u>				
Classe C	66.000	66.000	NR	NR	outubro de 2072	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
	<u>2.266.000</u>	<u>2.142.928</u>				

39. ENTIDADES RELACIONADAS

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no primeiro semestre de 2018 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo	
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Tottaube - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
Primestar Servicing	Portugal
Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
Lusimovest - Fundo de Inv. Imobiliario	Portugal
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida	Portugal
Popular Seguros - Companhia de Seguros S.A.	Portugal
Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo	
Hipototta NO. 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banco Popular	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Bank AG	Alemanha
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, SA	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Sovereign Bank	EUA
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As entidades relacionadas do Banco com as quais este manteve saldos ou transações no exercício de 2017 são as seguintes:

Nome da entidade relacionada	Sede
Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	
Santander Totta, SGPS	Portugal
Santusa Holding, S.L.	Espanha
Banco Santander, S.A.	Espanha
<u>Empresas que directa ou indirectamente são controladas pelo Grupo</u>	
Banif International Bank, Ltd (Bahamas)	Bahamas
GAMMA, Sociedade Financeira de Titularização de Créditos, S.A.	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Novimovest	Portugal
Primestar Servicing, S.A.	Portugal
Santotta Internacional, S.G.P.S, Sociedade Unipessoal, LDA	Portugal
Taxagest, S.G.P.S., S.A.	Portugal
Totta Ireland, PLC	Irlanda
Tottaurbe - Emp.Admin. e Construções, S.A.	Portugal
<u>Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo</u>	
Benim - Sociedade Imobiliária, SA	Portugal
Eurovida - Companhia de Seguros de Vida	Portugal
Fundo de Investimento Imobiliário Lusimovest	Portugal
Unicre-Instituição Financeira de Crédito	Portugal
<u>Entidades de Finalidade Especial que, directa ou indirectamente, são controladas pelo Grupo</u>	
Atlantes Mortgage 1 FTC	Portugal
Atlantes Mortgage 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 1 FTC	Portugal
Hipototta NO. 1 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 4 FTC	Portugal
Hipototta NO. 4 PLC	Irlanda
Hipototta NO. 5 FTC	Portugal
Hipototta NO. 5 PLC	Irlanda
Operações de Securitização geridas pela GAMMA, STC	Portugal

Nome da entidade relacionada	Sede
<u>Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo</u>	
Abbey National Treasury Services plc	Reino Unido
Aegon Santander Portugal Não Vida - Companhia de Seguros, S.A.	Portugal
Aegon Santander Portugal Vida - Companhia de Seguros Vida, S.A.	Portugal
Allfunds Bank International S.A.	Luxemburgo
Banco Santander (México), S.A.	México
Banco Santander (Suisse), S.A.	Suiça
Banco Santander Brasil, S.A.	Brasil
Banco Santander Consumer Portugal S.A.	Portugal
Banco Santander Puerto Rico	Porto Rico
Financeira El Corte Inglés, Portugal, S.F.C., S.A.	Portugal
Financiera El Corte Inglés, E.F.C., S.A.	Espanha
Geoban, S.A.	Espanha
Gesban Servicios Administrativos Globais	Espanha
Grupo Banco Popular	Espanha
Ibérica de Compras Corporativas	Espanha
Inbond Inversiones 2014, S.L.	Espanha
Ingeniería de Software Bancário, S.L.	Espanha
Konecta Portugal, Lda.	Portugal
Open Bank Santander Consumer S.A.	Espanha
Portal Universia Portugal, Prestação de Serviços de Informática, S.A.	Portugal
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.	Espanha
PSA Gestao Comercio&Aluguer Veiculos,SA	Portugal
Retama Real Estate, S.L.	Espanha
Santander AM Holding, S.L.	Espanha
Santander Asset Management SGFIM, S.A.	Portugal
Santander Asset Management, S.A. SGIIIC.	Espanha
Santander Back-Office Globales Mayorista	Espanha
Santander Bank & Trust Ltd.	Bahamas
Santander Consumer Finance S.A.	Espanha
Santander Consumer, EFC, S.A.	Espanha
Santander Generales Seguros y Reaseguros, S.A.	Espanha
Santander Global Facilities,SL	Espanha
Santander Investment Securities,Inc	EUA
Santander Investment, S.A.	Espanha
Santander Issuances, SA	Espanha
Santander Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Portugal
Santander Securities Services, S.A.	Espanha
Santander Seguros y Reaseguros, Compañía Aseguradora, S.A.	Espanha
Santander Tecnologia y Operaciones AEIE	Espanha
Santander Totta Seguros, Companhia de Seguros de Vida, S.A.	Portugal
Sovereign Bank	EUA
UCI Mediação de Seguros, Unipessoal Lda.	Portugal
Union de Créditos Inmobiliários,SA	Espanha

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos e as transações mantidas durante aqueles exercícios com entidades relacionadas apresentavam a seguinte composição:

	30-06-2018		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	71.145	-	11.405
Ativos financeiros detidos para negociação	191.633	-	3.464
Aplicações em instituições de crédito	316.438	60.089	123.378
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	29.557	100.772
Derivados de cobertura	13.003	-	-
Ativos por Impostos Correntes	49.662	-	-
Investimentos em associadas	-	79.378	-
Outros ativos	4.277	-	16.360
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.320.950	-	7.615
Recursos de outras instituições de crédito	25.640	2.825	310.308
Recursos de clientes e outros empréstimos	396.637	189.966	578.540
Responsabilidades representadas por títulos	100.999	-	4.297
Derivados de cobertura	13.540	-	4.623
Passivos por Impostos Correntes	48.867	-	-
Outros passivos	2.762	-	18.900
Custos:			
Encargos por juros	111.389	1	9.637
Encargos com serviços e comissões	717	-	1.238
Resultados em operações financeiras	267.289	-	90.449
Gastos gerais administrativos	2.736	-	17.823
Proveitos:			
Rendimentos de juros	107.100	697	1.680
Resultados em operações financeiras	210.768	-	86.077
Rendimentos de serviços e comissões	197	289	29.729
Resultados de associadas	-	2.349	-
Outros resultados de exploração	-	53	126
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	28.843	625	103.433
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	150.000	38.000	86.145
Operações cambiais e instrumentos derivados	27.187.371	-	592.475
Responsabilidades por prestação de serviços	3.335.566	509.930	3.780.354

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017		
	Empresas que directa ou indirectamente controlam o Grupo	Empresas significativamente influenciadas pelo Grupo	Empresas que directa ou indirectamente se encontram sobre controlo comum pelo Grupo
Ativos:			
Disponibilidades em outras instituições de crédito	29.109	-	43.726
Ativos financeiros detidos para negociação	209.479	-	5.710
Aplicações em instituições de crédito	312.676	50.025	276.225
Crédito a clientes	-	67.053	51.250
Derivados de cobertura	14.755	-	-
Ativos por Impostos Correntes	317	-	-
Outros ativos	4.227	3.920	15.673
Passivos:			
Passivos financeiros detidos para negociação	1.461.194	-	27.266
Recursos de outras instituições de crédito	41.161	1.656	305.053
Recursos de clientes e outros empréstimos	153.550	491	830.580
Responsabilidades representadas por títulos	97.727	-	310
Derivados de cobertura	10.929	-	3.536
Passivos subordinados	-	-	4.297
Passivos por Impostos Correntes	71.725	-	-
Outros passivos	118	-	24.660
Custos:			
Juros e encargos similares	227.673	-	22.770
Encargos com serviços e comissões	3.829	-	2.001
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.034.609	-	125.866
Gastos gerais administrativos	3.133	-	42.460
Outros resultados de exploração	12	-	-
Imparidade em Investimentos em associadas	-	353	-
Proveitos:			
Juros e rendimentos similares	216.349	1.004	2.520
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	1.057.021	-	125.866
Rendimentos de serviços e comissões	427	393	56.797
Resultados de reavaliação cambial	1.774	-	-
Resultados de associadas	-	6.226	-
Outros resultados de exploração	-	-	229
Extrapatrimoniais:			
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	54.830	26	101.586
Garantias recebidas	1	-	162
Compromissos perante terceiros	150.000	52.000	139.842
Operações cambiais e instrumentos derivados	26.159.458	-	753.419
Responsabilidades por prestação de serviços	3.834.653	1.070	3.644.677

ÓRGÃOS SOCIAISConselho de Administração

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os adiantamentos ou créditos concedidos aos membros dos órgãos sociais, considerados o pessoal chave da gerência do Banco, ascenderam a 449 milhares de euros e 481 milhares de euros, respetivamente. Em 30 de junho de 2018 e 2017, as remunerações fixas e variáveis totalizaram 4.652 milhares de euros e 4.646 milhares de euros, respetivamente (Nota 33).

O Banco tem um Plano de Incentivos de Longo Prazo Individual enquadrado na remuneração variável plurianual, o que se encontra descrito na Nota 40. Para os membros do Conselho de Administração, o valor registado na rubrica "Custos com o pessoal" nos primeiros semestres de 2018 e 2017 é apresentado de seguida:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2018</u>
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual	65	75
	==	==

Relativamente aos benefícios pós-emprego, os membros do Conselho de Administração que têm vínculo laboral ao BST estão integrados no plano de pensões do Acordo Coletivo de Trabalho para o setor bancário subscrito pelo Banco. As condições gerais deste plano encontram-se descritas na Nota 1.3. i).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em Assembleia Geral de Acionistas do BST de 30 de maio de 2007, foi aprovado o “Regulamento de atribuição complementar de reforma, por velhice ou invalidez”, aos membros executivos do Conselho de Administração do ex-Totta que transitaram para membros executivos (comissão executiva) do Conselho de Administração do BST em linha com o previamente definido no regulamento do ex-Totta. Os membros do Conselho de Administração, cujo tempo de desempenho no cargo seja de pelo menos quinze anos consecutivos ou interpolados, terão direito a um complemento de reforma correspondente a 80% do vencimento anual bruto. Quando o desempenho do cargo for inferior a quinze anos, a fixação do montante do complemento de pensão de reforma será determinado pela comissão de vencimentos. Para este universo, atualmente está definido que o complemento de pensão de reforma será de 65% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a dez anos e 75% do vencimento bruto anual, para desempenhos iguais ou superiores a doze anos. Este plano de pensões de benefício definido é um plano complementar e dependente do regime geral da Segurança Social.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, as responsabilidades com este plano ascendiam a 24.300 milhares euros e 24.120 milhares euros, respetivamente, e encontravam-se cobertas por uma provisão do mesmo montante registada na rubrica “Provisões para pensões e outros encargos” (Nota 19).

No que se refere aos benefícios de cessação de emprego, conforme previsto no Código das Sociedades Comerciais, sempre que, por vontade do BST, o mandato de um membro dos órgãos sociais seja cessado antecipadamente, este reembolsará o membro do órgão social pelas remunerações futuras a que o mesmo tenha direito até ao fim do seu mandato.

40. PLANOS DE INCENTIVOS - AÇÕES

O Banco tem ativo um Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual, enquadrado na remuneração variável plurianual, para um conjunto restrito de colaboradores. A concretização deste plano está sujeita ao cumprimento dos seguintes objetivos:

- i) Crescimento do lucro consolidado por ação (“BPA”) do Banco Santander em 2019 por comparação a 2016;
- ii) Comportamento relativo do retorno total para o acionista (“RTA”) do Banco no período 2017-2019 em comparação com os RTA’s ponderados de um grupo de referência de 17 entidades de crédito (o “Grupo de Referência”), atribuindo-se o Coeficiente RTA que proceda em função da posição do RTA do Banco dentro do Grupo de Referência;
- iii) Cumprimento do objetivo de índice de capital de nível 1 ordinário (common equity tier 1 ou CET1) fully loaded fixado para o exercício de 2019, sendo esse objetivo que em 31 de dezembro de 2019 o índice CET1 consolidado do Grupo Santander fully loaded seja superior a 11,3%;

Conforme descrito na Nota 1.3. k), o registo contabilístico dos planos de incentivos de ações consiste em reconhecer o direito dos colaboradores do Banco a estes instrumentos na demonstração de resultados do período, na rubrica de “Custos com o pessoal”, na medida em que correspondem a uma contrapartida pela prestação de serviços. A gestão, a cobertura e a execução dos planos foi assegurada pelo Banco Santander, S.A. para todos os colaboradores abrangidos pelo Plano a nível mundial.

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o custo total do Plano de Ações de Incentivos para todos os colaboradores do Banco abrangidos pelo mesmo pode ser apresentado como se segue:

	<u>30-06-2018</u>	<u>30-06-2017</u>
Plano de Incentivo de Longo Prazo Individual (Nota 33)	186	186
	===	===

A disponibilização das ações está condicionada à permanência dos colaboradores no Grupo Santander.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)41. DIVULGAÇÕES NO ÂMBITO DA APLICAÇÃO DAS NORMAS IFRS 7 E IFRS 13**BALANÇO**Categorias de instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	30-06-2018				Valor líquido
	Mensurado ao justo valor	Mensurado ao custo amortizado	Mensurado ao custo histórico	Imparidade	
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.233.857	248.486	-	2.482.343
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	614.798	-	-	614.798
Ativos financeiros detidos para negociação	1.342.896	-	-	-	1.342.896
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	237.611	-	-	-	237.611
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.522.106	-	-	(275)	4.521.831
Aplicações em instituições de crédito	-	892.298	-	(27)	892.271
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.119.635	38.422.745	-	(1.473.182)	40.069.198
Derivados de cobertura	53.190	-	-	-	53.190
	<u>9.275.438</u>	<u>42.163.698</u>	<u>248.486</u>	<u>(1.473.484)</u>	<u>50.214.138</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	3.056.295	-	-	3.056.295
Passivos financeiros detidos para negociação	1.367.419	-	-	-	1.367.419
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.284.642	-	-	4.284.642
Recursos de clientes e outros empréstimos	730.390	33.682.776	-	-	34.413.166
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.434.866	-	-	4.434.866
Derivados de cobertura	49.919	-	-	-	49.919
	<u>2.147.728</u>	<u>45.458.579</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>47.606.307</u>
<u>31-12-2017</u>					
	Mensurado ao justo valor	Mensurado ao custo amortizado	Mensurado ao custo histórico	Imparidade	Valor líquido
<u>Ativo</u>					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	751.352	288.202	-	1.039.554
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	549.586	108.569	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.515.236	-	-	-	1.515.236
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.514.537	-	85.780	(63.174)	4.537.143
Aplicações em instituições de crédito	-	826.367	-	-	826.367
Crédito a clientes	2.985.884	38.388.193	-	(1.740.865)	39.633.212
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	108.809	-	108.809
Derivados de cobertura	15.349	-	-	-	15.349
	<u>9.031.006</u>	<u>40.515.498</u>	<u>591.360</u>	<u>(1.804.039)</u>	<u>48.333.825</u>
<u>Passivo</u>					
Recursos de bancos centrais	-	3.080.538	-	-	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	1.533.760	-	-	-	1.533.760
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.351.086	-	-	4.351.086
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.366.902	30.666.320	104.246	-	32.137.468
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.569.205	-	-	4.569.205
Derivados de cobertura	39.275	-	-	-	39.275
Passivos subordinados	-	12.032	-	-	12.032
	<u>2.939.937</u>	<u>42.679.181</u>	<u>104.246</u>	<u>-</u>	<u>45.723.364</u>

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como mensurados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**

Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, os ganhos e perdas líquidos em instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2018					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	667.193	(672.504)	(5.311)	-	-	-
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.515	(1.170)	345	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	85.184	(1.706)	83.478	50.620	-	50.620
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	3.364	-	3.364	-	-	-
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	654.834	(189.378)	465.456	-	-	-
Derivados de cobertura	123.844	(135.518)	(11.674)	41.520	-	41.520
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(2.094)	(2.094)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	48.310	(29.328)	18.982	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	589	(27.556)	(26.967)	-	-	-
	<u>1.584.833</u>	<u>(1.059.254)</u>	<u>525.579</u>	<u>92.140</u>	<u>-</u>	<u>92.140</u>
Garantias prestadas	<u>22.572</u>	<u>(12.333)</u>	<u>10.239</u>			
Linhas de crédito	<u>1.102</u>	<u>-</u>	<u>1.102</u>			
	30-06-2017					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida de capitais próprios		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	1.440.285	(1.442.663)	(2.378)	-	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	90.979	(33)	90.946	231.013	-	(157.523)
Disponibilidades em bancos centrais e em outras instituições de crédito	5.568	-	5.568	-	-	-
Crédito a clientes	1.219.069	(865.949)	353.120	-	-	-
Investimentos detidos até à maturidade	3.271	-	3.271	417	-	417
Derivados de cobertura	141.841	(136.687)	5.154	1.161	-	(10.097)
Recursos em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	(2.962)	(2.962)	-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	39.654	(37.122)	2.532	-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	393	(23.462)	(23.069)	-	-	-
Passivos subordinados	-	(315)	(315)	-	-	-
	<u>2.941.060</u>	<u>(2.509.193)</u>	<u>431.867</u>	<u>232.591</u>	<u>-</u>	<u>232.591</u>
Garantias prestadas	<u>13.339</u>	<u>(5.773)</u>	<u>7.566</u>			
Linhas de crédito	<u>1.550</u>	<u>-</u>	<u>1.550</u>			

Os montantes referidos acima não incluem ganhos e perdas decorrentes da reavaliação cambial dos respetivos instrumentos financeiros que, em 30 de junho de 2018 e 2017, correspondiam a ganhos líquidos nos montantes de 4.762 milhares de euros e 4.425 milhares de euros, respetivamente (Nota 31).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Nos primeiros semestres de 2018 e 2017, os proveitos e custos com juros e comissões, apurados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2018			30-06-2017		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito	622	-	622	15	-	15
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	55.848	-	55.848	62.431	-	62.431
Aplicações em instituições de crédito	2.742	-	2.742	5.553	-	5.553
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	419.311	(12)	419.299	334.561	(15)	334.546
Investimentos detidos até à maturidade				3.271	-	3.271
	<u>478.523</u>	<u>(12)</u>	<u>478.511</u>	<u>405.831</u>	<u>(15)</u>	<u>405.816</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	(63)	(63)	-	(1.725)	(1.725)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(2.031)	(2.031)	-	(1.237)	(1.237)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	(29.179)	(29.179)	-	(34.445)	(34.445)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(27.243)	(27.243)	-	(23.462)	(23.462)
Passivos subordinados	-	(313)	(313)	-	(315)	(315)
	<u>-</u>	<u>(58.829)</u>	<u>(58.829)</u>	<u>-</u>	<u>(61.184)</u>	<u>(61.184)</u>
Garantias prestadas	10.445	-	10.445	9.279	-	9.279
Linhas de crédito	<u>1.002</u>	<u>-</u>	<u>1.002</u>	<u>1.550</u>	<u>-</u>	<u>1.550</u>

Nos primeiros semestres de 2018 e 2017, os proveitos e custos com comissões, não incluídas no cálculo da taxa de juro efetiva, de ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de resultados, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2018			30-06-2017		
	Proveitos	Custos	Líquido	Proveitos	Custos	Líquido
Ativo						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	<u>28.979</u>	<u>(8.124)</u>	<u>20.855</u>	<u>27.367</u>	<u>(5.745)</u>	<u>21.622</u>
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos	<u>45.658</u>	<u>-</u>	<u>45.658</u>	<u>36.876</u>	<u>-</u>	<u>36.876</u>

O Banco reconheceu durante os primeiros semestres de 2018 e 2017 proveitos financeiros referentes a "Rendimentos de juros" com operações de crédito vencido, ou em situação de imparidade, nos montantes de 4.239 milhares de euros e 6.407 milhares de euros, respetivamente (Nota 26).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)**OUTRAS DIVULGAÇÕES**Contabilidade de cobertura

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os derivados de cobertura e os instrumentos financeiros designados como elementos cobertos, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2018					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.111.327	3.117.717	27.104	3.144.821	3.111.148	(35.797)
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	80.000	89.509	476	89.985	80.000	(4.623)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(729.392)	(730.390)	(3.775)	(734.165)	287.131	4.955
Cobertura de fluxos de caixa:						
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	10.000.000	10.000.000	-	10.000.000	10.000.000	39.860
Recursos de clientes e outros empréstimos	523.771	523.771	-	523.771	523.771	(1.124)
	<u>12.985.706</u>	<u>13.000.607</u>	<u>23.805</u>	<u>13.024.412</u>	<u>14.002.050</u>	<u>3.271</u>
	31-12-2017					
	Elemento coberto			Instrumento de cobertura		
	Valor nominal	Valor líquido de imparidade	Correções de justo valor	Valor de balanço	Valor nominal	Justo valor
Cobertura de justo valor:						
Crédito a clientes	2.961.958	2.967.188	18.408	2.985.596	2.961.934	(26.116)
Ativos financeiros disponíveis para venda	80.000	92.722	-	92.722	80.000	(3.536)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(1.358.810)	(1.361.352)	(5.550)	(1.366.902)	1.003.563	7.913
Cobertura de fluxos de caixa:						
Recursos de clientes e outros empréstimos	523.771	523.771	-	523.771	523.771	(2.187)
	<u>2.206.919</u>	<u>2.222.329</u>	<u>12.858</u>	<u>2.235.187</u>	<u>4.569.268</u>	<u>(23.926)</u>

Cobertura de fluxos de caixa

Os períodos esperados para ocorrência dos *cash flows* que afetarão os resultados do período apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2018					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	<u>(75)</u>	<u>(49)</u>	<u>13.866</u>	<u>25.020</u>	<u>(26)</u>	<u>38.736</u>
	31-12-2017					
	Até 3 meses	De 3 meses e seis meses	De 6 meses e 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Swaps taxa de juro	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(761)</u>	<u>(1.426)</u>	<u>-</u>	<u>(2.187)</u>

Os ganhos e perdas reconhecidos nas demonstrações dos resultados dos primeiros semestres de 2018 e 2017, com operações de cobertura de justo valor, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2018			30-06-2017		
	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido	Elemento Coberto	Instrumento de cobertura	Líquido
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	8.695	(8.695)	-	(472)	472	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	3.845	(3.845)	-	(10.201)	10.201	-
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.504	(2.518)	(14)	102	(144)	(42)
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	-	160	(160)	-
	<u>15.044</u>	<u>(15.058)</u>	<u>(14)</u>	<u>(10.411)</u>	<u>10.369</u>	<u>(42)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)Justo valor de instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2018			31-12-2017		
	Mensurados ao justo valor	Não mensurados ao justo valor	Total	Mensurados ao justo valor	Não mensurados ao justo valor	Total
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.482.343	2.482.343	-	1.039.554	1.039.554
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	614.798	614.798	-	658.155	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.342.896	-	1.342.896	1.515.236	-	1.515.236
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	237.611	-	237.611	-	-	-
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.521.831	-	4.521.831	4.486.980	50.163	4.537.143
Aplicações em instituições de crédito	-	892.271	892.271	-	826.367	826.367
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.117.717	36.951.481	40.069.198	2.985.596	36.647.616	39.633.212
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	-	-	108.809	108.809
Derivados de cobertura	53.190	-	53.190	15.349	-	15.349
	<u>9.273.245</u>	<u>40.940.893</u>	<u>50.214.138</u>	<u>9.003.161</u>	<u>39.330.664</u>	<u>48.333.825</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	-	3.056.295	3.056.295	-	3.080.538	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	1.367.419	-	1.367.419	1.533.760	-	1.533.760
Recursos de outras instituições de crédito	-	4.284.642	4.284.642	-	4.351.086	4.351.086
Recursos de clientes e outros empréstimos	730.390	33.682.776	34.413.166	1.366.902	30.770.566	32.137.468
Responsabilidades representadas por títulos	-	4.434.866	4.434.866	-	4.569.205	4.569.205
Derivados de cobertura	49.919	-	49.919	39.275	-	39.275
Passivos subordinados	-	-	-	-	12.032	12.032
	<u>2.147.728</u>	<u>45.458.579</u>	<u>47.606.307</u>	<u>2.939.937</u>	<u>42.783.427</u>	<u>45.723.364</u>

Os ativos e passivos financeiros relativamente aos quais foi aplicada a contabilidade de cobertura foram considerados como mensurados ao justo valor, embora apenas tenham sido objeto de correção de valor relativamente ao risco coberto.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o justo valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao justo valor, ou sujeitos a correções de justo valor de acordo com a aplicação da contabilidade de cobertura, apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2018				Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Juros Corridos	Valorização	Imparidade	
Ativo					
Ativos financeiros detidos para negociação	3.257	-	1.339.639	-	1.342.896
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	237.611	-	-	-	237.611
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.102.883	52.574	366.649	(275)	4.521.831
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	3.111.327	8.308	-	(1.918)	3.117.717
Derivados de cobertura	-	-	53.190	-	53.190
	<u>7.455.078</u>	<u>60.882</u>	<u>1.759.478</u>	<u>(2.193)</u>	<u>9.273.245</u>
Passivo					
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.367.419	-	1.367.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	729.392	998	-	-	730.390
Derivados de cobertura	-	-	49.919	-	49.919
	<u>729.392</u>	<u>998</u>	<u>1.417.338</u>	<u>-</u>	<u>2.147.728</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017					Valor líquido contabilístico
	Custo de aquisição	Juros Corridos	Valorização	Correções de valor por operações de cobertura	Imparidade	
<i>Ativo</i>						
Ativos financeiros detidos para negociação	3.342	-	1.511.894	-	-	1.515.236
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.099.557	91.800	323.180	-	(27.557)	4.486.980
Crédito a clientes	2.961.958	5.517	-	18.408	(287)	2.985.596
Derivados de cobertura	-	-	15.349	-	-	15.349
	<u>7.064.857</u>	<u>97.317</u>	<u>1.850.423</u>	<u>18.408</u>	<u>(27.844)</u>	<u>9.003.161</u>
<i>Passivo</i>						
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.533.760	-	-	1.533.760
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.358.810	2.542	-	5.550	-	1.366.902
Derivados de cobertura	-	-	39.275	-	-	39.275
	<u>1.358.810</u>	<u>2.542</u>	<u>1.573.035</u>	<u>5.550</u>	<u>-</u>	<u>2.939.937</u>

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros, os métodos de valorização utilizados consistiram na obtenção de cotações em mercados ativos ou em outras técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros mensurados ao justo valor ou sujeitos a correções de valor por operações de cobertura, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2018			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2)	(Nível 3)	Total
<i>Ativo</i>				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	1.339.639	3.257	1.342.896
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	1.984	5.351	230.276	237.611
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.470.985	2.035.369	15.477	4.521.831
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	3.117.717	-	3.117.717
Derivados de cobertura	-	53.190	-	53.190
	<u>2.472.969</u>	<u>6.551.266</u>	<u>249.010</u>	<u>9.273.245</u>
<i>Passivo</i>				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.367.419	-	1.367.419
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	730.390	-	730.390
Derivados de cobertura	-	49.919	-	49.919
	<u>-</u>	<u>2.147.728</u>	<u>-</u>	<u>2.147.728</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado activo	Outras técnicas de valorização		Total
	(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)	
Ativo				
Ativos financeiros detidos para negociação	312	1.511.184	3.740	1.515.236
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.364.892	2.043.671	78.417	4.486.980
Crédito a clientes	-	2.985.596	-	2.985.596
Derivados de cobertura	-	15.349	-	15.349
	<u>2.365.204</u>	<u>6.555.800</u>	<u>82.157</u>	<u>9.003.161</u>
Passivo				
Passivos financeiros detidos para negociação	-	1.533.760	-	1.533.760
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	1.366.902	-	1.366.902
Derivados de cobertura	-	39.275	-	39.275
	<u>-</u>	<u>2.939.937</u>	<u>-</u>	<u>2.939.937</u>

A valorização ao justo valor dos ativos e passivos financeiros do Banco compreende três níveis nos termos da IFRS 7 e da IFRS 13:

- Nível 1 – Instrumentos financeiros registados a justo valor com base em cotações publicadas em mercados ativos, compreendendo maioritariamente dívida pública, alguma dívida privada, fundos de investimento mobiliário abertos e ações.
- Nível 2 – Instrumentos financeiros registados a justo valor mediante a utilização de modelos internos de valorização que utilizam como *inputs* significativos dados observáveis de mercado. Nesta categoria estão incluídos alguns títulos da carteira de ativos financeiros disponíveis para venda valorizados com *bids* indicativos fornecidos por contrapartes externas e a maioria dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e de negociação. De salientar que os modelos de valorização internos utilizados correspondem maioritariamente a modelos de atualização de cash flows futuros e a metodologias de valorização baseadas no modelo “Black-Scholes” para as opções e produtos estruturados. Os modelos de atualização de cash flows futuros (“método do valor presente”) atualizam os fluxos contratuais futuros utilizando as curvas de taxa de juro de cada moeda observáveis em mercado, adicionadas do *spread* de crédito do emitente ou da entidade com *rating* similar.

Para os instrumentos financeiros derivados, são apresentadas de seguida as principais técnicas de valorização:

Instrumento financeiro derivado	Principais técnicas de valorização
Forwards	Método do valor presente
Swaps de taxa de juro	Método do valor presente
Swaps de divisas	Método do valor presente
Swaps sobre cotações	Método do valor presente
FRA's	Método do valor presente
Opções de moeda	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo
Opções sobre cotações	Modelo Black-Scholes, Modelo Heston
Opções de taxa de juro	Modelo Black-Scholes, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Opções - outras	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton
Caps/Floors	Modelo Black-Scholes, Modelo Monte Carlo, Modelo Heath-Jarrow-Morton

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

O Banco procede ao cálculo do "Credit Value Adjustment" (CVA) e do "Debit Value Adjustment" (DVA) para os instrumentos financeiros derivados de ativos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura numa ótica de exposição agregada por contraparte. Nesta é simulada a evolução da exposição conjunta de todos os derivados, com determinada contraparte, através de processos estocásticos. Esta evolução é agrupada em prazos temporais que representam as exposições esperadas futuras positivas e negativas (*Positive and Negative Expected Future Exposures*). A estas exposições é aplicado um fator de perda esperada e o fator de desconto do prazo respetivo. O CVA e DVA apurados para cada contraparte resultam então do somatório das perdas esperadas em cada prazo.

Adicionalmente, para efeitos de apuramento dos Credit Value Adjustments e dos Debit Value Adjustments aos instrumentos financeiros derivados, foram utilizados os seguintes *inputs*:

- Contrapartes com *credit default swaps* cotados – Cotações publicadas em mercados ativos;
- Contrapartes sem *credit default swaps* cotados:
 - Cotações publicadas em mercados ativos para contrapartes com risco similar; ou
 - Probabilidade de default apurada tendo em conta o *rating* interno atribuído ao cliente (ver secção risco de crédito deste anexo) x *loss given default* (específica para clientes de *project finance* e 60% para outros clientes).

Quando os *inputs* utilizados na valorização de instrumentos financeiros derivados resultaram de dados observáveis de mercado, o Banco classificou os seus instrumentos financeiros derivados no Nível 2. Quando tal valorização resultou de informação interna preparada pelo Banco, o mesmo classificou aqueles instrumentos financeiros no Nível 3.

- Nível 3 – O Banco classifica neste nível os instrumentos financeiros que são mensurados através de modelos internos com alguns *inputs* que não correspondem a dados observáveis de mercado. Nesta categoria foram classificados, nomeadamente, títulos não cotados em mercados ativos para os quais o Banco utiliza extrapolações de dados de mercado.

No primeiro semestre de 2018 e no exercício de 2017, o movimento ocorrido nos instrumentos financeiros classificados no Nível 3 foi como segue:

	Ativos financeiros detidos para negociação		Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor	Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros disponíveis para venda	Total
	Títulos	Derivados	através de resultados			
Em 31 de dezembro de 2016	3.175	-	-	-	32.598	35.773
Aquisições	530	-	-	-	46.282	46.812
Liquidações	-	-	-	-	(354)	(354)
Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Alterações de justo valor	35	-	-	-	(109)	(74)
Em 31 de dezembro de 2017	3.740	-	-	-	78.417	82.157
Primeira aplicação da IFRS9	(346)	-	77.428	1.335	(78.417)	-
Aquisições	-	-	119.601	631	-	120.232
Reclassificações	(184)	-	32.169	13.510	-	45.495
Alterações de justo valor	47	-	1.079	-	-	1.126
Em 30 de junho de 2018	3.257	-	230.277	15.476	-	249.010

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As curvas de taxas de juro para os prazos e moedas mais representativas utilizadas na valorização dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	30-06-2017		31-12-2017	
	EUR	USD	EUR	USD
Overnight	-0,29%	2,31%	-0,28%	1,77%
1 mês	-0,29%	2,31%	-0,28%	1,77%
3 meses	-0,28%	2,34%	-0,27%	1,69%
6 meses	-0,27%	2,41%	-0,27%	1,74%
9 meses	-0,26%	2,50%	-0,26%	1,82%
1 ano	-0,25%	2,58%	-0,25%	1,88%
3 anos	-0,04%	2,83%	0,01%	2,15%
5 anos	0,27%	2,87%	0,32%	2,23%
7 anos	0,54%	2,87%	0,57%	2,30%
10 anos	0,88%	2,90%	0,89%	2,38%

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o valor de balanço e o justo valor dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado era o seguinte:

	30-06-2018		
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.482.343	2.452.726	(29.617)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	614.798	700.933	86.135
Aplicações em instituições de crédito	892.271	893.860	1.589
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	36.951.481	36.643.898	(307.583)
	<u>40.940.893</u>	<u>40.691.417</u>	<u>(249.476)</u>
Passivo			
Recursos de bancos centrais	(3.056.295)	(3.039.261)	17.034
Recursos de outras instituições de crédito	(4.284.642)	(4.292.738)	(8.096)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(33.682.776)	(33.789.068)	(106.292)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.434.866)	(4.480.899)	(46.033)
	<u>(45.458.579)</u>	<u>(45.601.966)</u>	<u>(143.387)</u>
31-12-2017			
	Valor de Balanço	Justo Valor	Diferença
Ativo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.039.554	1.027.786	(11.768)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.155	658.155	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	50.163	50.163	-
Aplicações em instituições de crédito	826.367	829.678	3.311
Crédito a clientes	36.647.616	36.956.365	308.749
Investimentos detidos até à maturidade	108.809	114.936	6.127
	<u>39.330.664</u>	<u>39.637.083</u>	<u>306.419</u>
Passivo			
Recursos de bancos centrais	(3.080.538)	(3.083.784)	(3.246)
Recursos de outras instituições de crédito	(4.351.086)	(4.363.550)	(12.464)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(30.770.566)	(30.779.154)	(8.588)
Responsabilidades representadas por títulos	(4.569.205)	(4.856.194)	(286.989)
Passivos subordinados	(12.032)	(13.064)	(1.032)
	<u>(42.783.427)</u>	<u>(43.095.746)</u>	<u>(312.319)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Para apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, os métodos de valorização utilizados consistiram em técnicas de valorização, nomeadamente através de atualização de fluxos de caixa futuros. Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o valor contabilístico dos instrumentos financeiros registados ao custo amortizado ou ao custo histórico, apresentava o seguinte detalhe por metodologia de valorização:

	30-06-2018			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.452.726	-	2.452.726
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	700.933	-	700.933
Aplicações em instituições de crédito	-	893.860	-	893.860
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	-	-	36.643.898	36.643.898
	-	<u>4.047.519</u>	<u>36.643.898</u>	<u>40.691.417</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	(3.039.261)	-	(3.039.261)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(4.292.738)	-	(4.292.738)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(33.789.068)	(33.789.068)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(4.480.899)	-	(4.480.899)
	-	<u>(11.812.898)</u>	<u>(33.789.068)</u>	<u>(45.601.966)</u>

	31-12-2017			
	Metodologia de apuramento do justo valor			
	Cotações em mercado ativo (Nível 1)	Outras técnicas de valorização (Nível 2) (Nível 3)		Total
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	1.027.786	-	1.027.786
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	658.155	-	658.155
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	50.163	50.163
Aplicações em instituições de crédito	-	829.678	-	829.678
Crédito a clientes	-	497.136	36.459.229	36.956.365
Investimentos detidos até à maturidade	9.364	-	105.572	114.936
	<u>9.364</u>	<u>3.012.755</u>	<u>36.614.964</u>	<u>39.637.083</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	-	(3.083.784)	-	(3.083.784)
Recursos de outras instituições de crédito	-	(4.363.550)	-	(4.363.550)
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-	(30.779.154)	(30.779.154)
Responsabilidades representadas por títulos	-	(4.856.194)	-	(4.856.194)
Passivos subordinados	-	(13.064)	-	(13.064)
	-	<u>(12.316.592)</u>	<u>(30.779.154)</u>	<u>(43.095.746)</u>

Os principais pressupostos utilizados no apuramento do justo valor, por tipo de instrumento financeiro, foram os seguintes:

- Os *cash flows* futuros das aplicações e recursos de instituições de crédito foram descontados utilizando as curvas de taxas de juro para o mercado monetário;
- Para efeitos do desconto dos fluxos futuros da carteira de crédito a clientes, o justo valor do crédito concedido a taxa variável foi determinado tendo em consideração o *spread* médio da produção efetuada no último trimestre do período. Quanto aos créditos concedidos a taxa fixa, os *cash flows* futuros foram descontados às taxas médias que o Banco estava a praticar no último trimestre do período;

- Para os depósitos à ordem de clientes foi considerado que o justo valor era igual ao valor de balanço. Para os depósitos a prazo foram utilizadas as taxas médias dos depósitos contratados no último mês do período tendo em conta as diversas tipologias;
- No caso das responsabilidades representadas por títulos, foi efetuado o desconto dos *cash flows* futuros considerando as condições de mercado exigíveis para emissões semelhantes no final do ano;

GESTÃO DE RISCOS

RISCO DE CRÉDITO

A gestão do risco de crédito no Banco abrange a identificação, medição, integração e avaliação das diferentes exposições creditícias e a análise da sua rentabilidade ajustada ao risco respetivo, tanto numa perspetiva global, como dentro de cada área de atividade.

A gestão do risco de crédito é assegurada por um órgão independente, a Área de Riscos do Grupo, que é responsável nomeadamente pela gestão do sistema de vigilância especial de clientes, pela segmentação do risco de crédito em função das características dos clientes e dos produtos, e pelos sistemas de *scoring* (aplicáveis a operações de crédito à habitação, crédito ao consumo e cartões de crédito) e *rating* utilizados no Banco.

O risco de contraparte consiste no risco de crédito latente em transações nos mercados financeiros correspondendo à possibilidade de incumprimento pelas contrapartes dos termos contratados e subsequente ocorrência de perdas financeiras para o Banco. Os tipos de transações abrangidas incluem a compra e venda de títulos, a contratação de operações de venda com acordo de recompra, empréstimos de títulos e instrumentos derivados. Tendo em conta a elevada complexidade e volume de transações, bem como os requisitos necessários para um adequado controlo dos riscos consolidados em determinados segmentos de clientes, o perímetro de controlo é definido de acordo com os segmentos abrangidos.

O controlo destes riscos é efetuado numa base diária de acordo com um sistema integrado que permite o registo dos limites aprovados, a atualização de posições em tempo real, e que providencia a informação de disponibilidade de limites e exposição agregada, também em tempo real, para os diferentes produtos e maturidades. O sistema permite ainda que seja controlada de forma transversal (a diversos níveis) a concentração de riscos por grupos de clientes/contrapartes.

O risco em posições de derivados (denominado Risco Equivalente de Crédito) é calculado como correspondendo à soma do valor presente de cada contrato (ou custo atual de substituição) com o respetivo Risco Potencial, componente que reflete uma estimativa do valor máximo esperado até ao vencimento, consoante as volatilidades dos fatores de mercado subjacentes e a estrutura de fluxos contratada. O risco de crédito em posições derivadas é capturado através do apuramento do CVA/DVA.

Para determinados segmentos de clientes (nomeadamente clientes corporativos globais) destaca-se a implementação de limites por capital económico, incorporando no controlo quantitativo as variáveis associadas à qualidade creditícia de cada contraparte.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

As análises de risco para clientes ou grupos económicos onde o Banco tem uma exposição superior a 500.000 euros são efetuadas por analistas de riscos que acompanham os clientes e suportadas por modelos de rating desenvolvidos pelo Banco e aprovados pelas entidades reguladoras. Estes modelos são de elaboração obrigatória. A atribuição de vários níveis de *rating* interno, que variam de 1 a 9, tem subjacente o grau de risco inerente ao cliente e uma probabilidade de default a um ano que o Banco monitoriza e calibra de forma constante e regular. Em termos concretos o *rating* é determinado pela análise dos seguintes fatores:

- . Procura/Mercado;
- . Sócios/Gestão;
- . Acesso ao crédito;
- . Rentabilidade;
- . Geração de fluxos;
- . Solvência.

A estes fatores é atribuída uma classificação de 1 (mínimo) a 9 (máximo), de acordo com a seguinte ponderação:

Ponderadores	Grandes empresas	Pequenas e médias Empresas
Procura/Mercado	20%	20%
Sócios/Gestão	15%	15%
Acesso ao crédito	10%	10%
Rentabilidade	15%	55%
Geração de fluxos	25%	
Solvência	15%	

O *rating* é calculado pelos analistas, tendo como suporte informação fornecida pelo cliente, informação geral sobre o setor e bases de dados externas. O *rating* final por área parcial de valoração é posteriormente introduzido no sistema informático do Banco.

Desta forma, o sistema de *rating* interno do Banco pode ser descrito da seguinte forma:

- Rating* 1 – 3: Cliente com risco de crédito elevado;
- Rating* 4 – 6: Cliente com risco de crédito moderado;
- Rating* 7 – 9: Cliente com risco de crédito reduzido.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a exposição máxima ao risco de crédito e o respetivo valor de balanço dos instrumentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2018		31-12-2017	
	Valor de balanço	Exposição máxima	Valor de balanço	Exposição máxima
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.482.343	2.482.343	1.039.554	1.039.554
Disponibilidades em outras instituições de crédito	614.798	614.798	658.155	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.342.896	1.342.896	1.515.236	1.515.236
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	237.611	237.611		
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.521.831	4.521.831	4.537.143	4.537.143
Aplicações em instituições de crédito	892.271	892.271	826.367	826.367
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	40.069.198	45.839.077	39.633.212	46.178.338
Investimentos detidos até à maturidade			108.809	108.809
Derivados de cobertura	53.190	53.190	15.349	15.349
Investimentos em associadas	79.378	79.378	76.602	76.602
	50.293.516	56.063.395	48.410.427	54.955.553
Garantias prestadas	2.021.025	2.021.025	2.065.101	2.065.101

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A exposição máxima em “Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado” em 30 de junho de 2018, incluía 900.754 milhares de euros e 4.869.125 milhares de euros referentes a linhas de crédito irrevogáveis e linhas de crédito revogáveis, respetivamente (1.352.174 milhares de euros e 5.192.952 milhares de euros em 31 de dezembro de 2017, respetivamente).

De acordo com os requisitos definidos na instrução nº 4/2018 do Banco de Portugal, o Banco passou a publicar as “exposições não produtivas” (*Non Performing Exposures*) e as “exposições diferidas” (*Forborne exposures*).

Neste sentido em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as exposições produtivas e não produtivas apresentam o seguinte detalhe:

	30-06-2018			31-12-2017		
	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	38.990.239	(172.590)	0,4%	38.375.856	(246.286)	0,6%
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	7.154	(7.014)	98,0%	1.613	(318)	19,7%
. Particulares	733.726	(278.361)	37,9%	825.187	(310.259)	37,6%
. Empresas	1.811.261	(1.015.217)	56,1%	2.171.421	(1.184.002)	54,5%
	2.552.141	(1.300.592)		2.998.221	(1.494.579)	
	41.542.380	(1.473.182)		41.374.077	(1.740.865)	

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o grau de cobertura das exposições não produtivas por garantias reais apresentava a seguinte composição:

	30-06-2018			31-12-2017		
	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura	Valor de balanço	Colaterais	Cobertura
Exposições não produtivas						
. Crédito titulado	7.154	-	-	1.613	-	-
. Particulares	733.726	410.902	56,0%	825.187	462.708	56,1%
. Empresas	1.811.261	496.097	27,4%	2.171.421	546.194	25,2%
	2.552.141	906.999		2.998.221	1.008.902	

Exposições diferidas

De acordo com a Instrução nº 04/2018 do Banco de Portugal as instituições devem proceder à identificação e marcação, nos respetivos sistemas de informação, dos contratos de crédito de um cliente em situação de dificuldades financeiras, sempre que se verifiquem modificações aos termos e condições desses contratos (nomeadamente, alargamento do prazo de reembolso, introdução de períodos de carência, capitalização de juros, redução das taxas de juro, perdão de juros ou capital) ou a instituição contrate novas facilidades de crédito para liquidação (total ou parcial) do serviço de dívida existente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 as exposições diferidas tem o seguinte detalhe:

	30-06-2018			31-12-2017		
	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura	Valor de balanço	Imparidade	Cobertura
Exposições produtivas	1.191.210	(45.110)	3,8%	1.321.740	(83.046)	6,3%
Exposições não produtivas						
. Particulares	448.957	(155.755)	34,7%	469.715	(143.945)	30,6%
. Empresas	1.219.011	(698.161)	57,3%	1.347.323	(771.626)	57,3%
	<u>1.667.968</u>	<u>(853.916)</u>		<u>1.817.037</u>	<u>(915.571)</u>	
	<u>2.859.178</u>	<u>(899.026)</u>		<u>3.138.777</u>	<u>(998.617)</u>	

RISCO DE LIQUIDEZ

A política de gestão de liquidez do balanço é decidida no órgão de 1º nível da estrutura organizacional responsável pelo *Asset and Liability Management (ALM)*, o Comité de Ativos e Passivos (ALCO), presidido pelo Presidente da Comissão Executiva, que integra os administradores responsáveis pelas áreas Financeira, Tesouraria, Comercial, *Marketing* e Internacional. As reuniões do Comité têm periodicidade mensal e nelas são analisados os riscos do balanço e decididas as opções estratégicas.

Para a área de *ALM* são definidos os seguintes limites de gestão de balanço:

- Limites orientados para o controlo do risco de taxa de juro, nomeadamente, a sensibilidade da margem financeira (NIM) e a sensibilidade do valor patrimonial (MVE) a variações não esperadas da taxa de juro; e
- Limites orientados para o controlo do risco de liquidez através dos indicadores, coeficiente de liquidez e iliquidez líquida acumulada.

A política de financiamento do Banco considera a evolução dos agregados do balanço, a situação estrutural dos prazos de vencimento de ativos e passivos, o nível de endividamento líquido interbancário face às linhas disponíveis, a dispersão dos vencimentos e a minimização dos custos associados à atividade de *funding*.

De referir que não é realizada pelo Banco qualquer análise de risco de liquidez para os instrumentos financeiros de negociação (*trading*).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os *cash flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentavam o seguinte detalhe:

	30-06-2018							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	248.486	-	-	-	2.241.678	-	-	2.490.164
Disponibilidades em outras instituições de crédito	614.798	-	-	-	-	-	-	614.798
Ativos financeiros detidos para negociação	1.342.896	-	-	-	-	-	-	1.342.896
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	-	-	237.611	237.611
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2	15.100	152.185	239.163	240.597	4.408.918	16.210	5.072.175
Aplicações em instituições de crédito	288.421	636	150.931	402.811	6	20.798	-	863.603
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	238.532	2.494.482	4.772.924	9.197.109	6.165.732	22.034.984	-	44.903.763
Derivados de cobertura	53.190	-	-	-	-	-	-	53.190
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	81.231	81.231
	2.786.325	2.510.218	5.076.040	9.839.083	8.648.013	26.464.700	335.052	55.659.431
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.538	-	-	3.025.116	-	-	-	3.029.654
Passivos financeiros detidos para negociação	1.367.419	-	-	-	-	-	-	1.367.419
Recursos de outras instituições de crédito	488.593	1.605.453	1.015.121	56.271	600.322	500.000	-	4.265.760
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.652.688	5.504.663	9.000.994	4.045.401	335.268	10.125	-	34.549.139
Responsabilidades representadas por títulos	-	45.145	875.428	1.048.597	293.019	2.509.449	-	4.771.638
Derivados de cobertura	49.919	-	-	-	-	-	-	49.919
	17.563.157	7.155.261	10.891.543	8.175.385	1.228.609	3.019.574	-	48.033.529

	31-12-2017							Total
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Ativo								
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	288.202	-	-	-	750.711	-	-	1.038.913
Disponibilidades em outras instituições de crédito	658.155	-	-	-	-	-	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.515.236	-	-	-	-	-	-	1.515.236
Ativos financeiros disponíveis para venda	2	269.082	39.244	282.819	232.741	4.158.575	189.812	5.172.275
Aplicações em instituições de crédito	121.812	20.161	171.647	477.281	-	-	-	790.901
Crédito a clientes	290.673	2.929.461	4.626.212	8.740.195	6.557.776	22.344.748	-	45.489.065
Investimentos detidos até à maturidade	-	11.621	8.434	19.869	18.366	70.382	-	128.672
Derivados de cobertura	15.349	-	-	-	-	-	-	15.349
Investimentos em associadas	-	-	-	-	-	-	82.134	82.134
	2.889.429	3.230.325	4.845.537	9.520.164	7.559.594	26.573.706	271.946	54.890.700
Passivo								
Recursos de bancos centrais	4.538	-	-	2.446.000	630.000	-	-	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	1.533.760	-	-	-	-	-	-	1.533.760
Recursos de outras instituições de crédito	431.699	1.494.882	1.274.616	1.478	550.751	600.000	-	4.353.426
Recursos de clientes e outros empréstimos	13.547.552	6.234.421	7.000.193	5.323.558	136.317	9.338	-	32.251.379
Responsabilidades representadas por títulos	-	59.016	142.293	1.827.403	301.370	2.573.292	-	4.903.374
Derivados de cobertura	39.275	-	-	-	-	-	-	39.275
Passivos subordinados	-	32	601	1.268	1.266	16.575	-	19.743
	15.556.824	7.788.351	8.417.703	9.599.707	1.619.704	3.199.205	-	46.181.495

O apuramento dos *cash flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Banco na gestão e controlo da liquidez decorrente da sua atividade, nomeadamente:

- Os fluxos previsionais de ativos e passivos com remuneração variável associada à curva de taxa de juro são calculados considerando a curva de taxa de juro *forward*;

- Os instrumentos financeiros classificados como “não estruturais” foram considerados como exigíveis “à vista”, com exceção dos instrumentos de capital registados como outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, que foram considerados com maturidade indeterminada. Ativos e passivos financeiros não estruturais correspondem a ativos não sujeitos a variações de taxa de juro (caixa, disponibilidades em instituições de crédito, outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados e instrumentos de capital classificados como outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral), e ativos e passivos de negociação, cuja gestão tem por base o controlo quanto à exposição ao risco de mercado. Neste âmbito, o Banco considera o justo valor dos ativos e passivos de negociação como o seu valor transacional exigível à vista;
- As operações referentes a linhas de crédito sem data de vencimento definida ou periodicamente renováveis, nomeadamente descobertos bancários e linhas de crédito em conta corrente, foram consideradas com uma maturidade média de 25 meses;
- Os fluxos previsionais referentes a depósitos à ordem foram considerados como exigíveis à vista.

RISCO DE MERCADO

O risco de mercado consiste genericamente na variação potencial do valor de um instrumento financeiro em virtude de variações não antecipadas de variáveis de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, *spreads* de crédito, preços de instrumentos de capital, metais preciosos e mercadorias.

A metodologia padrão aplicada para a atividade de negociação do Banco consiste no Valor em Risco (VaR). Utiliza-se como base o padrão de Simulação Histórica com um nível de confiança de 99% e um horizonte temporal de um dia, sendo aplicados ajustes estatísticos que permitam incluir os acontecimentos mais recentes e que condicionam os níveis de risco assumidos. Esta medida é apenas utilizada na gestão de tesouraria ao nível do Grupo.

O VaR calculado representa uma estimativa diária da perda potencial máxima em condições normais de mercado (individualmente por carteiras/áreas de negócio e para a globalidade das posições), dentro dos pressupostos definidos na construção do modelo.

Simultaneamente estão implementadas outras medidas que permitem um controlo adicional do risco de mercado. Para condições anormais de mercado procede-se à análise de cenários (Stress Testing), que consiste em definir cenários extremos para o comportamento de diferentes variáveis financeiras e obter o respetivo impacto potencial nos resultados. Em suma, a análise de cenários procura identificar o risco potencial sobre condições de mercado extremas e nas franjas de probabilidade de ocorrência não cobertas pelo VaR.

Paralelamente, é efetuado um acompanhamento diário das posições, sendo realizado um controlo exaustivo das mudanças que ocorrem nas carteiras, com vista a detetar as eventuais incidências que possam existir para a sua correção. A elaboração diária da conta de resultados tem assim como objetivo identificar o impacto das variações nas variáveis financeiras ou da alteração de composição das carteiras.

O Banco utiliza igualmente medidas de sensibilidade e posições equivalentes. No caso da taxa de juro utiliza-se o BPV – impacto estimado em resultados por movimentos paralelos nas curvas de taxa de juro. Para o controlo das atividades de derivados, devido ao seu caráter atípico, são realizadas diariamente medidas de sensibilidade específicas, nomeadamente o cálculo e análise de sensibilidades aos movimentos de preço do subjacente (delta e gamma), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Existem limites quantitativos utilizados para as carteiras de negociação, que se classificam em dois grupos, em função dos seguintes objetivos:

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas potenciais futuras (VaR, Posições equivalentes e sensibilidades); e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Limites dirigidos a controlar o volume de perdas efetivas ou a proteger níveis de resultados já alcançados durante o período (Loss Triggers e Stop Losses).

No que se refere ao risco estrutural de taxa de juro, o modelo utilizado na análise permite medir e controlar todos os fatores associados ao risco de mercado do balanço, nomeadamente o risco originado diretamente pelo movimento da curva de rendimentos, dada a estrutura de indexantes e *repricing* existente, que determinam a sensibilidade da margem financeira e a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos do balanço.

Risco de taxa de juro

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro apresentava o seguinte detalhe:

	30-06-2018				
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	2.233.857	248.486	-	2.482.343
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	614.798	-	614.798
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	3.257	1.339.639	1.342.896
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	-	-	237.611	-	237.611
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.085.966	230	435.635	-	4.521.831
Aplicações em instituições de crédito	326.956	536.635	28.680	-	892.271
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	7.606.176	32.015.586	447.436	-	40.069.198
Derivados de cobertura	-	-	-	53.190	53.190
	<u>12.019.098</u>	<u>34.786.308</u>	<u>2.015.903</u>	<u>1.392.829</u>	<u>50.214.138</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	3.056.295	-	-	-	3.056.295
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.367.419	1.367.419
Recursos de outras instituições de crédito	53.245	4.230.421	976	-	4.284.642
Recursos de clientes e outros empréstimos	17.570.338	16.826.939	15.889	-	34.413.166
Responsabilidades representadas por títulos	3.508.018	1.041.038	(114.190)	-	4.434.866
Derivados de cobertura	-	-	-	49.919	49.919
	<u>24.187.896</u>	<u>22.098.398</u>	<u>(97.325)</u>	<u>1.417.338</u>	<u>47.606.307</u>
31-12-2017					
	Exposição a		Não sujeito a risco		Total
	Taxa fixa	Taxa variável	de taxa de juro	Derivados	
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	-	751.352	288.202	-	1.039.554
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	-	658.155	-	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	4.053	1.511.183	1.515.236
Ativos financeiros disponíveis para venda	3.992.470	192.867	351.806	-	4.537.143
Aplicações em instituições de crédito	288.704	497.128	40.535	-	826.367
Crédito a clientes	8.094.066	31.976.135	(436.989)	-	39.633.212
Investimentos até à maturidade	9.057	99.173	579	-	108.809
Derivados de cobertura	-	-	-	15.349	15.349
	<u>12.384.297</u>	<u>33.516.655</u>	<u>906.341</u>	<u>1.526.532</u>	<u>48.333.825</u>
Passivo					
Recursos de bancos centrais	3.080.538	-	-	-	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	1.533.760	1.533.760
Recursos de outras instituições de crédito	124.560	4.225.795	731	-	4.351.086
Recursos de clientes e outros empréstimos	18.806.798	13.201.228	129.442	-	32.137.468
Responsabilidades representadas por títulos	3.526.087	1.128.572	(85.454)	-	4.569.205
Derivados de cobertura	-	-	-	39.275	39.275
Passivos subordinados	7.599	4.275	158	-	12.032
	<u>25.545.582</u>	<u>18.559.870</u>	<u>44.877</u>	<u>1.573.035</u>	<u>45.723.364</u>

Instrumentos financeiros – não negociação

A metodologia de cálculo da sensibilidade do valor patrimonial é realizada através da simulação da variação do valor de mercado dos ativos e passivos, com base em deslocamentos de 100 *basis points* (bp's) na curva de taxa de juro *forward*. Esta metodologia assume os seguintes parâmetros e pressupostos:

- São identificados todos os ativos e passivos sensíveis a variações das taxas de juro, ou seja, cujo valor e respetiva contribuição para a margem financeira podem sofrer alterações decorrentes de variações das taxas de mercado;
- Os ativos e passivos são agrupados em agregados homogéneos de acordo com a sua exposição ao risco de taxa de juro;
- Para cada operação (contrato) sensível são calculados os fluxos futuros devidamente distribuídos pelas datas de *repricing* (taxa variável) ou data de vencimento (taxa fixa);
- Por cada agregado definido anteriormente agrupam-se as operações por datas de *repricing*/vencimento;
- Definem-se os intervalos temporais pretendidos para medição do gap de taxas de juro;
- Por cada agregado, agrupam-se os fluxos em função dos intervalos criados;
- Para cada produto considerado sensível, mas que não tenha prazo de vencimento definido estimam-se parâmetros de distribuição segundo modelos de comportamento previamente estudados; e
- Para cada intervalo é calculado o total dos fluxos ativos e passivos e por diferença entre os mesmos o gap de risco de taxa de juro de cada intervalo.

O gap de taxa de juro permite fazer uma aproximação da sensibilidade do valor patrimonial e da margem financeira face a variações das taxas de mercado. Esta aproximação tem os seguintes pressupostos:

- Os volumes mantêm-se sempre no balanço e renovam-se automaticamente;
- Pressupõe variações paralelas na curva de taxas de juro, não considerando a possibilidade de movimentos concretos para diferentes prazos da curva de taxas de juro; e
- Não considera as diferentes elasticidades entre os vários produtos.

Na perspetiva da variação do Valor Patrimonial, as subidas das taxas de juro implicam uma diminuição de valor nos intervalos com gaps positivos e um incremento de valor nos gaps negativos. As descidas das taxas de juro têm um efeito contrário.

Pressupostos genéricos desta análise de sensibilidade de taxa de juro

- Evolução do balanço – assume-se um balanço estático, segundo o qual os montantes dos contratos que não têm uma data fixa de vencimento ou se pressupõe a sua renovação, são substituídos por novas operações do mesmo montante, de modo a que os saldos de balanço se mantenham constantes durante o período em análise;
- Vencimentos e *repricing* – consideram-se as datas de vencimento e *repricing* reais das operações. Os ativos e passivos cuja contribuição para a margem financeira e cujo valor patrimonial não se altera perante variações das taxas de juro são considerados não sensíveis;
- Indexantes – considera-se os indexantes definidos contratualmente e utiliza-se para simulação a curva *spot* da data de análise com a curva *forward* subjacente; e

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

- Características das novas operações “New Business” (Prazo, *repricing*, volumes, *spread*, indexante, etc.) – utilizam-se as condições inscritas no orçamento para cada produto. Quando estas características começam a ficar fora de mercado para determinados produtos utilizam-se as condições médias praticadas no último mês ou as novas diretrizes comerciais para cada um dos produtos em causa.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, a sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros do Banco a variações positivas e negativas de 100 *basis points* (bp's) para o horizonte temporal de um ano correspondia a:

	30-06-2018		31-12-2017	
	Varição +100 bp's	Varição -100 bp's	Varição +100 bp's	Varição -100 bp's
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	970	86.365	395	30.772
Outros ativos financeiros ao justo valor				
através de outro rendimento integral	(347.275)	368.428	(332.156)	355.694
Aplicações em instituições de crédito	(882)	821	(1.430)	409
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	(609.003)	548.859	(627.248)	578.901
	<u>(956.190)</u>	<u>1.004.473</u>	<u>(960.439)</u>	<u>965.776</u>
Derivados de cobertura	<u>(23.261)</u>	<u>(111.541)</u>	<u>169.730</u>	<u>(199.282)</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	(64.166)	22.867	(80.016)	37.533
Recursos de outras instituições de crédito	(12.081)	21.977	(14.387)	24.449
Recursos de clientes e outros empréstimos	(786.574)	657.711	(750.746)	650.832
Responsabilidades representadas por títulos	(173.086)	165.505	(189.257)	186.169
	<u>(1.035.907)</u>	<u>868.060</u>	<u>(1.034.406)</u>	<u>898.983</u>

Instrumentos financeiros - negociação

Os parâmetros básicos para o cálculo do VaR aplicáveis de forma geral são, além da própria metodologia de cálculo, os seguintes:

- Horizonte temporal: O período de tempo para o qual se calculam as perdas potenciais numa carteira para a medição do VaR (diário) é de 1 dia;
- Nível de confiança: tanto o VaR (perda potencial) como o VaE (ganho potencial) são determinados com um nível de confiança de 99% (percentis 1% e 99%, respetivamente, da distribuição de perdas e ganhos);
- Fator de decaimento exponencial: Permite ponderar exponencialmente o valor das variações nos fatores de mercado no tempo, dando um menor peso às observações mais afastadas no tempo. O fator de decaimento exponencial aplicado é determinado periodicamente pela metodologia de Risco de Mercado;

Os valores do VaR utilizados correspondem ao maior entre os que forem calculados com o fator de decaimento em vigor e os que forem calculados com pesos uniformes;

- Moeda de cálculo: No processo de cálculo do VaR todas as posições são valorizadas em euros, o que garante que a moeda sem risco seja a moeda local. No entanto, os valores do VaR são reportados em dólares dos EUA (USD) com vista a permitir a agregação de diferentes unidades; e
- Janela temporal de dados de mercado: É utilizada uma janela temporal de 2 anos ou pelo menos 520 dados obtidos a partir da data de referência de cálculo do VaR voltando atrás no tempo.

O cálculo do VaR Percentil atribui a mesma ponderação ao conjunto das 520 observações consideradas. O Var *Weighted* Percentil atribui uma ponderação significativamente superior às observações mais recentes relativamente à data de referência da análise.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

A simulação histórica consiste em usar as variações históricas como modelo de distribuição de possíveis variações nos fatores de risco. Por esta razão, o período escolhido é suficientemente longo e significativo, de forma a que todas as interações entre os fatores de mercado, as suas volatilidades e correlações entre si, fiquem bem espelhadas no período histórico selecionado.

Por outro lado, a reavaliação completa da carteira exige uma avaliação de cada um dos instrumentos, utilizando a respetiva expressão matemática para se obter o valor de mercado de cada posição individual. Ao serem utilizadas formas de reavaliação são calculados e ficam recolhidos nos valores do VaR os efeitos não lineares implícitos em certos produtos financeiros em consequência de alterações nos fatores de mercado.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o VAR associado ao risco de taxa de juro correspondia a:

	<u>30-06-2018</u>	<u>31-12-2017</u>
VaR Percentil 99%	(1)	(1)
VaR Weighted Percentil 99%	(1)	(1)

Risco cambial

O perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida. A sua implementação é da responsabilidade da Área de Tesouraria, de modo a que os riscos envolvidos sejam pouco relevantes, sendo efetuada recorrendo sobretudo a *swaps* de divisa. Existem limites de risco estipulados para o risco cambial que são controlados pela área de Riscos de Mercado.

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte detalhe por moeda:

	<u>30-06-2018</u>			<u>Total</u>
	<u>Euros</u>	<u>Dólares Norte-Americanos</u>	<u>Outras moedas</u>	
<u>Ativo</u>				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2.478.869	2.069	1.405	2.482.343
Disponibilidades em outras instituições de crédito	245.948	208.138	160.712	614.798
Ativos financeiros detidos para negociação	1.341.340	1.539	17	1.342.896
Outros ativos financeiros obrigatoriamente ao justo valor através de resultados	237.611	-	-	237.611
Outros ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	4.521.831	-	-	4.521.831
Aplicações em instituições de crédito	620.211	171.602	100.458	892.271
Crédito concedido e outros saldos a receber ao custo amortizado	39.568.559	466.601	34.038	40.069.198
Derivados de cobertura	47.131	6.059	-	53.190
Investimentos em associadas	79.378	-	-	79.378
	<u>49.140.878</u>	<u>856.008</u>	<u>296.630</u>	<u>50.293.516</u>
<u>Passivo</u>				
Recursos de bancos centrais	3.056.295	-	-	3.056.295
Passivos financeiros detidos para negociação	1.365.851	1.564	4	1.367.419
Recursos de outras instituições de crédito	4.270.267	13.766	609	4.284.642
Recursos de clientes e outros empréstimos	32.787.703	1.335.552	289.911	34.413.166
Responsabilidades representadas por títulos	4.434.866	-	-	4.434.866
Derivados de cobertura	47.673	2.233	13	49.919
	<u>45.962.655</u>	<u>1.353.115</u>	<u>290.537</u>	<u>47.606.307</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 30 DE JUNHO DE 2018
(Montantes em milhares de euros, exceto quando expressamente indicado)

	31-12-2017			Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Outras moedas	
Ativo				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.033.618	1.960	3.976	1.039.554
Disponibilidades em outras instituições de crédito	373.489	163.024	121.642	658.155
Ativos financeiros detidos para negociação	1.512.930	2.103	203	1.515.236
Ativos Financeiros disponíveis para venda	4.537.143	-	-	4.537.143
Aplicações em instituições de crédito	726.613	78.897	20.857	826.367
Crédito a clientes	39.184.885	41.745	406.582	39.633.212
Investimentos até à maturidade	108.809	-	-	108.809
Derivados de cobertura	10.995	4.354	-	15.349
Investimentos em associadas	76.602	-	-	76.602
	<u>47.565.084</u>	<u>292.083</u>	<u>553.260</u>	<u>48.410.427</u>
Passivo				
Recursos de bancos centrais	3.080.538	-	-	3.080.538
Passivos financeiros detidos para negociação	1.531.476	2.094	190	1.533.760
Recursos de outras instituições de crédito	4.271.833	29.603	49.650	4.351.086
Recursos de clientes e outros empréstimos	30.685.451	419.792	1.032.225	32.137.468
Responsabilidades representadas por títulos	4.544.190	-	25.015	4.569.205
Derivados de cobertura	37.495	1.765	15	39.275
Passivos subordinados	12.032	-	-	12.032
	<u>44.163.015</u>	<u>453.254</u>	<u>1.107.095</u>	<u>45.723.364</u>

Em 30 de junho de 2018 e 31 de Dezembro de 2017, o VaR associado ao risco cambial correspondia a:

	30-06-2018	31-12-2017
VaR Percentil 99%	(1)	(7)
VaR Weighted Percentil 99%	(2)	(4)

Risco de cotações de ativosInstrumentos financeiros - negociação

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o Banco não tinha risco associado a cotações de ativos no que se refere aos seus instrumentos financeiros de negociação, pelo que o VaR associado a este risco é zero.

BANCO SANTANDER TOTTA, SA

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Nota 18)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Obrigações de Caixa - Hipotecárias										
Hipotecária XIII - 1ª	EUR	750.000	-	750.000	(9.729)	740.271	1,63%	11-jun-2014	11-jun-2019	Taxa Fixa
Hipotecária XIV	EUR	750.000	750.000	-	-	-	0,75%	4-mar-2015	4-mar-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XV	EUR	750.000	-	750.000	3.849	753.849	0,88%	27-out-2015	27-out-2020	Taxa Fixa
Hipotecária XVI	EUR	200.000	200.000	-	-	-	0,84%	24-fev-2016	24-fev-2022	Taxa Fixa
Hipotecária XVII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	0,90%	15-abr-2016	15-abr-2023	Taxa Fixa
Hipotecária XVIII	EUR	750.000	750.000	-	-	-	0,65%	26-jul-2016	26-jul-2023	Taxa Fixa
Hipotecárias XX - 1ª	EUR	750.000	750.000	-	-	-	1,20%	7-dez-2017	7-dez-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXI	EUR	1.000.000	1.000.000	-	-	-	1,48%	10-abr-2017	10-abr-2027	Taxa Fixa
Hipotecárias XXII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(7.382)	992.618	0,88%	25-abr-2017	25-abr-2024	Taxa Fixa
Hipotecárias XXIII	EUR	1.000.000	-	1.000.000	(1.369)	998.631	1,25%	26-set-2017	26-set-2027	Taxa Fixa
		7.700.000	4.200.000	3.500.000	(14.631)	3.485.369				
Obrigações emitidas no âmbito de operações de titularização										
Hipototta 4 - Classe A - Notes	EUR	580.701	396.096	184.605	(533)	184.072	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,12% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,24% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe B - Notes	EUR	21.892	21.892	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,19% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,40% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe C - Notes	EUR	69.139	36.975	32.165	-	32.165	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Euribor 3m+0,29% (até ao reembolso antecipado em dezembro de 2014); Euribor 3m+0,58% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 4 - Classe D - Notes	EUR	14.000	14.000	-	-	-	Variável	9-dez-2005	30-dez-2048	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta 5 - Classe A2 - Notes	EUR	536.719	378.652	158.067	(210)	157.857	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,13% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,26% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe B - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,17% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,34% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe C - Notes	EUR	24.000	24.000	-	-	-	Variável	16-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,24% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+0,48% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe D - Notes	EUR	26.000	26.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+0,50% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+1,00% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe E - Notes	EUR	31.000	31.000	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Euribor 3m+1,75% (até ao reembolso antecipado em fevereiro de 2014); Euribor 3m+3,50% (após data de reembolso antecipado)
Hipototta 5 - Classe F - Notes	EUR	6.437	6.437	-	-	-	Variável	22-mar-2007	28-fev-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada

BANCO SANTANDER TOTTA, SA

RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Nota 18)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor da Emissão			Periodificação	Total Balanço Consolidado	Taxa de Juro	Data de Emissão	Data de Vencimento	Indexante
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado						
Atlantes Mortgage PLC - classe A	EUR	20.973	3.600	17.373	8	17.381	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+0,54%;
Atlantes Mortgage PLC - classe B	EUR	22.500	-	22.500	46	22.546	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+1,30%;
Atlantes Mortgage PLC - classe C	EUR	12.500	-	12.500	59	12.559	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+2,60%;
Atlantes Mortgage PLC - classe D	EUR	2.500	-	2.500	23	2.523	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Euribor 3m+4,75%;
Atlantes MTG n1 CL E 2036	EUR	15.400	15.400	-	-	-	Variável	13-fev-2003	17-jan-2036	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC classe A	EUR	3.672	755	2.917	-	2.917	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC classe B	EUR	19.000	1.000	18.000	2	18.002	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 0,76%
Azor Mortgage PLC classe C	EUR	9.000	2.500	6.500	3	6.503	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Euribor 3m + 1,75%
Azor Mortgage PLC classe D	EUR	10.000	10.000	-	-	-	Variável	25-nov-2004	20-set-2047	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	132.823	-	132.823	(17.824)	114.999	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,33%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	13.817	13.817	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 0,95%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	5.632	5.632	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Euribor 3m + 1,65%
Atlantes Mortgage PLC serie 2 - D	EUR	16.125	16.125	-	-	-	Variável	5-mar-2008	18-set-2060	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Azor Mortgage PLC serie 2 - A	EUR	104.606	104.606	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,30%
Azor Mortgage PLC serie 2 - B	EUR	43.080	43.080	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Euribor 3m + 0,8%
Azor Mortgage PLC serie 2 - C	EUR	6.750	6.750	-	-	-	Variável	24-jul-2008	14-dez-2065	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - A	EUR	227.672	70.957	156.715	(12.633)	144.081	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,20%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - B	EUR	31.448	31.448	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Euribor 3m + 0,50%
Atlantes Mortgage PLC serie 3 - C	EUR	57.668	57.668	-	-	-	Variável	30-out-2008	20-ago-2061	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - A	EUR	257.141	-	257.141	(36.296)	220.845	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - B	EUR	28.318	28.318	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 4 - C	EUR	74.250	74.250	-	-	-	Variável	16-fev-2009	30-dez-2064	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - A	EUR	214.668	214.668	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - B	EUR	38.037	38.037	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 5 - C	EUR	66.250	66.250	-	-	-	Variável	21-dez-2009	23-nov-2068	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - A	EUR	169.534	169.534	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,15%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - B	EUR	31.504	31.504	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Euribor 3m + 0,30%
Atlantes Mortgage PLC serie 7 - C	EUR	63.550	63.550	-	-	-	Variável	19-nov-2010	23-ago-2066	Rendimento residual gerado pela carteira titularizada
Hipototta nº13 Classe A	EUR	1.592.928	1.592.928	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	
Hipototta nº13 Classe B	EUR	484.000	484.000	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	
Hipototta nº13 Classe C	EUR	66.000	66.000	-	-	-	Variável	9-jan-2018	23-out-2072	
		5.177.234	4.173.429	1.003.806	(67.355)	936.450				
Outros										
Euro medium Term Note-37ª	EUR	212	-	212	-	212	0,75%	9-ago-2016	9-ago-2019	Taxa Fixa
Euro medium Term Note-38ª	EUR	517	-	517	4	521	0,75%	29-set-2016	29-set-2019	Taxa Fixa
		729	-	729	4	733				
		12.877.963	8.373.429	4.504.535	(81.982)	4.422.552				

BANCO SANTANDER TOTTA, SA

PASSIVOS SUBORDINADOS EM 30 DE JUNHO DE 2018 (Nota 18)

(Montantes expressos em milhares de euros)

Títulos emitidos	Moeda	Valor de emissão			Periodificações			Total	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso antecipado a partir de:
		Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Total	Subscrito pelo Grupo	Balanço Consolidado	Balanço Consolidado			
Obrigações Perpétuas Subordinadas 2000	EUR	270.447	270.447	-	99	99	-	-	1,48%	Perpétuas	22 de junho de 2010
Obrigações Perpétuas Subordinadas BSP 2001	EUR	13.818	13.818	-	71	71	-	-	1,48%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Perpétuas Subordinadas CPP 2001	EUR	4.275	-	4.275	22	-	22	4.297	1,48%	Perpétuas	23 de fevereiro de 2011
Obrigações Banco Santander Totta,SA 7,5%	EUR	7.599	-	7.599	418	-	418	8.017	7,50%	Perpétuas	06 de Outubro de 2026
		296.139	284.265	11.874	610	170	440	12.314			